



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

TÁBATA DOS SANTOS FIORAVANTI

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
REFLEXÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO DOS NÚCLEOS DE GÊNERO E
DIVERSIDADE SEXUAL**

Jaguari
2022

TÁBATA DOS SANTOS FIORAVANTI

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
REFLEXÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO DOS NÚCLEOS DE GÊNERO E
DIVERSIDADE SEXUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher

Jaguari

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos
Processamento Técnico.

F518v Fioravanti, Tábata dos Santos

Violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da atuação dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual / Tábata dos Santos Fioravanti - Jaguari, RS: [s.n.], 2022.

147f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – Jaguari.
Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha.
Orientador: Profº. Drº. Vantoir Roberto Brancher.
Inclui bibliografia e anexos.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Violência de gênero. 3. Ensino.
I. Título. II. Série.

CDU: 377

Índice para o catálogo sistemático:

Ensino

37

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Joice Nara R. Silva – CRB -10/1826.

TÁBATA DOS SANTOS FIORAVANTI

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
REFLEXÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO DOS NÚCLEOS DE GÊNERO E
DIVERSIDADE SEXUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 VANTOIR ROBERTO BRANCHER
Data: 31/03/2022 11:50:16-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher
Instituto Federal Farroupilha
Orientador

Maria Augusta
Martiarena de
Oliveira

Assinado de forma digital
por Maria Augusta
Martiarena de Oliveira
Dados: 2022.03.31
10:53:14 -03'00'

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira
Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Documento assinado digitalmente
 ROGERIO COSTA WURDIG
Data: 31/03/2022 11:28:31-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Rogério Costa Würdig

TÁBATA DOS SANTOS FIORAVANTI

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EPT

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 VANTOIR ROBERTO BRANCHER
Data: 31/03/2022 11:47:15-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher
Instituto Federal Farroupilha
Orientador

Maria Augusta
Martiarena de
Oliveira



Assinado de forma digital
por Maria Augusta
Martiarena de Oliveira
Dados: 2022.03.31 10:54:09
-03'00'

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira
Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Documento assinado digitalmente
 ROGERIO COSTA WÜRDIG
Data: 31/03/2022 11:31:17-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Rogério Costa Würdig
Universidade Federal de Pelotas

A todas as pessoas que lutaram para que
hoje eu tenha o direito de estar aqui.

AGRADECIMENTOS

Às minhas mães e aos meus pais que foram minhas primeiras referências de gênero. Além disso, sempre me incentivaram a continuar estudando e buscar novos horizontes.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me apoiaram a entrar no curso e a continuar nele, em especial à colega Carla Moro e ao colega Willian Medeiros.

Meu namorado, todos/as amigos/as e familiares que se alegraram com minha aprovação no edital de ingresso e posteriormente compreenderam as ausências e cansaços ao longo desse período. Ademais, sempre me apoiaram e não me deixaram desistir desse objetivo.

Ao grupo de pesquisa Magma, que foi onde iniciei os estudos em pesquisa. Ao grupo de pesquisa Tuna - gênero, educação e diferença, que abriu meus horizontes sobre os estudos de gênero.

Aos/às professores/as do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, pelo compartilhamento de saberes. Aos/às colegas, pelos momentos de troca de conhecimentos e também de descontração.

Ao meu orientador, pelos ensinamentos, compreensão e paciência. Por não me deixar desistir nos momentos de dificuldades pessoais (não foram poucos!) e possibilitou que eu me tornasse a pesquisadora que sou hoje.

Meu agradecimento a todos/as vocês, pois sem vocês nada disso seria possível.

[...] ninguém escolhe seu tema de pesquisa, é escolhido por ele.

(SAFFIOTI, 2015)

RESUMO

Em uma sociedade sexista e patriarcal, mulheres e pessoas que não se enquadram no padrão cisheteronormativo sofrem vários tipos de violências. Sabe-se que no ambiente escolar ocorre a reprodução dos modelos hegemônicos da sociedade (MIRANDA; MAIA, 2017). Portanto, os Institutos Federais não são espaços livres de violências. O presente estudo procurou responder ao questionamento “Como os Núcleos de Gênero problematizam a violência de gênero em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul do País?”. Através deste estudo, de abordagem qualitativa, objetivou-se conhecer a atuação dos Núcleos de Gênero no que tange ao desenvolvimento de ações com vistas a prevenir/erradicar/minimizar a violência de gênero em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul do País. De forma mais específica, objetivamos realizar um levantamento do estado da arte sobre os estudos acerca de Núcleos de Gênero na EPT; conhecer as representações de gênero e de violência de gênero dos/as participantes dos Núcleos de Gênero; identificar desafios e potencialidades para a execução das atividades dos Núcleos de Gênero na EPT; pesquisar as ações/acolhidas desenvolvidas pelos Núcleos de Gênero e a relação delas com a EPT; e, por fim, a construção de um Produto Educacional a partir das demandas apontadas pelas colaboradoras. Para atingir tais objetivos, nos apoiamos em Ramos (2014), Moura (2013), Saviani (2006), Colling (2015, 2020), Louro (1995, 2007, 2014, 2018), Scott (1989, 2012), Hall (2006) Bourdieu (2012), Saffioti (2015), entre outros/as. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados pelo método da análise de conteúdo de Bardin (2002). O produto educacional elaborado neste estudo é um curso de formação continuada intitulado “Violência de Gênero na EPT”. Os dados revelam que as membras dos núcleos entendem que o gênero é cultural, sendo que a maioria estuda por conta sobre os conceitos abordados pelo núcleo. Quanto à violência, as colaboradoras entendem que existem vários tipos, mas ressaltam que a física é a mais impactante. Os desafios encontrados são quanto à falta espaço físico específico, orçamento e desinteresse de alguns docentes e discentes em participar dos núcleos. Por fim, conclui-se que as ações dos núcleos condizem com a formação omnilateral da Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Violência de Gênero. Ensino.

ABSTRACT

In a sexist and patriarchal society, women and people who do not fit the cisheteronormative pattern suffer various types of violence. It is known that in the school environment there is a reproduction of the hegemonic models of society (MIRANDA; MAIA, 2017). Therefore, the Federal Institutes are not spaces free of violence. The present study sought to answer the question "How do the Gender Centers problematize gender violence in a Federal Institute of Education, Science and Technology in the South of Brazil?". Through this study, with a qualitative approach, the objective was to know the actions of the Gender Centers regarding the development of actions to prevent/eradicate/minimize gender violence in a Federal Institute of Education, Science and Technology of the South of the country. More specifically, we aim to carry out a survey of the state of the art on the studies about Gender Nuclei in the *EPT*; know the representations of gender and gender violence of the participants of the Gender Nuclei; to identify challenges and potentialities for the execution of the activities of the Gender Nuclei in the *EPT*; to investigate the actions/hosted developed by the Gender Nuclei and their relationship with the *EPT*; and, finally, the construction of an Educational Product based on the demands pointed out by the collaborators. To achieve these goals, we rely on Ramos (2014), Moura (2013), Saviani (2006), Colling (2015,2020), Louro (1995, 2007, 2014, 2018), Scott (1989, 2012), Hall (2006) Bourdieu (2012), Saffioti (2015), among others. The data were obtained through semi-structured interviews and analyzed by the method of content analysis by Bardin (2002). The educational product elaborated in this study is a continuing training course entitled "Gender Violence in *EPT*". The data reveal that the members of the nuclei understand that gender is cultural, and most study on account of the concepts approached by the nucleus. As for violence, the collaborators understand that there are several types, but emphasize that physics is the most striking. The challenges are the lack of specific physical space, budget and disinterest of some teachers and students to participate in the centers. Finally, it is concluded that the actions of the nuclei are consistent with the omnilateral formation of Professional and Technological Education.

Keywords: Professional and Technological Education. Gender Violence. Teaching.

LISTA DE FIGURAS

MANUSCRITO 2

Figura 1 - Família.....	70
Figura 2 - Mulher na parede.....	70
Figura 3 - Ambiente Cooperativo.....	71
Figura 4 - Casal em sombras.....	71
Figura 5 - Mulher.....	71
Figura 6 - Rostos.....	71
Figura 7 - Mulheres na escada.....	72

MANUSCRITO 4

Figura 1 - Boas-Vindas.....	101
Figura 2 - Afinal, o que é gênero? Parte 01.....	102
Figura 3 - Afinal, o que é gênero? Parte 02.....	102
Figura 4 - Vamos falar sobre violência de gênero. Parte 01.....	103
Figura 5 - Vamos falar sobre violência de gênero. Parte 02.....	103
Figura 6 - Os Núcleos de Gênero dos Institutos do RS.....	104
Figura 7 - Discutindo Gênero na EPT. Parte 01.....	104
Figura 8 - Discutindo Gênero na EPT. Parte 02.....	105
Figura 9 - Indicação de conteúdos. Parte 01.....	106
Figura 10 - Indicação de conteúdos. Parte 02.....	106
Figura 11 - E chegamos ao final.....	108

LISTA DE QUADROS

MANUSCRITO 1

Quadro 1 - Produções selecionadas para descrição.....49

MANUSCRITO 3

Quadro 1 - Perfil das colaboradoras.....84

MANUSCRITO 4

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas.....99

LISTA DE TABELAS

MANUSCRITO 1

Tabela 1 - Modelo de fichamento utilizado.....	47
Tabela 2 - Resultado da busca nos bancos de dados e produções selecionadas para este estudo.....	47
Tabela 3 - Quantidade de produções por IES e PPG/Revistas.....	48

MANUSCRITO 2

Tabela 1 - Perfil das colaboradoras.....	69
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAI - Coordenação de Ações Inclusivas
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE - Ceará
CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP - Comitê de Ética e Pesquisa
CieM - Ciência e Mulheres
CONSUP - Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
COVID-19 - Coronavírus Disease (Doença do Coronavírus) - 2019
CTGs - Centros de Tradições Gaúchas
EaD - Ensino à Distância
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES - Intuição de Ensino Superior
IFES - Instituto Federal do Espírito Santo
IFFar - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFMA - Instituto Federal do Maranhão
IFPR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IF - Instituto Federal
IFS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IFSP - Instituto Federal de São Paulo
IFSul - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti e Transexuais
NEPGS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade
NUGED - Núcleo de Gênero e Diversidade
NUGEDIS - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual
NUGEP - Núcleo de Gênero da Escola Edmilson Pinheiro
OIT - Organização Internacional do Trabalho/*Organización Internacional del Trabajo*
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PE - Pernambuco
PPC - Projeto Pedagógico do Curso
PPGs - Programas de Pós-graduação
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RPG - *Role Playing Game*
RS - Rio Grande do Sul
SciELO - *Scientific Electronic Library Online*

SecMulher - Secretaria da Mulher

TAE - Técnico-administrativo em Educação

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO.....	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS INSTITUTOS FEDERAIS	24
2.2 OS NÚCLEOS DE GÊNERO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RS.....	26
2.3 GÊNERO, SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?	28
2.4 GÊNERO E SEXUALIDADE E SUA RELAÇÃO COM A EPT.....	33
3 METODOLOGIA	36
3.1 ASPECTOS ÉTICOS	36
3.2 AMOSTRA E CRITÉRIO DE INCLUSÃO.....	37
3.3 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	38
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA	38
3.5 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	39
3.6 O PRODUTO EDUCACIONAL	40
3.7 OS ARTIGOS INTEGRADOS	41
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	42
4.1 NÚCLEOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EPT: O QUE APONTAM AS PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS	43
4.2 QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.	67
4.3 OS NÚCLEOS DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL.....	81
4.4 PRODUTO EDUCACIONAL: FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EPT.....	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	120
APÊNDICE B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	124
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SERVIDORA I.....	125
APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA SERVIDORAS INDICADAS.....	128
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PARA OS VÍDEOS DO CURSO	131
APÊNDICE F - CURSO “VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EPT” NA PLATAFORMA MOODLE.....	134

APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO	138
ANEXO A - PARECER CIRCUNSTÂNCIADO DO CEP	145

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação aborda uma temática ainda desconhecida por muitas pessoas: violência de gênero. Em meu círculo familiar e laboral, percebo que muitas pessoas transparecem preconceitos e manifestam discriminações sociais, ainda que de forma subjetiva. Ou seja, quando a discriminação é efetivada através de crenças e preconceitos que guiam as pessoas a considerar que certas categorias sociais merecem menos direitos que outras (GOUVEIA; ISMAEL; CAMINO, 2008).

Se buscar pelo significado da palavra gênero no Dicionário Online de Português (2020), aparecem cinco definições e, dentre elas, constam um conceito gramatical, um biológico e um social. O significado deste último está como a “diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais” (DICIO, 2020). Dessa maneira, nesta pesquisa, tomar-se-á como base o sentido social empregado à palavra gênero.

Nesse ínterim, o termo gênero possui um conceito social, já que rejeita as separações biológicas e prioriza fatores relacionais e culturais na construção do feminino e masculino (RABAY, 2008). Considerando que a cultura é o processo de produção de símbolos, de representações, de significados e é a prática constituída do e pelo tecido social (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005), as características sociais podem ser diferentes de uma sociedade para outra, visto que cada sociedade humana existe e se constrói em um determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016).

Como os gêneros são valorizados de formas diferentes na sociedade, eles contam, em geral, com oportunidades e escolhas distintas ao longo da vida (MARTINS; BANDEIRA; CAPUTO, 2014). Acredito que não há igualdade de oportunidades entre os gêneros, dado que o indivíduo, desde criança, é ensinado a agir e pensar em consonância com as formas esperadas que seu gênero se comporte na sociedade onde o mesmo está inserido. Na cultura, essas formas de agir são guiadas pelo sexismo, machismo e patriarcado.

Identifico-me como mulher, cisgênera e branca. Cresci e vivo atualmente no interior do Rio Grande do Sul, região onde a cultura é tida como conservadora, patriarcal, machista e racista. Nos Centros de Tradições Gaúchas, os CTGs, muito frequentados pelos moradores e moradoras de minha região, lembro-me de prestar

atenção que, ao “patrão”, é destinada a sala de administração do local, enquanto a “patroa” é a dona da cozinha. Quando frequentava esses locais, ainda na adolescência, e me deparava com as placas ilustrativas dos locais (cozinha e administração), não compreendia o porquê dessa distinção.

Portanto, desde a adolescência - atrevo-me a dizer que desde a infância -, me questiono por que algumas atividades, formas de agir e de falar são de meninos e outras são de meninas. Essa separação social sempre me intrigou muito, já que não compreendia o motivo de sua existência. Com o passar dos anos, conheci o movimento feminista e fui entendendo que essas divisões sociais de gênero, na verdade, são violências. Elas excluem mulheres e pessoas que fogem do padrão cisheteronormativo de lugares e profissões.

Eu já sabia da existência de Núcleos de Gênero, porém desconhecia sua institucionalização e tampouco entendia sobre seus funcionamentos. A ideia de pesquisar sobre a problematização da violência de gênero em um Instituto Federal de Ciência e Tecnologia surgiu devido ao meu interesse sobre a temática juntamente à curiosidade de entender como esses núcleos atuam. Essa não foi a ideia inicial de pesquisa, contudo, após conversas com meu orientador e tendo em mente que a pesquisa deveria ter relação com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), chegamos a essa temática.

Nos mestrados profissionais, há obrigatoriedade de realização de uma produção técnica, que, na área de ensino, também são denominados produtos educacionais (CAPES, 2019). Os trabalhos de conclusão de curso do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) são constituídos pelos Produtos Educacionais, estes devendo ser acompanhados de um relatório de pesquisa que contenha o desenvolvimento do produto e sua avaliação (IFES, 2018).

Assim sendo, o produto educacional fruto deste estudo é um curso de formação continuada sobre Violência de Gênero na EPT, ofertado na plataforma Moodle. Com a criação do curso e posterior disponibilização dele aos/às servidores/as, pretendemos disseminar ainda mais os conceitos sobre gênero e violência de gênero e apresentar os núcleos aos/às participantes. Com isso, acreditamos que os núcleos possam ser fortalecidos, além de possibilitar a diminuição das violências não só no Instituto Federal (IF), mas também na comunidade ao seu redor.

Sou bacharel em Administração e técnica-administrativa em Educação na Universidade Federal do Pampa. Quando ingressei no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, possuía pouquíssima experiência em pesquisa. Acreditava, baseada nas pesquisas exatas, que uma pesquisadora não deveria “se envolver” em seu estudo. Entretanto, conforme Minayo, Deslandes e Gomes (2016), nas Ciências Sociais, existe uma identidade entre sujeito e objeto, e ela é também ideológica. Sendo assim, a problematização da violência de gênero nos IFs pareceu-me um tema relevante e que deveria ser abordado em minha pesquisa.

Esta dissertação está estruturada no formato de artigos integrados e conta com as seguintes sessões: Apresentação, onde consta o assunto geral do projeto e minha aproximação com o mesmo; 1. Introdução, que apresenta a relevância deste estudo, problema, objetivo geral e objetivos específicos; 2. Referencial Teórico, que embasa esta pesquisa; 3. Metodologia, onde são apresentados os aspectos éticos, forma de coleta de dados e análise de dados, e como foi construído o produto educacional; 4. Resultados e Discussões, onde constam os artigos integrados com os objetivos dos estudos; 5. Conclusões, onde estão os principais achados da pesquisa; Referências, onde constam as fontes da dissertação, porém não constam os referenciais citados nos artigos, visto que estes estão organizados em suas próprias referências; e, por fim, os Apêndices e Anexos, onde constam os documentos de apoio para realização da pesquisa.

Apesar de os estudos acadêmicos sobre gênero serem recentes, surgiram após os movimentos feministas de 1960/1970 (LOURO, 1995), sendo assim, a discussão de gênero na educação, nos dias atuais, não é novidade. Nos últimos anos, o conservadorismo aflorou no país, ameaçando os espaços de discussão sobre gênero nas Escolas, Institutos e Universidades. Logo, os debates acerca da temática também ficaram mais acalorados, bem como os estudos científicos sobre o tema.

Concordo com Colling (2015, p. 34) que os ambientes de ensino podem “se transformar também, em espaços de respeito à diversidade e de construção de relações igualitárias”. Por conseguinte, acredito que os espaços que permitem os debates e promovem o respeito às diferenças devem ser preservados e fortalecidos. Nesse intuito, procurei analisar como é problematizada a violência de gênero em um núcleo de gênero e diversidade sexual de um IF do Sul do país.

Os Núcleos destinados aos estudos e pesquisas sobre Gênero e Diversidade Sexual existentes nos IFs do estado do Rio Grande do Sul (RS) possuem atos de criação próprios e podem ser considerados tanto consultivos quanto propositivos. Esses espaços têm por objetivo “promover respeito e valorização de sujeitos” (IFFAR, 2016), “[...] fomentar o desenvolvimento da cultura da ‘educação para convivência’ com base na aceitação da diversidade” (IFSUL, 2018, p. 1), estimular e promover ações “[...] orientadas à temática da educação para a diversidade de gênero e sexualidade” (IFRS, 2017, p. 4), entre outras.

Ao proporem atividades que promovam o conhecimento e valorização da temática de gênero e diversidade sexual, os núcleos estão inseridos no contexto do ensino não formal. Desse modo, as atividades realizadas por esses núcleos estão em alinhamento com a área de Ensino, visto que, no documento da área, consta que “os PPGs têm como objeto a mediação do conhecimento em espaços formais e não formais de ensino” (CAPES, 2019, p. 5).

Um relatório da Organização Internacional do Trabalho/*Organización Internacional del Trabajo* (OIT), feito em 2018, aponta que as mulheres têm menos chances de estarem empregadas que os homens. Naquele ano, “a taxa mundial de participação feminina no mercado de trabalho era de 48,5%, 26,5% menor que a dos homens” (OIT, 2018, p. 6). Esses números trazem uma desigualdade no mercado de trabalho em relação aos gêneros feminino e masculino, resultado de muitos fatores estruturais e culturais, desde a segregação de ocupações nos setores até a discriminação e estereótipo de gênero (OIT, 2018). Saviani (2006), ao analisar a obra de Anísio Teixeira, nos traz que a escola é o retrato da sociedade a que serve. Sendo a sociedade mutável, bem como seus problemas, parece-me razoável a necessidade de debates e ações no ambiente escolar que visem à diminuição de preconceitos e discriminações sociais de gênero em nossa sociedade.

A análise de dados oficiais feita pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, em parceria com a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, mostra que a pobreza e a extrema pobreza em Porto Alegre/RS ocorrem em lares chefiados por mulheres (MARTINS; BANDEIRA; CAPUTO, 2014). Em relação aos cargos com maiores salários no Rio Grande do Sul, estes também têm maior participação masculina em relação à feminina (MARTINS; BANDEIRA; CAPUTO, 2014). Esses dados demonstram que a expansão do trabalho feminino se verifica também no trabalho mais precarizado, de

regime *part time* e marcado pela informalidade (ANTUNES, 1999). Desde que ingressei no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, ao ler os autores e as autoras das referências básicas do curso, compreendo que a EPT dos IFs deve contribuir para a erradicação de discriminações no mundo do trabalho.

Em relação à participação das mulheres na vida política no estado do RS, no ano de 2012, apenas 7,40% dos candidatos eleitos para vereadores em municípios do estado eram mulheres. Esse percentual é ainda menor que o nacional, onde tal número é 11,88% (MARTINS; BANDEIRA; CAPUTO, 2014). A escritora Virginie Despentes (2016, p. 17) traz que “O acesso aos poderes tradicionalmente masculinos se mistura ao medo da punição. O ato de sair da gaiola tem sido acompanhado, deste sempre, de sanções brutais”. Essa citação demonstra como funciona o empoderamento de mulheres (e pessoas que não se enquadram na cisheteronormatividade) em uma sociedade patriarcal e sexista.

O formato escolhido para esta dissertação foi desafiador, principalmente para uma pesquisadora iniciante como eu. A busca por revistas, formatação de acordo com cada uma, submissões e inserções no modelo de dissertação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) demandou um pouco mais de tempo que o imaginado. No entanto, concluirei o mestrado com quatro artigos fruto dos objetivos da pesquisa, além de um artigo publicado¹ ao longo do curso, um capítulo de livro publicado² e um no prelo³. Também participei de dois seminários com apresentação de trabalhos⁴.

Logo, olhando para trás, percebo o quanto pude evoluir como pesquisadora nesta árdua jornada de trabalho triplo (estudos, trabalho remunerado sem afastamento e trabalho doméstico). Alegro-me em poder compartilhar este estudo, fruto de muito estudo e dedicação. Ainda assim, sei que tenho um longo caminho

¹ FIORAVANTI, Tábata dos Santos; BRANCHER, Vantoir Roberto; MOREIRA, Heloísa Cordeiro. Gênero, sexualidade e diversidade sexual na Educação Profissional e Tecnológica: os núcleos de gênero e diversidade. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 1, p. 207-219, 2020.

² FIORAVANTI, Tábata dos Santos; PORTO, Eliane Quincozes; BRANCHER, Vantoir Roberto. O Nuggedis como possibilidade de espaço e de enfrentamento ao preconceito de gênero: discutindo violências e subjetividades. In: COLLING, Ana Maria; PORTO, Eliane Quincozes; BRANCHER, Vantoir Roberto (Orgs.). **Caminhos possíveis à inclusão V: gêneros, (trans)gêneros e educação - alguns enfrentamentos**. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

³ FIORAVANTI, Tábata dos Santos; BRANCHER, Vantoir Roberto. Violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir dos núcleos de gênero e diversidade sexual. In: SILVA, Fabiane Ferreira da; JESUS, Suzana Cavalheiro de (Orgs.). **Gênero, narrativas e territórios: investigações desde a Fronteira Oeste e Campanha Gaúcha**. Florianópolis: Tribo da Ilha, no prelo.

⁴ Diálogos Convergentes do IX Curta o Gênero; e II Seminário da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas sobre Educação Profissional e Tecnológica.

pela frente, pois, tal como Louro (1995, p. 104), “à medida que me entreguei à tarefa, ela se mostrou mais complexa e ampla do que eu supunha”. Nesse viés, mesmo após encerrado o capítulo do Mestrado em minha vida, a pesquisa não finda aqui. Confesso que ingressei no curso pensando na progressão e saio desejando novos voos e esperando um outro mundo possível.

1 INTRODUÇÃO

Os Núcleos de Gênero dos Institutos Federais são espaços institucionais que servem para problematizar questões de violência de gênero e diversidade sexual que existem na sociedade. Penso que a presença desses Núcleos é importante para que haja maior igualdade e equidade entre os membros e membras de suas comunidades.

Acredito também que a existência desses Núcleos contribui para a melhoria da qualidade de vida não só de discentes e docentes, mas também da sociedade em torno do Instituto. Isso porque os atos de criação dos Núcleos das três Instituições do RS preveem a participação da comunidade externa, bem como atuação além dos muros das instituições.

Dentre outras atividades, os Núcleos promovem ações de conscientização e de formação, atuações estas que podem ser compreendidas como atividade de ensino não formal. Tais ações se adequam perfeitamente à área de Ensino, visto que no documento de área consta que o ensino não formal é praticado por diversas instituições, podendo incluir a escola (CAPES, 2019). Segundo o documento de área, o ensino não formal:

Costuma estar relacionado a processos de desenvolvimento de consciência política e relações sociais de poder entre os cidadãos, praticadas por movimentos populares, associações da sociedade civil, sendo também muitas vezes ancorados em instituições de ensino e pesquisa (CAPES, 2019, p. 3).

Os Núcleos foram criados com a finalidade de desenvolver políticas, ações e projetos com vistas a promover respeito e valorização de todos os sujeitos (IFFAR, 2016), bem como promover a igualdade de gênero (IFSUL, 2018) e promover o direito à diferença, à equidade, à igualdade e ao empoderamento dos sujeitos (IFRS, 2017). Portanto, as ações realizadas pelos Núcleos são apoiadas pelos IFs e relacionam-se à consciência política daqueles/as que as usufruem e, também, perpassam as relações de poder existentes na sociedade.

Considerando os expostos acima, julgo necessário um estudo sobre as ações desses núcleos para que a comunidade externa, e mesmo a interna, tenha conhecimento sobre sua existência e importância. Por meio desse aprendizado, acredito ser possível que membros/as da comunidade busquem o núcleo para firmar

parcerias, fortalecendo o debate sobre a temática nas cidades onde os IFs estão inseridos. Quanto à comunidade interna, este estudo possibilitará uma maior identificação e aproximação ao Núcleo, fortalecendo-os e os defendendo em eventuais futuros ataques contra sua existência.

A existência desses Núcleos é recente no país, portanto, ainda não se encontra um grande número de pesquisas específicas sobre essa temática a nível *stricto sensu*. Isso pode ser observado no item “4.1 Núcleos de gênero e diversidade sexual na EPT: o que apontam as pesquisas contemporâneas”, onde constatamos que, apesar de o gênero ser o objeto de estudos no ambiente acadêmico (LOURO, 2018), as análises específicas sobre os funcionamentos de núcleos e comitês de gênero e diversidade sexual ainda são poucas. Dessa forma, essa pesquisa se mostra, de certa forma, inovadora, por abordar um assunto ainda pouco estudado academicamente.

Nesta pesquisa, cujo tema central é violência de gênero na EPT, pretendemos responder ao questionamento: **“Como os Núcleos de Gênero problematizam a violência de gênero em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul do país?”**. Ademais, através deste estudo, de abordagem qualitativa, objetivou-se conhecer a atuação dos Núcleos de Gênero no que tange ao desenvolvimento de ações com vistas a prevenir/erradicar/minimizar a violência de gênero em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul do país.

De forma mais específica, objetivamos realizar um levantamento do estado da arte sobre os estudos acerca de Núcleos de Gênero na EPT; conhecer as representações de gênero e de violência de gênero dos/as participantes dos Núcleos de Gênero; identificar desafios e potencialidades para a execução das atividades dos Núcleos de Gênero; pesquisar as ações/acolhidas desenvolvidas pelos Núcleos de Gênero e a relação delas com a EPT; e, por fim, a construção de um Produto Educacional a partir das demandas apontadas pelas colaboradoras⁵.

⁵ O único homem indicado declinou da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção está dividida em três partes: primeiro abordaremos brevemente a Educação Profissional no Brasil, até chegarmos à criação dos Institutos Federais, para que haja uma contextualização sobre a EPT aos/às leitores/as. Apresentaremos os Núcleos de estudos sobre Gênero e Diversidade Sexual dos Institutos Federais do RS. E, por último, falaremos sobre algumas concepções de gênero e violência de gênero, bem como a relação destas temáticas com a EPT.

Salienta-se que no item de “4 Resultados e Discussões” serão abordados e aprofundados alguns conceitos. Isto, pois, conforme já descrito, a análise dos dados desta dissertação está em formato de artigos.

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS INSTITUTOS FEDERAIS

Segundo Ramos (2014), a política de educação profissional sempre figurou como preocupação dos planos nacionais de desenvolvimento e, assim como o desenvolvimento do capitalismo em nosso país, ela é marcada pelo modelo de capitalismo dependente. Até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que possam ser consideradas como pertencentes ao campo da educação profissional no Brasil.

O ensino técnico e profissional foi citado pela primeira vez no Brasil na Constituição de 1937. Esse documento deixava claro que esse tipo de ensino ficaria a cargo das entidades particulares, visto que seria “[...] dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados” (BRASIL, 1937). Portanto, no início do século XX foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, destinada aos “pobres e humildes”. A classe média não demonstrou interesse pelo ensino profissionalizante, pois ela “[...] continuava contemplando o ensino propedêutico, e os mais pobres, não conseguiam acesso e permanência a tais cursos” (PORTO, 2018, p. 41). Podemos perceber que a educação destinada aos filhos da classe trabalhadora era para formação de mão de obra, enquanto aos filhos dos patrões destinava-se um ensino mais amplo, possibilitando posterior ingresso em um curso de nível superior.

Na década de 1970 algumas escolas da Rede Federal de Ensino Técnico foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs (RAMOS, 2014). A educação profissional da época era voltada a atender o mercado de trabalho e acompanhava as mudanças políticas e econômicas do país. Dois meses após a aprovação da Constituição de 1988, foi apresentada proposta de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que traçava para a educação profissional e o ensino médio um horizonte de escola unitária e politécnica (RAMOS, 2014). A politecnia buscava romper a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade (RAMOS, 2014). É um ensino que deve integrar ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

Apesar de muitas derrotas em face das políticas sociais, econômicas e educacionais dos anos 1990 e 2000, preservou-se, no âmbito do convencimento e da luta política, o denso significado da educação politécnica como educação omnilateral. Nesta, o ensino é em todos os aspectos da vida humana: física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, interagindo a formação geral e educação profissional (CIAVATTA, 2014). No ano de 2008 houve a expansão da rede federal de educação tecnológica institucionalizada pela criação dos Institutos Superiores de Educação, Ciência e Tecnologia, no que vários CEFETs e Escolas Técnicas foram transformados (RAMOS, 2014). Naquele ano também foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (também chamados de apenas “Institutos Federais”).

Respeitadas as normas do sistema de ensino, os Institutos Federais podem acrescentar ao mínimo exigido pelo ensino médio o desenvolvimento de atividades relacionadas à ciência e à cultura, visando a atender às necessidades e características sociais, culturais, econômicas e intelectuais dos/as estudantes. (RAMOS, 2010). O ensino médio integrado, na EPT, deve superar o conflito histórico do papel da escola de formar para o trabalho produtivo ou para a cidadania, ele tem como horizonte a superação da dominação do/a trabalhador/a e a perspectiva de emancipação dos sujeitos (RAMOS, 2010).

A Educação Profissional e Tecnológica é progressista e preza pela formação de um/a trabalhador/a que também seja um/a cidadão/ã capaz de compreender a

sua realidade e realizar transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível (BRASIL, 2010). Este objetivo da EPT está ligado ao conceito de onilateralidade, também conhecido por onilateralidade. De acordo com Manacorda (2007) na onilateralidade o indivíduo tem um desenvolvimento completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades de das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.

Conforme Manacorda (2007, p. 89-90), “[...] a onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres”. Na formação onilateral, politécnica ou integral, cuja origem está na obra de Marx e Engels, não há espaço para a profissionalização *stricto sensu*, quando se trata da formação de adolescentes, tendo como referência a autonomia e emancipação humana (MOURA, 2013). Desse modo, o ser humano deve romper com os limites que o fecham numa experiência limitada e recusar ter apenas os conhecimentos específicos de uma profissão e se alça a atividades mais elevadas (MANACORDA, 2007).

Podemos perceber que o ensino profissional e tecnológico disponibilizado pelos Institutos Federais nada têm em comum com o Novo Ensino Médio aprovado pela Lei nº 13.415/2017. Este não objetiva uma formação em todos os sentidos, emancipadora, que estimule a criticidade e atuação social dos/as estudantes, ou seja, para o mundo do trabalho. Portanto é uma educação acrítica, voltada apenas para o mercado de trabalho e mantedora do Capitalismo. A educação em EPT deve questionar para quem as práticas econômicas geram valores, superando, assim, a visão androcêntrica focada no trabalho assalariado e desigual entre os gêneros (BARRAGÁN *et al.*, 2016).

Considerando os expostos até aqui sobre a EPT, os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade foram criados nos Institutos Federais do RS como espaços onde o debate sobre as desigualdades de gênero possam acontecer.

2.2 OS NÚCLEOS DE GÊNERO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RS

Os Núcleos foram criados com a finalidade de desenvolver políticas, ações e projetos com vistas a promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos

(IFFAR, 2016), a igualdade de gênero (IFSUL, 2018) e o direito à diferença, à equidade, à igualdade e ao empoderamento dos sujeitos (IFRS, 2017).

Além do conhecimento científico-tecnológico, os Institutos Federais objetivam proporcionar uma práxis que possibilite aos sujeitos “[...] interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade” (BRASIL, 2010, p. 18). Logo, a intenção é superar a visão da escola como uma reprodutora dos valores da classe dominante. Nesse aspecto, são necessários debates acerca de assuntos tão latentes, como as relações de gênero (COLLING, 2015), pois o lugar do conhecimento não pode ser o local da ignorância (LOURO, 2018) sobre a temática da diversidade e igualdade.

Dentre as atribuições dos núcleos estudados encontram-se zelar pelas condições de acesso, permanência e conclusão de gênero e diversidade sexual (IFFAR, 2016), atuar como instância consultiva nos processos de elaboração e implementação de políticas de ações afirmativas nas temáticas de gênero e sexualidade (IFRS, 2017) e incentivar o respeito às diferenças pessoais, bem como desenvolver atividades que visem à formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres (IFSUL, 2018). Percebe-se que esses espaços institucionais servem para problematizar questões de violência de gênero e diversidade sexual que existam ou possam vir a existir nos Institutos.

A constituição do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), no IFFar, dentre outros atos normativos e movimentos institucionais foi provocada pela a Política de Diversidade e Inclusão do IF Farroupilha e o PDI 2014-2018 (IFFAR, 2016). Até o ato institucional de criação do Núcleo, as questões de gênero e diversidade sexual, eram trabalhadas dentro dos Currículos da Educação Profissional de Nível Médio (GUERCH; CONTO, 2017).

Quanto à criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) não constam suas motivações específicas no regulamento. Apenas consta na Resolução nº 37, de 20 de junho de 2017, que a aprovação do regulamento foi feita considerando a deliberação feita na reunião do Conselho Superior do IFRS datada de 20 de junho 2017. O regulamento próprio do Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED) do IFSUL também não aponta nenhuma motivação ou consideração para criação do NUGED.

O que se evidencia, então, é que os Núcleos de estudos e pesquisas sobre gênero e diversidade sexual nos IFs do RS são relativamente novos, sendo,

possivelmente o mais antigo de 2016. Os documentos de regulamentação do NUGED e do NEPGS não trazem as motivações de criações destes espaços, portanto não é possível concluir se foi por casos de violências e discriminações internas ou uma motivação externa, como uma legislação, por exemplo.

Apenas no ato de criação do NEPGS há a evidência do combate à violência de gênero. Talvez o fato de que não há igualdade entre os gêneros pressupõe que a violência existe, porém “[...] certos tipos de violência estão associados a ideais e estereótipos de gênero, ou melhor, características e comportamentos que esperamos de homens e mulheres e das relações que eles estabelecem entre si” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 55). Logo, acreditamos que deveria vir explícito nos regimentos o combate a estes tipos de violência, pois a linguagem é uma importante aliada para manter ou transformar exclusões, violências e realidades.

2.3 GÊNERO, SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?

Na Idade Média os estudos sobre o sexo feminino eram tomados a partir do sexo masculino, onde o “princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 2012, p. 23). Naquela época, os corpos femininos e masculinos eram vistos como duas variantes de uma mesma fisiologia, não havendo descrições anatômicas sobre os detalhes do sexo feminino, sendo este composto pelos mesmos órgãos masculinos, porém dispostos de forma diferente, onde a vagina era representada como um falo invertido (BOURDIEU, 2012). A preocupação teórica do uso do termo “gênero” está ausente nas principais teorias sociais formuladas entre os séculos XVII e início do século XX. Algumas das teorias da época formularam-se a partir de analogias entre a oposição do masculino e do feminino, outras até abordavam “questões femininas”, mas o uso e a caracterização de gênero como relações sociais e sexuais estavam ausentes (SCOTT, 1989).

O termo gênero começou a ser utilizado pelas feministas, na década de 1970, para designar o caráter social das relações e distinções entre os sexos, visando a rejeitar os determinismos biológicos implícitos nos termos “sexo” e “diferença sexual”, que as teorias sociais até então não abordavam (SCOTT, 1989); assim sendo, o conceito pode ser utilizado como uma ferramenta analítica e política (LOURO, 2014). Portanto o pensamento feminista origina-se como questionamento

político aos efeitos de um discurso androcêntrico, que foi construído como científico e universal (BARRAGÁN *et al.*, 2016).

A construção social de gênero, enquanto categoria, corresponde às formas hierárquicas de poder e subordinação baseadas em diferenças sexuais nas sociedades humanas, em especial, através da educação e das relações de trabalho (MARTINS; BANDEIRA; CAPUTO, 2014). Podemos afirmar, então, que “[...] não há pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas é enfatizada a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 2014, p. 26). A definição de gênero para Scott (1989, p. 86) é feita em duas partes:

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional.

Percebe-se que os estudos de gênero se ocupam de um amplo território de discussões, tendo em vista as análises das diferenças comportamentais de homens e mulheres em determinadas culturas; além da crítica que propõe às formas hierárquicas que o poder se dá na sociedade. A autora comenta sobre a segunda definição, ao afirmar que “[...] o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1989, p. 88).

É importante salientarmos que o movimento feminista tem origem eurocêntrica, começando com o movimento das sufragistas, que lutavam pelos direitos políticos das mulheres. Ou seja, eram lutas pelos direitos das mulheres brancas de classe média, que ignoravam a realidade das demais mulheres. Portanto, conforme Louro (2014, p. 38) “a menos que se desconstrua a polarização de gênero e se problematize a identidade no interior de cada polo, se deixará de contemplar os interesses, as experiências e os questionamentos de muitas mulheres”, como as não brancas, as transgêneras e as lésbicas, por exemplo.

Precisamos considerar que, além de gênero, interseccionam-se, nos sujeitos as diferentes classes, religiões, raças, idades etc. Uma pessoa pode viver, simultaneamente, várias formas de subordinação/opressão; porém, seria simplista somá-las, visto que elas se combinam de formas especiais e particulares (LOURO, 2014). Conforme nos explica Hall (2006, p. 13) “[...] o sujeito, previamente vivido

como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”. Devemos compreender que as considerações das diferenças apenas fazem sentido no campo da igualdade, sendo esta nascida no domínio político, visto que o par da diferença é a identidade, enquanto o da igualdade é a desigualdade. E é esta que precisamos extinguir (SAFFIOTI, 2015).

A naturalização das desigualdades entre os gêneros é incorporada nos corpos e nos *habitus* dos indivíduos a ponto de serem inevitáveis (BOURDIEU, 2012). Partindo desse princípio de naturalização, fica quase impossível criticar e argumentar as dimensões políticas e culturais (LOURO, 2018) tanto da sexualidade quanto das relações de poder e submissão existente entre os gêneros. O que chamamos de vocação de meninas e de meninos é essencialmente social, visto que tem por efeito produzir encontros harmoniosos entre as disposições e posições. Essas características são sempre definidas em uma cultura e, portanto, são “[...] compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2018, p. 12).

Relacionada ao poder, encontramos também a violência; afinal, “está ligada à possibilidade de alguém impor sua vontade, sem consentimento, sobre a vontade de outro” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 54-55). Segundo Saffioti (2015), a violência é uma ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: física, psíquica, sexual, emocional e/ou moral. E uma vítima pode sofrer uma ou mais violências simultaneamente.

As vítimas da dominação, muitas vezes, aprendem a cumprir até com certa felicidade seus papéis de subordinadas na sociedade (BOURDIEU, 2012). Ao internalizarem essa subordinação, os indivíduos correm o risco de se verem sob a ótica do olhar masculino/heterossexual e não conseguirem romper com essa relação de dominação, pois a pessoa dominada não consegue enxergar a si própria como tal (COLLING, 2015). Em uma sociedade patriarcal e machista, com “sistema binário, hierarquicamente arranjado” (SCOTT, 2012, p. 333) que atribuiu qualidades positivas aos homens e, muitas vezes, negativas às mulheres, é pequena a quantidade de mulheres que questionam sua inferioridade social (SAFFIOTI, 2015).

Bourdieu (2012, p. 18) explica que “a força de ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção”, pois a visão androcêntrica é compreendida como neutra e não necessita de uma legitimação ou explicação. Os estudos de

gênero provocam um abalo nesse paradigma, pois eles convidam à discussão sobre a dominação masculina, tornando-a algo discutível e impermanente. Além disso, possibilitam debates sobre as masculinidades, visto que “[...] quando pensamos em relações de gênero, nos referimos às maneiras como os sujeitos constroem a si mesmos a partir de estereótipos, normas de comportamentos e expectativas sobre o que é ‘ser homem’ ou ‘ser mulher’” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 26). Logo, os homens também sofrem com estes estereótipos (não podem chorar, nem serem sensíveis, precisam ter a virilidade em alta, gostar de esportes, etc.); mas o saldo negativo na sociedade é sempre das mulheres (SAFFIOTI, 2015).

Conforme Scott (1989, p. 92), “[...] o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição do homem/mulher; como também o estabelece”. Para proteger este poder, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Precisamos desconstruir esta naturalização para que possamos entender as construções sociais. Conforme Colling (2015, p. 46) “[...] desconstruir não é negar ou anular os valores dados como universais pelo século XIX, mas mostrar aquilo que foi escondido ou recalcado pela universalidade”. Dessa maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder, “pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro” (SCOTT, 1989, p. 92).

As mulheres “de verdade” devem comportar-se de maneira mais contida, ter uma tonalidade mais branda; espera-se que sejam sorridentes, atenciosas, delicadas, submissas, “recatadas e do lar”, como se a feminilidade se medisse pela capacidade de se fazerem pequenas (BOURDIEU, 2012). As características femininas são dispostas, em geral, no diminutivo, enquanto as masculinas apresentam-se no aumentativo. Às mulheres cabe o mundo privado, da reprodução (FEDERICI, 2019) irrelevante e desprezado na sociedade, enquanto os homens atuam no público e na política, ou seja, lugares que são de poder (COLLING, 2015). A feminilidade, em uma sociedade sexista e patriarcal, muitas vezes mascara formas de concordâncias com as expectativas masculinas, sejam elas reais ou supostas. Essas frequentes concordâncias, causam um permanente estado de insegurança corporal nas meninas e mulheres, gerando uma dependência em relação ao outro, que se torna constitutiva de seu ser (BOURDIEU, 2012).

As mulheres comumente “são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso de sua razão no exercício do poder” (SAFFIOTI, 2015, p. 37). É raro vermos mulheres ocupando funções de direção ou adquirindo algum destaque em sua profissão. Mesmo as profissões tipicamente “femininas”, quando são ocupadas por homens, ganham uma característica de “nobreza” (BOURDIEU, 2012); basta pensarmos na cozinheira e no chefe de cozinha, na costureira e no alfaiate, a professora que é chamada de tia e o professor de “mestre”, entre outras. O acesso de uma mulher ao poder ainda a coloca em uma situação de duplo vínculo (BOURDIEU, 2012); se agirem “como homens”, elas expõem-se à possibilidade perder suas características femininas, e se agem “como mulheres”, correm o risco de parecerem inaptas aos cargos que ocupam. Pode-se dizer que “o acesso aos poderes tradicionalmente masculinos se mistura ao medo da punição” (DESPENTES, 2016, p. 17), visto que as mulheres que desafiam esta “regra”, quase sempre, sofrem sanções (se não no local de trabalho remunerado, sofrem em casa).

Portanto, a diferença sexual e biológica se converte em uma diferença política (COLLING, 2015), legitimada e perpetuada social e culturalmente como algo imutável. Comumente a transitoriedade de identidades de classe social ou econômica é aceita, porém em relação ao gênero ou sexualidade não é. Quando alguém altera seus padrões de gênero ou sexuais corriqueiramente passa a ser visto como uma fraude pelos demais (LOURO, 2018). Portanto, precisamos entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos (LOURO, 2014), visto que a identidade é formada “[...] ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2006, p. 38). Apesar de termos o imaginário de uma identidade fixa, ela é incompleta, pois está sempre em processo de (trans)formação.

As relações de poder mantêm-se, também, por meio de uma violência simbólica onde a/o dominada/o não consegue identificar sua posição e pensá-la como uma relação de dominação. Sendo a relação de poder uma construção social, muitas vezes a/o própria/o dominada/o encontra-se em uma posição de admiração pelo dominador (BOURDIEU, 2012), onde a pessoa “[...] internaliza a naturalidade da discriminação, tornando-se difícil para ela romper com esta imagem de desvalorização de si mesma” (COLLING, 2015, p. 39). Para que consigamos romper com essas relações, é importante que possamos refletir sobre como determinada

característica passou a ser reconhecida como uma “marca” de identidade e quais significados essas marcas possuem hoje em nossa sociedade (LOURO, 2018).

O conceito de gênero nos permite analisar as diversas desigualdades sociais, políticas e econômicas existentes nas relações entre os gêneros nas sociedades. Através dele podemos entender que muitas dessas desigualdades não são criadas por diferenças físicas nem psicológicas, mas sim a partir das relações sociais. E é nesta dinâmica que são construídas as histórias e as culturas das sociedades (GOUVEIA; ISMAEL; CAMINO, 2008).

2.4 GÊNERO E SEXUALIDADE E SUA RELAÇÃO COM A EPT

Somente em 1998 com a estruturação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN) é que a orientação sexual passou a ser assumida pelo Governo Federal como um tema transversal, motivado pelo crescimento de gravidez na adolescência e do risco de contaminação pelo HIV (vírus da imunodeficiência humana) devendo ser integrada às propostas pedagógicas das escolas (ROCHA, 2011). Percebemos, então, que o debate sobre a sexualidade foi proposto apenas no âmbito da biologia, sendo excluída sua característica social.

Compreendendo que a sexualidade não é uma questão exclusivamente pessoal, mas também social e política e que é “construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 2018, p. 11), entendemos que a temática deve ser abordada no âmbito escolar para desenvolver ações críticas, reflexivas e educativas para os jovens (ROCHA, 2011) que visem ao combate à LGBTfobia⁶ e a discriminações de gênero. Porém, nos últimos anos movimentos conservadores - como “Escola Sem Partido” e “Ideologia de Gênero” - têm ganhado destaque e força nacionalmente causando “um grande estrago nos avanços conquistados com muita luta ao longo da história” (COLLING, 2020, p. 73). Um exemplo é a retirada de menções à identidade de gênero e orientação sexual do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reflete seu caráter contrário ao respeito, à diversidade (MELLO, 2020) e à igualdade.

As estruturas de dominação de gêneros não são a-históricas. Elas são produtos de um trabalho incessante que são reproduzidos e perpetuados por vários

⁶ Este termo abrange diversas formas de agredir pessoas que não são heterossexuais ou cisgêneras, englobando, então, violências de gênero e sexualidade.

agentes, dentre os quais encontra-se a escola, que age nas estruturas inconscientes (BOURDIEU, 2012). Novas teorias têm sido utilizadas para estabelecer diálogos entre o gênero e a educação, considerando que a escola é um local que além de demarcar as masculinidades e feminilidades, também contribui para as desigualdades entre os gêneros (COLLING, 2015). Afinal, “[...] currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe” (LOURO, 2014, p. 68, grifos da autora).

Uma vez que a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, mas também os institui, não apenas veicula, mas também produz e fixa diferenças (LOURO, 2014), precisamos estar atentas/os para a linguagem (falada e escrita) utilizada na escola. Um exemplo é não “sugerir que o uso de expressões e palavras no masculino seria sinônimo do que é neutro e/ou universal” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 12), pois isso nos impede de olhar a existência das mulheres. Portanto, devemos perceber o sexismo, o racismo, o etnocentrismo e as demais discriminações que a linguagem frequentemente carrega e institui (LOURO, 2014). Também consideramos interessante o debate sobre criação de novas palavras, que expurguem o sexismo (SAFFIOTI, 2015), como a linguagem neutra, por exemplo.

A dominação masculina se fortalece através do desconhecimento, visto que a mulher “aceita” sua condição de subordinada (COLLING, 2015), possuindo, inclusive, um sentimento de amor à dominação, renunciando o desejo de dominar (BOURDIEU, 2012). Logo, a escola que historicamente é um agente mantedor dessas relações, deve combater os pensamentos estereotipados e antidemocráticos, tornando-se um local de “produção de relações igualitárias e democráticas” (COLLING, 2015, p. 35). As instituições de ensino que ofertam a EPT devem romper com o consenso das “vocações” consideradas femininas ou masculinas, visto que a lógica por trás dessas “vocações” é produzir expectativas nos indivíduos que se esforcem, muitas vezes através de sofrimento, para alcançá-las. Mesmo com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e no ambiente acadêmico, ainda é difícil romper as barreiras que definem os ambientes e as profissões femininas e masculinas.

Como sabemos aos sujeitos que percebem seus interesses e/ou desejos distintos da norma heterossexual, resta o silêncio, a segregação e/ou a dissimulação, pois “[...] a produção da heterossexualidade é acompanhada pela

rejeição da homossexualidade” (LOURO, 2018, p. 33). Constantemente essa rejeição é traduzida pela LGBTfobia, e estas violências frequentemente são consentidas ou ignoradas pela escola. Muitas pessoas sofrem violência de gênero e “têm seus direitos violados sem que haja um crime que corresponda a essa violação, ou sem que ao menos tratemos a situação com indignação” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 55).

Portanto, cabe aos Institutos Federais proporcionar a suas/seus discentes, técnicas/os e docentes um ambiente onde haja respeito à diversidade das relações afetivo-sexuais. A heterossexualidade não pode mais ser afirmada como o exemplo das relações humanas (COLLING, 2015), nem considerada como a forma “natural”, universal e normal (LOURO, 2018), visto que a sexualidade também é compreendida como uma construção histórica e cultural, carregada de multiplicidade e provisoriade (LOURO, 2007).

O consenso de que a escola não deve formar apenas para o mercado de trabalho, mas também “preparar seus alunos e alunas para a cidadania construindo sujeitos éticos e responsáveis” (COLLING, 2015, p. 38) vai ao encontro dos objetivos da Educação Profissional e Tecnológica oferecida pelos Institutos Federais. A educação que meninas e meninos recebem e a forma como se comportam são fenômenos sociais que podem ser mudados (COLLING, 2015) e caso sejam comportamentos sexistas, *devem* ser mudados. Demonstrar como esses comportamentos são construídos é um trabalho pedagógico (COLLING, 2015) que está inserido nas atribuições de um Instituto que objetiva a formação de um/a cidadão/ã crítico/a, capaz de mudar a sociedade onde vive. As instituições de ensino não podem mais serem espaços mantedores das permanências de divisões e dominações entre os gêneros; devem ser locais que rompam com as exclusões, trazendo ao ambiente a problematização sobre o gênero, a diversidade sexual e as discriminações para construir um ambiente mais igualitário.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, pois se trata de um estudo no campo educacional, caracterizando-se em uma pesquisa social e, de acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2016), o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. Segundo Jacobini (2006), a pesquisa qualitativa é o método apropriado para as ciências humanas, pois o ser humano não deve ser um objeto a ser medido e nem tabulado.

3.1 ASPECTOS ÉTICOS

A Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde versa sobre as diretrizes e normas para pesquisas que envolvam humanos. Considerando que neste estudo foram realizadas entrevistas, respeitamos os princípios éticos daquela resolução. Neste item abordaremos os aspectos éticos envolvidos no desenvolvimento desta pesquisa.

As participantes da pesquisa terão o anonimato preservado, pois foram utilizados codinomes para cada uma das entrevistadas. As colaboradoras foram contatadas individualmente para esclarecimento acerca dos objetivos da pesquisa, do motivo pelo qual elas foram escolhidas para as entrevistas, bem como sobre a importância de suas contribuições neste estudo.

No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) constam as informações sobre as garantias e os direitos das entrevistadas. Além do anonimato, existe a possibilidade de solicitação de afastamento ou desligamento da pesquisa sem ônus algum à entrevistada. Destacamos que um dos benefícios resultantes deste estudo foi um produto educacional, que foi construído com auxílio das repostas dadas pelas participantes.

As entrevistadas não foram remuneradas pelas suas colaborações nesta pesquisa, tão pouco tiveram despesas financeiras. Em decorrência da pandemia da COVID-19, as entrevistas foram realizadas remotamente, pela plataforma *Google Meet*. Nenhuma entrevista foi realizada sem a expressa autorização das participantes por meio da assinatura dos TCLE. As entrevistas foram gravadas em vídeo e integralmente transcritas pela autora do estudo; as transcrições foram

encaminhadas às respectivas participantes para revisão, e somente foram analisadas após as devolutivas.

As informações fruto das entrevistas serão armazenadas no Banco de dados virtuais do Grupo de Pesquisa Magma (Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Inicial e Continuada de Professores), junto ao Campus Jaguari/RS do Instituto Federal Farroupilha, por um período de cinco anos a contar da publicação dos resultados e após este prazo, serão destruídas.

3.2 AMOSTRA E CRITÉRIO DE INCLUSÃO

Para compor a amostra deste trabalho foi utilizado o método *snowball*, ou bola de neve, que é uma técnica de amostragem que utiliza cadeia de referências (VINUTO, 2014), como uma espécie de rede. Neste método a participante inicial do estudo indicou outras participantes, que também indicaram novas participantes e assim por diante, até que o objetivo do estudo seja alcançado (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 332).

Albuquerque (2009, p. 12) diz que “diferente das técnicas tradicionais de amostragem, que buscam a independência entre os elementos de amostra, esse tipo de técnica faz uso justamente as relações entre as pessoas”. Para a escolha da primeira entrevistada consideramos o exercício de liderança e o conhecimento sobre os/as membros/as da localidade a ser estudada (ALBUQUERQUE, 2009). Portanto, foi realizada uma pesquisa para saber qual pessoa estava ocupando o cargo de chefia do setor ao qual o núcleo de estudo de gênero é subordinado, resultando na primeira colaboradora. O motivo desta escolha é a visão multicampi que esta servidora possui sobre as existências e atuações dos Núcleos. Durante a entrevista foi solicitado que as participantes indicassem, sob seus pontos de vistas, outras pessoas que fossem atuantes nos Núcleos para serem colaboradoras no estudo.

Antes das entrevistas, foi feito contato telefônico com as indicadas para explicar os objetivos da pesquisa, bem como para apresentar a proposta de investigação e sanar possíveis dúvidas. As datas de entrevistas foram agendadas conforme os dias e horários indicados pelas colaboradoras.

3.3 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Foram excluídas deste estudo as pessoas que não assinaram o TCLE ou não retornaram o contato inicial de convite para participação nesta pesquisa.

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA

Para a realização desta pesquisa, primando pelos aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, as coletas de dados só iniciaram após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar). Aprovação esta firmada pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 30384820.7.0000.5574 e pelo Parecer Consubstanciado que se apresenta como Anexo A desta dissertação.

De acordo com Lüdke e André (1986), a entrevista é uma das técnicas de coleta mais utilizadas nas pesquisas sociais. Neste estudo optamos pelas entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas pela autora deste estudo. As entrevistas combinaram perguntas fechadas e abertas, permitindo um planejamento de perguntas, mas deixando certa liberdade para as entrevistadas transcorrerem sobre suas respostas. Triviños (1987) afirma que a entrevistada, ao seguir a linha de seu pensamento e falar sobre suas experiências dentro do foco principal colocado pela investigadora, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. Lüdke e André (1986, p. 33-34) corroboram com esse pensamento ao afirmarem que:

[...] nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista.

Portanto, as colaboradoras puderam transcorrer sobre suas vivências com maior liberdade, proporcionando um melhor esclarecimento acerca das problematizações de violência de gênero na Instituição. Lüdke e André (1986) ainda nos trazem que pesquisas no campo das humanidades as entrevistas menos estruturadas e com esquemas mais livres são as mais indicadas.

Antes das entrevistas começarem, foram elucidados os objetivos da pesquisa, aspectos éticos e metodológicos, benefícios que a pesquisa trará às participantes,

comunidade acadêmica e comunidade local onde os IFs estão inseridos. Foram esclarecidos também os possíveis danos aos participantes e demais itens que constem no TCLE.

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas para posterior análise de conteúdo. As transcrições foram encaminhadas, via e-mail, às respectivas participantes para revisão, sendo que análises foram realizadas somente após o retorno das participantes. Salienta-se que algumas colaboradoras solicitaram supressão ou alteração de algumas informações, acreditamos que este é um direito delas, visto que são suas falas que foram analisadas na pesquisa. E, por vezes, as pessoas podem se expressar de maneira equivocada em algum momento.

Devido aos perfis das entrevistadas (a primeira sendo coordenadora e as demais membras), optamos por elaborar dois instrumentos de coletas (Apêndice C e Apêndice D). Dessa forma, as perguntas serão feitas de forma mais adequada a cada pessoa indicada no *snowball*. Salientamos que os instrumentos de coletas foram enviados para análise de duas pesquisadoras renomadas na área, a fim de examinarmos o potencial dos instrumentos de coleta de dados para atingirmos os objetivos deste estudo. Além disso, os instrumentos também foram analisados pelo membro e pela membra da banca de qualificação do projeto. Sendo que as sugestões de modificações foram realizadas pela autora do estudo.

3.5 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Na entrevista qualitativa não há uma separação demarcada entre coleta de informações e interpretação das mesmas (TRIVIÑOS, 1987). Portanto, a análise das informações coletadas se dá logo após a finalização de cada entrevista; visto que a entrevistadora já começa a pensar sobre possíveis análises e referenciais teóricos.

O método de interpretação de dados foi a análise de conteúdo, que é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2002, p. 38). Este método visa obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 2002). Para fazer análise de dados, serão seguidas as etapas descritas por Bardin (2002), a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A pré-análise é a fase de organização e “[...] tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2002, p. 95). Na etapa de exploração dos materiais acontece a administração sistemática das decisões tomadas. Já na etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados brutos são tratados de maneira a serem significados e válidos. Na última etapa ocorre também a inferência e interpretação, onde os resultados serão analisados com fins teóricos ou pragmáticos e podem ocorrer outras orientações para uma nova análise (BARDIN, 2002).

3.6 O PRODUTO EDUCACIONAL

O curso é uma ferramenta pedagógica que possibilita melhora e expansão do ensino e possibilita a criticidade (BELLONI, 2002), visto que é uma conformação continuada disponibilizada na plataforma Moodle. Considerando as respostas das colaboradoras, o curso de formação continuada foi construído pensando em abordar conceitos introdutórios sobre gênero e violência de gênero, além de relacioná-los com a EPT. Os materiais foram escolhidos entre as leituras e achados ao longo da pesquisa de mestrado, todos definidos metodicamente pela autora principal. Dessa forma, os conteúdos apresentados se complementam e a complexidade de informações e conceitos vai aumentando gradativamente. As autoras escolhidas são renomadas na área, sendo que a Rita Von Hunty é um personagem criado pelo Guilherme Terreri Lima Pereira, que além de *drag queen*, é ator e também professor.

Pensando em contextualizar os materiais teóricos, foram convidadas pessoas para participarem do curso, para comentarem sobre suas experiências pessoais. As/os convidados têm relação com a EPT (uma pesquisadora, um aluno e uma ex-aluna) e foram escolhidas por terem histórias marcantes ligadas à temática do curso. Salienta-se que os vídeos somente foram gravados após a assinatura do TCLE confeccionado para este fim (Apêndice E).

Finalizada a criação do curso no Moodle, convidamos as entrevistadas a participarem como avaliadoras/validadoras do curso. A maioria informou que estava sobrecarregada com as atividades remotas de final de ano e apontaram que não poderiam participar naquele momento. Das sete entrevistadas, apenas duas puderam validar o curso. Portanto, foi convidada uma renomada pesquisadora da

área, que já havia validado o instrumento de coleta dados da pesquisa, para colaborar avaliando também o curso organizado.

3.7 OS ARTIGOS INTEGRADOS

Optamos por utilizar nesta dissertação uma estrutura de artigos integrados, visto que essa estruturação é prevista na produção científica Brasileira. Conforme o Manual de Dissertações e Teses da UFSM (UFSM, 2015, p. 49), o desenvolvimento textual de escrita “compreende artigos aceitos, a serem submetidos ou publicados em periódicos indexados”. Os artigos integrados são escritos conforme as normas do periódico de interesse (as normas devem ser entregues pela discente à secretaria do programa).

As dissertações de mestrado devem conter pelo menos um artigo, que estará redigido nas normas do periódico específico (UFSM, 2015). Considerando que nos artigos contém as listas de referências, não é necessário repeti-las nas referências da dissertação. Portanto nas referências da dissertação devem constar apenas as citações da introdução, do referencial, da metodologia e das conclusões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme já descrito, este item conterá os artigos de análise dos objetivos do estudo. Cada artigo está formatado conforme a revista escolhida para submissão. O artigo sobre o produto educacional será submetido após a defesa da dissertação e validação do produto, porém já está formatado nos moldes da revista escolhida (Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico - EDUCITEC). Quanto aos demais artigos, foram submetidos e estão aguardando as análises das revistas, conforme abaixo:

O artigo “Núcleos de gênero e diversidade sexual na EPT: o que apontam as pesquisas contemporâneas” foi submetido para a Revista Educação Profissional e Tecnológica em Revista em 08 de julho de 2021. Quanto ao artigo “Questões de gênero na educação profissional e tecnológica”, ele foi submetido para Revista Teias em 18 de janeiro de 2022. Já o artigo “Os Núcleos de Estudo Sobre Gênero nos Institutos Federais do Rio Grande do Sul” foi submetido para Revista Principia em 18 de janeiro de 2022.

4.1 NÚCLEOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EPT: O QUE APONTAM AS PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

NÚCLEOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EPT: O QUE APONTAM AS PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

RESUMO

Este estudo é uma pesquisa bibliográfica, sendo uma revisão de literatura de pesquisas dos últimos cinco anos sobre a temática de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O foco do trabalho são investigações acerca de Núcleos de Gênero e Diversidade sexual/sexualidade ou outras designações que abordassem este teor na EPT. Os resultados apontam a insipiência dos estudos na temática específica em EPT e que os núcleos existentes foram criados há pouco tempo (2016 e 2017). Apesar dos núcleos ainda estarem se estruturando e apresentarem dificuldades para o desenvolvimento das atividades, os estudos revelam que esses ambientes se mostraram imprescindíveis para uma comunidade escolar menos preconceituosa e excludente e mais igualitária, inclusiva e acolhedora.

Palavras-chave: violência de gênero; análise de gênero; ensino médio integrado; educação profissional.

NUCLEI OF GENDER AND SEXUAL DIVERSITY IN EPT: WHAT POINT CONTEMPORARY RESEARCH

ABSTRACT

This study is a bibliographic research, and is a literature review of research from the last five years on the theme of Gender and Sexual Diversity in Professional and Technological Education (known in Brazil by the Portuguese acronym, EPT). The focus of the work is investigations on Gender Diversity and Sexual Diversity/sexuality Nuclei or other designations that address this content in the EPT. The results indicate the insipidity of the studies in the specific thematic in EPT and that the existing nuclei were created recently (2016 and 2017). Although the nuclei are still structuring and present difficulties for the development of activities, studies show that these environments were essential for a less prejudiced and exclusionary and more egalitarian school community, inclusive and welcoming.

Keywords: gender violence; gender analysis; integrated high school; professional education.

INTRODUÇÃO

Falar sobre gênero e sexualidade como construções sociais é um debate que existe desde os anos 1960 (SCOTT, 1989). No entanto, ainda hoje, se encontram resistências para que este assunto seja discutido na escola, especialmente devido ao movimento “escola sem

partido”. Esse movimento se autodescreve como uma iniciativa de discentes e pais preocupados com as “ideologias” existentes nas escolas. Desde 2015, há debates nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional sobre Projetos de Leis inspirados nas ideologias do grupo “escola sem partido”.

Acredita-se que a escola não deve formar seus discentes apenas para a atuação no mercado de trabalho, mas sim “preparar seus alunos e alunas para a cidadania construindo sujeitos éticos e responsáveis” (COLLING, 2015, p. 38). Portanto, concordamos com a formação omnilateral objetivada pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ofertada nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia¹ (IFs) pertencentes à Rede Federal de Ensino Profissional, Científica e Tecnológica.

Na formação omnilateral, os indivíduos têm um desenvolvimento multilateral, em todos os sentidos, das faculdades das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação (MANACORDA, 2007). Portanto, a EPT é contrária à educação bancária e à lógica de mercado, sendo crítica a toda forma degradante de produção e consumo.

Os Núcleos de Gênero e Sexualidade/Diversidade Sexual emergem no ambiente escolar como instância de acolhida, denúncia e de formação sobre essa temática, tanto para docentes quanto para discentes e técnico-administrativos. Sabe-se que o ensino na EPT é progressista e visa a formação de um sujeito autônomo, sendo um/a cidadão/ã e agente político capaz de compreender e transformar a sua realidade (BRASIL, 2010). Portanto, a constituição de núcleos inclusivos, como os de gênero e diversidade sexual/sexualidade, por exemplo, nas instituições que oferecem essa modalidade de ensino é completamente razoável.

Colling (2014, p. 37) traz que “os discursos produzem uma ‘verdade’ sobre os sujeitos e sobre seus corpos quando sugerem o que vestir, o que usar, o que falar, como se comportar, etc. constituindo identidades”. Na instituição escolar não é diferente, os discursos produzidos e reproduzidos nesse ambiente afetam as identidades dos/as jovens. Logo, compreende-se que o rompimento com preconceitos e discriminações é urgente no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica através de uma revisão de literatura das dissertações e teses publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de

¹ Para maiores informações sobre EPT recomendamos especialmente as obras (CIAVATTA, 2014; PACHECO, 2020; RAMOS, 2014).

Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como artigos da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram analisadas as produções científicas realizadas nos últimos cinco anos sobre a temática de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Profissional e Tecnológica, visando conhecer o que se tem produzido de conhecimento sobre os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade na EPT.

Para a realização desta investigação, foram feitas pesquisas na BDTD, vinculada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Foram utilizados os seguintes descritores: “violência de gênero e educação”, “violência de gênero e ensino”, “violência de gênero na escola”, “gênero e educação”, “gênero e educação profissional e tecnológica” e “gênero e ensino”. Nessa biblioteca, apenas três produções atendiam aos critérios de inclusão acima descritos. Na biblioteca SciELO, utilizaram-se os mesmos descritores e apenas um artigo foi encontrado. Posteriormente, realizou-se busca na biblioteca da CAPES, onde os números totais de produções para análise passavam de vinte mil. Então, optou-se por selecionar apenas os trabalhos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), visto que o mesmo representa o maior Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do país. Nesta busca, chegou-se a dez dissertações.

O período selecionado foram os últimos cinco anos. Este intervalo de tempo foi escolhido considerando a Nota Técnica nº 32/2015, do Ministério da Saúde, que tem por objetivo trazer o escopo legal e a abordagem estabelecida pelas Diretrizes Educacionais Nacionais para subsidiar redes de ensino, escolas e profissionais de educação quanto à pertinência da abordagem de temas relacionados a gênero e orientação sexual na educação básica, respaldando gestores quanto a possíveis tentativas de intimidação (BRASIL, 2015).

Essa Nota Técnica foi escolhida, visto que é citada em atos de criações de Núcleos de Gênero e Diversidade como sendo uma das motivações para existência desses núcleos, portanto, justifica-se o seu uso.

Os critérios de inclusão utilizados foram que as produções analisassem a atuação de Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade em escolas que ofertassem uma Educação Profissional e Tecnológica, ou que as produções abordassem sobre violência de gênero na Educação Profissional e Tecnológica. Considerando que os achados sobre núcleos na EPT no BDTD foram zero, as produções que analisassem a atuação de Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade em escolas de Ensino Médio também foram inclusas.

Na BDTD, os descritores como “violência de gênero na escola”, “violência de gênero e ensino” e “violência de gênero e educação” não retornaram dados e o descritor “gênero e

educação profissional e tecnológica” retornou uma produção que não fazia parte do critério de inclusão. Dessa maneira, foram analisados os resultados dos demais descritores, sendo que, no descritor “gênero e educação”, obtive-se 104 resultados, no “gênero e ensino” 48 e no “gênero na escola” 59 resultados.

Já na SciELO, o descritor “gênero e educação profissional e tecnológica” também não retornou dados, enquanto que “violência de gênero na escola” retornou 15 artigos, “violência de gênero e ensino” um total de 11, “violência de gênero e educação” retornou 39 artigos, “gênero e educação” retornou 360 artigos, “gênero e ensino” total de 237 e, por fim, “gênero na escola” obteve um total de 164 artigos.

No catálogo de Teses e Dissertações CAPES, por ter selecionado apenas o PROFEPT, utilizaram-se os descritores “gênero” e “violência”, visto que a área do Programa é ensino, logo, as dissertações estariam relacionadas ao ensino ou à escola. O descritor “gênero” retornou seis resultados e “violência” retornou quatro dissertações.

Obteve-se um total de 1.047 resultados. As produções descartadas da análise abordavam temáticas como: apreciação de gêneros musicais, análise de abordagem de gênero em disciplinas específicas, estudos sobre bullying de uma forma geral, abordagem de feminismo na escola, análise da “escola sem partido”, pesquisas sobre a língua portuguesa, entre outras.

RESULTADOS

Mapeamento das produções

Para análise dos resultados e seleção das dissertações e teses que serviram de base para este estudo, primeiramente, foram lidos os títulos dos trabalhos e, posteriormente, os resumos daqueles que eram relacionados a estudos de gênero. Após essa leitura, foram selecionados todos os trabalhos que abordassem gênero e/ou violência de gênero no Ensino Médio, de forma geral. Posteriormente, foram feitas as leituras das introduções e metodologias a fim de ter certeza que seriam selecionados os estudos conforme os critérios de inclusão: pesquisas que analisassem a atuação de Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade em escolas de Ensino Médio ou estudos de violência de gênero na Educação Profissional e Tecnológica.

Os dados coletados foram inseridos em um fichamento para posterior análise, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Modelo de fichamento utilizado

Item a ser analisado	Pontos importantes / Observações
Título	
Autor/a	
Instituição	
PPG	
Tipo	
Ano	
Site	
Objetivos	
Principais autores/as utilizados	
Metodologia	
Público-alvo/Participantes/Colaboradores	
Forma coleta/Construção de dados	
Forma de análise/Interpretação dos dados/Materiais	
Principais achados	
Resultados	

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao final das análises citadas, chegou-se ao total de sete pesquisas relacionadas aos objetivos, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Resultado da busca nos bancos de dados e produções selecionadas para este estudo

Ano de defesa	Produções encontradas	Produções selecionadas
2015	171	0
2016	170	1
2017	159	2
2018	171	1
2019	208	3
2020	168	0
Total Geral	1047	7

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de emergirem muitos estudos com a temática de gênero e diversidade sexual/sexualidade relacionados às escolas de Ensino Médio, apenas sete foram selecionados por analisarem núcleos de estudo desta finalidade ou serem feitas em Institutos Federais que ofereçam Educação Profissional e Tecnológica.

A análise da Tabela 2 aponta que os estudos nesta temática ainda são poucos, havendo uma necessidade de mais aprofundamento nas pesquisas *stricto sensu* para maior análise e entendimento do funcionamento desses núcleos nas escolas.

Na Tabela 3, estão descritos os Programas de Pós-Graduação (PPG) e a revista de onde emergiram as dissertações e o artigo que serviram de base para esta investigação.

Tabela 3 - Quantidade de produções por IES e PPG/Revistas

IES	PPG/Revistas	Dissertações	Teses	Artigos
UTFPR	Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade	1	0	0
UFRN	Programa de Pós-graduação em Ensino de História	1	0	0
UFPE	Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos	1	0	0
IFS	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica	1	0	0
IFSP	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica	1	0	0
IFSul	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica	1	0	0
-	Revista Katálisis	0	0	1
Total Geral		6	0	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Com os dados da Tabela 3, percebe-se que as dissertações que analisam a temática deste estudo não são exclusivamente oriundas de Programas de Pós-Graduação de Ensino ou Educação. Os PPGs descritos na Tabela 3, de certa forma, comprovam que os estudos de gênero são transversais, podendo ser abordados em variadas áreas de conhecimento.

Esse levantamento sobre as atuações dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade em distintas Instituições Educativas possibilitou o panorama geral que servirá de base para este estudo. A seguir, analisar-se-ão as produções selecionadas, a fim de descrever o que os estudos acadêmicos trazem sobre a temática desta análise.

Descrição das produções selecionadas

Considerando os parâmetros e descritores citados no item anterior, apresentar-se-ão as sete produções selecionadas para este estudo. A sintetização dos estudos selecionados está no Quadro 1.

Quadro 1 - Produções selecionadas para descrição

Autor(a)	Título	IES	PPG/Revista	Tipo	Ano
Tânia Gracieli Vega Incerti	Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes: relações de gênero na educação profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR – Campus Curitiba	UTFPR	Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade	Dissertação	2017
Marlia Aguiar Façanha	E se te contassem outra História: gênero e feminismo no ensino de História	UFRN	Programa de Pós-graduação em Ensino de História	Dissertação	2018
Maria Julieta Correia Jacob	“Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais”: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco	UFPE	Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos	Dissertação	2017
Ieda Fraga Santos	Estudo de relações de gênero e educação profissional: desconstruindo estereótipos para promover a equidade	IFS	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica	Dissertação	2019
Ivan Pedroso	Educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade: uma sequência didática para o Ensino Médio Integrado	IFSP	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica	Dissertação	2019
Arthur Felipe Kinzel Fauth	Gênero e sexualidade em cena: dos modos de (re) existência numa perspectiva de educação para a diversidade	IFSul	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica	Dissertação	2019
Ana Carolina Cerveira Tavares e Inez Sampaio Nery	As repercussões da violência de gênero nas trajetórias educacionais de mulheres	-	Revista Katálýsis	Artigo	2016

Fonte: Elaborado pela autora.

Iniciar-se-á a análise do texto “Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes: relações de gênero na educação profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR - Campus Curitiba” de autoria de Tânia Gracieli Vega Incerti (2017). A pesquisa teve por objetivo geral compreender as relações de gênero na Educação Profissional e Tecnológica, tendo por base o estudo dos projetos pedagógicos e a percepção de pessoas

matriculadas nos cursos Técnico em Mecânica e Técnico em Processos Fotográficos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), Campus Curitiba.

A metodologia utilizada na investigação é qualitativa e a forma de produção de dados foi a entrevista semiestruturada. O recorte ocorreu com alunos/as do Ensino Médio matriculados/as no Técnico em Mecânica e Técnico em Processos Fotográficos do IFPR. Como pode ser observado, este estudo não se trata de uma análise de um Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade, mas foi realizado em um Instituto Federal que oferta Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A autora traz, no primeiro capítulo, abordagens sobre gênero pautadas em Guacira Louro, Joan Scott, Heleith Saffioti, Maria Amélia Teles, entre outras. O segundo capítulo apresenta a EPT com embasamento teórico principalmente em Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Demerval Saviani e Marise Ramos.

A partir das falas dos entrevistados e das entrevistadas, a autora registra que “as questões de gênero estão imbricadas em todo o processo educativo do IFPR” (INCERTI, 2017, p. 161). Ela ressalta que os/as alunos/as informaram não haverem muitos debates em sala de aula sobre a temática, mas ocorrem piadas e brincadeiras onde essas questões se manifestam. Como elas são naturalizadas naquele ambiente, então parece que não existem desigualdades e violências.

Através das respostas, ponderações e contribuições das/os entrevistadas/os foi possível perceber que há mais proximidade entre os dois cursos analisados (Processos Fotográficos e Técnico em Mecânica) que divergências, “especialmente quanto à desigualdade de gênero” (INCERTI, 2017, p. 163). Dentre as convergências entre as respostas dos/as entrevistados/as, a pesquisadora ressalta que:

a) os lugares, nos dois cursos, estão marcados e os papéis seguem sexualmente e socialmente definidos; b) a heteronormatividade mostra seu domínio no espaço escolar, pois qualquer tentativa de fugir disso apresenta consequências que duramente são vivenciadas por homens e mulheres; c) as mulheres, sendo minorias ou majorias, carregam consigo marcas e estereótipos socialmente definidos; d) a construção da feminilidade ou masculinidade faz parte dos ensinamentos da escola; e) a busca pela desconstrução de estereótipos é apontada pelas/os estudantes como uma possível ação de contribuição para a igualdade de gênero; e f) a escola é lembrada como uma instituição capaz de pensar e construir ações nesse sentido (INCERTI, 2017, p. 163).

Portanto, as conclusões supracitadas da pesquisa da autora apontam para o que Colling (2015, p. 35) já afirmava ao dizer que “a escola é um lugar de demarcação do feminino e do

masculino e de estabelecimento das desigualdades de gênero”. Ainda, foi apontado que a escola foi lembrada como um possível local de quebra de estereótipos e enfrentamento à desigualdade de gênero, assuntos que são debatidos pelos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual existentes em outras Instituições de Ensino.

A pesquisadora chama atenção para as percepções dos/as estudantes sobre questões de gênero e sexualidade relativas aos discentes e os cursos escolhidos. As respostas dos/as estudantes do Curso Técnico em Mecânica, onde a maioria massiva dos discentes são meninos, estão mais relacionadas aos estereótipos de gênero, enquanto que, no curso de Processos Fotográficos, onde muitos alunos sofrem preconceito na escola, ao serem chamados de gays, a orientação sexual foi o fator mais apontado (INCERTI, 2017).

A autora conclui que no espaço da educação tecnológica, as piadas e brincadeiras são uma “uma realidade presente e carregada de preconceito e desigualdade de gênero” (INCERTI, 2017, p. 165). Desse modo, há necessidade que se debata sobre a temática no ambiente escolar e, segundo a pesquisadora, as/os profissionais da comunidade escolar precisam de uma formação complementar que discuta a temática (INCERTI, 2017).

A dissertação intitulada “E se te contassem outra História: gênero e feminismo no ensino de História” com autoria de Marlia Aguiar Façanha (2018, p. 7) tem como objetivo:

[...] analisar as implicações dos estudos feministas e de gênero para o ensino de História, bem como, trabalhar na perspectiva de problematizar e dirimir as desigualdades de gênero na Escola em Tempo Integral Professor Edmilson Pinheiro, em Maracanaú/CE, através da formação do Núcleo de Gênero da Escola Edmilson Pinheiro- NUGEP, para estudar, discutir e trazer atividades relacionadas às questões de gênero à comunidade escolar.

A pesquisadora utilizou-se dos estudos etnográficos para organização do seu trabalho. Dessa forma, este é do tipo qualitativo, sendo que, para a coleta de dados, utilizou-se mais de um instrumento, a saber: entrevistas, questionários e também observação participante. As autoras utilizadas para o embasamento teórico sobre gênero e feminismo foram Guacira Louro, Margareth Rago, Susan Bordo, Djamila Ribeiro, Joan Scott, Joana Maria Pedro, Ana Maria Colling, entre outras.

Façanha (2018, p. 12), que é professora de História, busca, em sua produção, resgatar as mulheres esquecidas pela história, que é tradicionalmente escrita e “realizada por grandes homens e pouquíssimas mulheres”. Essa realidade vem sendo modificada, segundo a autora, devido a uma “maior participação das mulheres nas políticas públicas e educacionais,

empoderamento das mulheres e meninas em idade escolar, novos feminismos, principalmente em redes sociais”, entre outros fatores (FAÇANHA, 2018, p. 12-13).

A autora apresenta como os estudos feministas e de gênero podem ser relevantes para o ensino de história, possibilitando um novo olhar (FAÇANHA, 2018). Trazendo, com isso, uma “outra história mais capaz de se aproximar das questões que permeiam o embate às desigualdades de gênero na escola” (FAÇANHA, 2018, p. 52).

Em sua pesquisa, a autora traz abordagens das entrevistas sobre gênero, machismo, feminismo e violências, bem como:

[...] procura criar uma proposta de intervenção na escola a partir da constituição de um núcleo de estudos e pesquisas em gênero, que além de acolher as vítimas do preconceito de gênero, constrói um espaço de conhecimento que colabora com a autoestima e reforça os vínculos com a liberdade, autonomia e direitos de cidadania a partir da estratégia, dentro do Ensino de História e da escola como espaço primordial para a formação cidadã (FAÇANHA, 2018, p.75).

Conforme a citação acima, o Núcleo de Gênero da Escola Edmilson Pinheiro (NUGEP) foi criado durante o processo de pesquisa da autora como um projeto de intervenção. Portanto, ela pode analisar o processo de criação e implantação do núcleo na escola. Façanha (2018) relata que houveram dificuldades para a implantação do núcleo na escola, dado que algumas pessoas acreditavam não ser necessário este debate no ambiente escolar. Houve também uma resistência por parte dos/as discentes que não compreendiam a relação da temática com a escola.

Um item destacado pela pesquisadora é que o núcleo não possui um horário na estrutura curricular da escola, portanto, muitas vezes, os/as discentes precisam deixar outra atividade para participarem dos encontros do núcleo. Por esse motivo, alguns/mas integrantes, por vezes, não participavam das reuniões, pois estavam em prova ou revisões. A autora pretende criar uma disciplina optativa onde os encontros possam ser realizados com os alunos e as alunas que sintam interesse em participar das reuniões. Assim, ela acredita conseguir sanar esse problema, já que poderá “alcançar mais turmas semestralmente e prosseguir com esse trabalho que se mostrou tão forte e engrandecedor” (FAÇANHA, 2018, p. 104).

Após as análises realizadas pela pesquisadora, ela concluiu que, durante o ano de experiência, o núcleo demonstrou uma capacidade de tensionamentos “em busca de uma forma de trabalho que valorizasse a diversidade dos estudantes e o respeito à comunidade

escolar, e abandonasse o modelo vigente de visão tradicional, linear, etnocêntrica e masculina” (FAÇANHA, 2018, p. 7).

A dissertação “‘Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais’: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco” é de autoria de Maria Julieta Correia Jacob (2017). Este estudo tem por objetivo analisar as práticas pedagógicas relacionadas às questões de gênero e sexualidade desenvolvidas em um Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher presente em uma escola pública estadual de referência em Ensino Médio localizada na Zona Norte do Recife (PE).

Antes de começar o texto propriamente dito, a autora apresenta uma nota explicativa quanto ao estilo da escrita. Nesse item, Jacob (2017, p. 13) informa que intencionalmente assumiu um “modo feminista de escrever”, visto que acredita que a linguagem não é neutra e carrega em si efeitos políticos e pedagógicos. Por conseguinte, na sua escrita, Jacob (2017, p. 13) questiona o tratamento genérico masculino para os plurais, mesmo quando há um sujeito feminino incluso, dado que acredita que esta “normatização favorece a manutenção de uma tácita ‘superioridade’ de um gênero (masculino) sobre o outro (feminino) e invisibiliza a mulher”.

A pesquisadora aborda sobre gênero, sexualidade (diversidade sexual, orientação sexual, identidade sexual) e também sobre práticas pedagógicas, trazendo conceitos opostos, como Pedagogia bancária x Educação problematizadora e Pedagogia Liberal Tradicional x Pedagogia Progressista.

A metodologia adotada é qualitativa, sendo que utiliza observação não-participante e entrevistas semiestruturadas como técnicas de coleta de dados. Para a análise dos dados, a pesquisadora optou pela análise de conteúdo do tipo interpretativa do discurso.

Considerando que os capítulos foram bem divididos, em relação aos autores e às autoras utilizados para o embasamento da categoria analítica “gênero”, a autora destaca Simone Beauvoir, Joan Scott, Gayle Rubin, e Judith Butler. Sobre a sexualidade, a autora utilizou-se de Michel Foucault, Michael Warner, Deboah Britzman, e também retoma Judith Butler, no tocante à sexo-gênero-desejo. Os conceitos pedagógicos ficaram a cargo de Paulo Freire, José Carlos Libâneo e, por último, Leide Mara Schmidt, Mariná Holzmann Ribas e Marlene Araújo Carvalho.

A pesquisadora elucida que os Núcleos de Gênero de Pernambuco estão ligados à Secretaria da Mulher do Estado, ela levantou que, na época de sua pesquisa, existiam 78 Núcleos de Gênero em escolas da rede pública estadual de ensino (JACOB, 2017).

Na escola pesquisada pela autora, o núcleo existe desde 2016, sendo que não possui uma sala própria para realizar suas atividades; portanto, as salas são alternadas entre as que estão disponíveis no dia e horário dos encontros. Cunha (2008, p. 184) diz que um espaço se torna um lugar quando se atribui sentido a ele, ou seja, quando “reconhecemos a sua legitimidade para localizar ações, expectativas, esperanças e possibilidade”. Dessa maneira, pode-se inferir que a não existência de uma sala fixa para o núcleo simbolicamente significa seu não reconhecimento como um lugar, e quiçá um espaço ou território para se pensar tais temáticas na instituição. O que faz problematizar os motivos da ausência de reconhecimentos destes núcleos em algumas instituições.

A participação no núcleo é voluntária e não conta como componente curricular, portanto não vale nota. Entretanto, os/as estudantes da instituição precisam preencher horários com atividades do núcleo ou outras atividades regulamentadas. Quanto à assiduidade, esta é controlada por meio de ata e, quando há duas faltas, o/a discente é desvinculado/a do núcleo.

Antes da criação do núcleo, um episódio de LGBTfobia havia chocado aquela comunidade escolar, especialmente a professora que está à frente do núcleo. As docentes integrantes do núcleo não possuem formação específica sobre gênero nem sexualidade ou diversidade sexual, e afirmam que há lacunas na formação inicial e continuada das docentes participantes sobre essas temáticas. Assim sendo, “não se sentem devidamente preparadas e qualificadas para conduzir o trabalho no Núcleo” (JACOB, 2017, p. 107), mas essas lacunas não trazem prejuízos insuperáveis às práticas pedagógicas do núcleo.

Foi observado que nem sempre é possível realizar o planejamento das atividades do núcleo, dado que é comum as atividades serem interrompidas. Os motivos das interrupções são outras atividades no mesmo horário, como palestras, impossibilidade de participação de uma docente pela não liberação de alguma disciplina, entre outras. Todavia, a pesquisa também revelou que o Núcleo de Gênero da escola que serviu de base para seus estudos “adquiriu uma significativa importância simbólica e passou a funcionar como uma instância de acolhimento de denúncias de violações de direitos e também de defesa da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar” (JACOB, 2017, p. 8).

A autora destaca que a existência de um local fixo para as atividades do núcleo, a disponibilidade de tempo das docentes responsáveis se dedicarem às atividades e uma boa comunicação intraescolar são aspectos importantes para o bom funcionamento do núcleo. Percebe-se que o núcleo analisado por Jacob (2017) também não possui um espaço destinado a ele. Cunha (2008, p. 184) traz que “o lugar representa a ocupação do espaço pelas pessoas que lhe atribuem significado e legitimam sua condição”. Por isso, acredita-se que a existência

de uma sala fixa para as atividades do núcleo agregaria para seu fortalecimento e sua perpetuação na escola analisada.

Apesar das fragilidades apontadas pela pesquisadora, o núcleo foi implementado na escola de forma satisfatória. Os achados da pesquisa apontam para uma prática pedagógica de abordagem reflexiva e problematizadora, mesmo com as dificuldades de planejamento e ausência de planos de aulas e formação específica na área.

A próxima dissertação analisada é de autoria de Ieda Fraga Santos (2019), intitulada “Estudo de relações de gênero e educação profissional: desconstruindo estereótipos para promover a equidade”. O objetivo geral da mesma é:

[...] desenvolver um aplicativo mobile (App) para Sistema Operacional *Android* em forma de ferramenta educacional/tecnológica (jogo educacional), no qual as/os estudantes possam por meio do jogo desconstruir estereótipos de gênero presentes nos contextos científicos e tecnológicos bem como no mundo do trabalho (SANTOS, 2019, p. 23, grifo da autora).

Em relação aos objetivos específicos, a autora elenca três: compreender como são percebidas e discutidas as relações de gênero no contexto da educação profissional e tecnológica, tendo em vista a realidade educacional do IF; identificar se as situações de desigualdades de gênero são percebidas pelos/as estudantes e de que modo elas se manifestam; e ampliar os diálogos entre o conhecimento científico tecnológico e as construções histórico sócio cultural de gênero na educação profissional, direcionando o campo deste estudo para o Curso Integrado em Eletrônica (SANTOS, 2019).

Para tanto, Santos (2019) utilizou-se das abordagens qualitativa e quantitativa. Para coleta de dados, foi realizada a pesquisa bibliográfica e observação participante, com anotações de campo e questionário com estudantes que estavam cursando o segundo ano do Ensino Médio do curso de Técnico de Nível Médio Integrado em Eletrônica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), Campus Aracaju.

Em relação à educação profissional, no estudo de Santos (2019), os/as autores/as utilizados são Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos; quanto às relações de gênero, foram Guacira Louro e Joan Scott; a divisão sexual do trabalho ficou a cargo de Helena Hirata. Ademais, no tocante às relações de gênero, ciência e tecnologia, Maria Helena Cruz e Maria Eulina Carvalho e Glória Rabay; e, quanto às relações de gênero e os Institutos Federais, a pesquisadora embasou-se em Elza Ferreira Santos e Maria Eulina Carvalho.

Santos (2019) ressalta que os números de mulheres que procuram a educação profissional técnica de nível médio são crescentes. No entanto, ainda há uma desigualdade

entre os gêneros nesses cursos, onde as matrículas de mulheres são maiores em cursos ligados à educação, estética, cuidado pessoal e menores em cursos nas áreas de ciências exatas e tecnologias. Isso, segundo a autora, demonstra que as escolhas individuais são influenciadas por “marcadores e estereótipos de gênero influenciam as escolhas profissionais das/os estudantes” (SANTOS, 2019, p. 40).

A análise de dados revela que muitos/as estudantes afirmam que escolheram o curso por “influência da família, brinquedos e escola como fatores que influenciaram nessa escolha” (SANTOS, 2019, p. 64). A totalidade de participantes afirmou que a Eletrônica é para ambos os sexos (feminino e masculino), porém, ao serem questionados/as se há profissões mais adequadas a homens ou mulheres, cinco meninos afirmaram que acreditam que há profissões mais adequadas.

O enfoque da pesquisadora é sobre a equidade de meninas/mulheres e meninos/homens. Durante quase todo trabalho, observa-se que Santos (2019) utilizou a perspectiva binária de gênero, atrelada ao dualismo que se tem na sociedade. Contudo, na última fase da pesquisa, o questionário entregue aos/às participantes apresentava a opção “outro”, além de “mulheres” e “homens”. Nesse momento, “dois refutam o binarismo biológico (feminino/masculino/macho/fêmea) e informam que fazem parte de outras intersecções, no caso, escolhem a opção outros para se identificarem” (SANTOS, 2019, p. 71-72).

A pesquisadora ainda perguntou sobre tratamentos diferenciados entre homens e mulheres, todas mulheres afirmaram que já houve diferenciação e, quando perguntado aos homens, nenhum nega, porém afirmam que são raras as vezes que ocorrem tais fatos. Em relação a “piadas” nos comentários de docentes e colegas, duas meninas afirmaram que esse “comportamento é recorrente e as outras duas que quase sempre acontece” (SANTOS, 2019, p. 69). Entre os meninos, somente três afirmaram que quase sempre há manifestações assim, enquanto nove disseram perceber menos essa prática.

Essas respostas podem ser comparadas aos estudos de Incert (2017), e ainda leva a refletir que os sujeitos, que não são alvos de piadas sexistas, não as compreendem como tal. Concordamos com Santos (2019) sobre a urgente e necessária discussão sobre as relações de gênero nas instituições para desconstrução de estereótipos e promoção da equidade no mundo do trabalho e na academia.

No último capítulo, antes da conclusão, a autora apresenta o produto educacional fruto de sua pesquisa. O tipo de produto escolhido é um jogo educativo, dado que, para a autora, “os jogos digitais ganham cada vez mais popularidade na atualidade dadas as várias

possibilidades de apropriação que esse recurso possui (entretenimento, educação, saúde, mobilização social etc.)” (SANTOS, 2019, p. 75).

O jogo possui formato de *Role Playing Game* (RPG), onde são apresentadas quatro mulheres: Hipátia de Alexandria, Mileva Einstein, Marie Curie e Frida Kahlo. A maioria dos/as discentes elogiou o jogo e alguns/mas apontaram que desconheciam a matemática Hipátia de Alexandria e a física Mileva Einstein. Afirmaram, ainda, que, mesmo conhecendo os nomes da química Marie Curie e da artista Frida Kahlo, não sabiam que haviam passado por tantos obstáculos para que alcançassem um reconhecimento profissional.

Outro resultado da pesquisa de Santos (2019) foi o Caderno Pedagógico: Mulheres entre Ciência e Arte, que é fruto do jogo CieM e é pautado nas biografias das quatro mulheres apresentadas no jogo.

A autora considera que o objetivo que visava compreender como são percebidas e discutidas as relações de gênero no contexto da EPT, tendo em vista a realidade educacional do IFS, foi atingido parcialmente. Isso se deve ao fato de que se entende que é necessário ouvir as vozes de educadoras/es “para um maior aprofundamento do tema” (SANTOS, 2019, p. 89). Verificou-se também que, no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Eletrônica, não há previsão de abordagem sobre a questão de gênero. “Segundo comentários [de estudantes], há poucos debates sobre o assunto e quase sempre essa discussão é promovida por uma única docente” (SANTOS, 2019, p. 86).

Na dissertação “Educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade: uma sequência didática para o ensino médio integrado”, Ivan Pedroso (2019) utilizou as metodologias quantitativa e qualitativa. É uma pesquisa de natureza aplicada, explicativa e de estudo de caso. O pesquisador buscou articular a temática de gênero e sexualidade, com enfoque em discriminações e violências, com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Sendo que o trabalho, como princípio educativo em seus aspectos ontológico e histórico, é o ponto de partida do estudo.

Pedroso (2019) traz uma breve explicação sobre história da dualidade² da educação, onde os filhos/as dos trabalhadores/as possuem uma educação voltada à mão de obra e a produção e os/as filhos/as das elites recebem uma educação que prioriza os saberes intelectuais para formação de elites e dirigentes. Tal como Santos (2019), Pedroso (2019) também faz uma breve explanação da EPT no Brasil e ainda apresenta o trabalho como princípio educativo, este último é um pilar da EPT nos Institutos Federais.

² Indica-se a leitura de Nunes e Wetterich (2019) intitulada “A dualidade da educação no Brasil e os dez anos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais: uma proposta de travessia”.

Diferentemente de outros/as pesquisadores/as, o autor focou na relação do capitalismo com o patriarcado e as opressões sexuais, sob uma vertente marxista. Através da tese unitária e embasado em Arruzza, Pedroso (2019) relaciona o patriarcado com o capitalismo. “A tese unitária afirma que no capitalismo não existem apenas relações de exploração, na qual em termos estritamente econômicos, uma classe explora a outra, mas sim que as relações são ao mesmo tempo, de exploração, dominação e alienação” (PEDROSO, 2019, p. 20). O autor salienta que há um entendimento, baseado no marxismo, que a luta de classes é mais importante que as lutas chamadas de identitárias, que são “desvinculadas” de classes (PEDROSO, 2019).

Pedroso (2019) comenta sobre como as pessoas reagem quando ele mencionava que sua pesquisa era sobre gênero e sexualidade, as reações de discentes e docentes em sua maioria era do reconhecimento da necessidade da pesquisa. Todavia, ao mesmo tempo e de forma quase unânime, manifestaram sua profunda preocupação com os obstáculos que poderiam existir no desenvolvimento do estudo.

Portanto, observa-se que o preconceito sobre a temática está enraizado na sociedade e isso reflete no ambiente escolar. O pesquisador ainda diz que uma associação feita com as pesquisas de gênero e sexualidade em escolas é o “kit gay”. Esse é o nome adotado de forma pejorativa para o Kit de Combate à Homofobia do Programa Escola sem Homofobia, “com a produção de material didático e pedagógico que objetivava o combate a preconceitos e desconstrução de estereótipos sobre a população LGBT” (PEDROSO, 2019, p. 26).

O autor comenta sobre os ataques que o sistema educacional sofre e “que passa a ser visto como ineficiente, sendo então aventadas diversas propostas de privatização, para torná-lo mais ‘racional’, ‘técnico’ e ‘bem gerido’” (PEDROSO, 2019, p. 30). Bem como a desvalorização das ciências humanas frente às ciências exatas e o movimento escola sem partido que prega uma educação com abordagem neutra, porém, sabe-se que “todo conhecimento é ideológico” (PACHECO, 2020, p. 15). Além disso, esse movimento “promove a despolitização justamente ocultando seu caráter ideológico reacionário e de preservação das estruturas sociais vigentes” (PEDROSO, 2019, p. 30).

O Produto Educacional fruto da pesquisa é uma Sequência Didática, que é inspirada na pedagogia histórico-crítica de Demerval Saviani e intitulada de “Discriminações e Violências de Gênero e Sexuais: conhecer, combater e superar”. Esta buscou “apresentar o contexto dos dados de violência relacionados à população LGBT e às mulheres, bem como a situação dos direitos destas populações, como maneira de apresentar e coletar impressões dos alunos sobre a prática social inicial” (PEDROSO, 2019, p. 43).

Pedroso (2019) observou que grande parte dos/as entrevistados/as são capazes de identificar comentários discriminatórios, contudo, no contexto escolar e em situações pessoais, essa percepção cai drasticamente. O pesquisador ainda traz que, nesses casos, o “discurso então passa a ser visto como ‘brincadeira’, ‘zoação’ relativizando e diminuindo sua carga ofensiva” (PEDROSO, 2019, p. 53), reforçando os achados de Santos (2019) e Incert (2017).

O pesquisador considera que a Sequência Didática “obteve resultados favoráveis em relação aos objetivos de conscientizar e reduzir concepções preconceituosas” (PEDROSO, 2019, p. 69). Ele destaca que não foram notadas reações de repulsa ou impedimentos do desenvolvimento das atividades por parte da comunidade acadêmica da escola. Os resultados mostraram que os/as discentes conseguem identificar comentários discriminatórios na escola, porém poucos informaram terem sofrido tais violências.

A última dissertação a ser analisada é a “Gênero e sexualidade em cena: dos modos de (re) existência numa perspectiva de educação para diversidade”, de autoria de Arthur Felipe Kinzel Fauth (2019). Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo observação participante, onde o público-alvo são jovens discentes interessados em debater a temática.

O objetivo da pesquisa é promover a discussão sobre gênero e sexualidade, visando a formação de uma educação para diversidade junto a jovens-alunos do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, no campus Venâncio Aires, através do desenvolvimento de uma prática pedagógica fundamentada em oficinas. Para tanto, embasaram a pesquisa em autores/as como Louro, Weeks, Lins, Machado e Escoura, Rios, Pichetti e Miskolci.

Na pesquisa, a escola é abordada como um espaço plural, onde perpassam diversas pessoas e histórias. Desse modo, deve/deveria ser um local para se compartilhar dúvidas e problemas, onde haja uma troca de aprendizagens de forma democrática. Sendo, assim, uma “instituição social que, por excelência, de forma abrangente, permite nos ensinar sobre e com a diferença, tornando-se lócus de alteridade, um espaço público e privilegiado de constituição de subjetividades plurais” (FAUTH, 2019, p. 27).

Apesar de a pesquisa não ser sobre o Núcleo de Gênero do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, campus Venâncio Aires, o pesquisador realizou conversas com a supervisão pedagógica e integrantes do Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED). O objetivo dessas conversas foi descobrir como a temática de gênero e sexualidade se insere na instituição e no campus. Antes do desenvolvimento da oficina, que seria o produto educacional da pesquisa, Fauth (2019) também entrevistou servidores/as para reconhecer como as discussões são tratadas no campus. O autor percebeu que as oficinas são

importantes, dado que, apesar da existência do NUGED, “ainda há carência de discussões sobre gênero e sexualidade” (FAUTH, 2019, p. 30).

Nesse ínterim, percebe-se que apenas a existência de um Núcleo de Gênero e Diversidade não é suficiente para que temáticas, como gênero, diversidade e sexualidade, sejam debatidas em sua plenitude. Este “achado” do pesquisador reflete a necessidade de se estudar esses ambientes/núcleos para que se possa fortalecê-los junto à instituição e à comunidade de uma forma geral.

O produto educacional apresentado por Fauth (2019) é um guia chamado “Guia-sugestão de oficinas sobre gênero e sexualidade”, sendo este resultado das oficinas denominadas “Oficinas de ensino: Ferramentas para des(construção) das (novas) cenas”.

O autor destaca que as oficinas foram divulgadas em slides nos monitores digitais espalhados pelo campus e foram feitos convites em intervalos e nas salas de aulas. Muitos/as professores/as “não só incentivaram a participação dos estudantes como também demonstraram interesse em participar das atividades” (FAUTH, 2019, p. 34), porém este não era o público-alvo da pesquisa. Mesmo com todo o interesse demonstrado na comunidade, apenas 12 discentes se inscreveram, isso pode revelar certa dificuldade em conquistar os/as jovens para participarem de oficinas, palestras e cursos de uma forma geral. Além da privação do interesse de jovens feita pelos/as responsáveis que não permitiram a participação dos/as discentes, devido às suas religiões e convicções.

As oficinas foram divididas em seis encontros, que abordaram temáticas como: desnaturalização das concepções de papéis entre homens e mulheres; panorama do movimento feminista e de conquistas de direitos das mulheres ao longo da história; identificação de mecanismos que fazem a interiorização de determinadas identidades de gênero e evidenciar pilares culturais que constroem as identidades de gênero (masculino e feminino); e relacionar direitos humanos na escola com a diversidade sexual e discutir com os/as participantes como a escola pode ser reprodutora de discursos tradicionais e discriminatórios ou um ambiente acolhedor da diversidade; entre outras.

Fauth (2019) enfatiza que, mesmo com certa infrequência dos/as participantes nas oficinas, foi observado nos/as participantes um grande interesse sobre os assuntos abordados. Ainda, mesmo sem haver muito questionamento sobre o conteúdo, as/os discentes sempre complementavam com alguns exemplos.

O autor chama atenção para fala de um aluno que questionou se abordar estas temáticas não seria “ensinar demais”. O que seria ensinar demais? Qual o papel da escola na sociedade, apenas formar mão de obra para o mercado de trabalho? Ainda, ele comenta que,

nos cursos de graduações para professores, os assuntos de gênero e sexualidade também são subentendidos como “ensinar demais”, visto que “não reflexionam sobre os assuntos, pois ‘há conteúdos mais importantes’ ou ‘há teorias e disciplinas a serem ministradas, que serão mais coerentes para a profissão’” (FAUTH, 2019, p. 61).

Concordamos com Fauth (2019, p. 67) que a escola não deve limitar-se a abordar apenas o caráter biológico da sexualidade, pois também “investimos nossos esforços em um cenário escolar que reflexiona discursos e práticas, sob a perspectiva da educação para a diversidade”. Se pensar na perspectiva da EPT ofertada nos Institutos Federais, ela é também uma estratégia de transformação social, pautada em uma educação progressista e requer uma escola plural e não excludente (BRASIL, 2010).

Por último, analisou-se o artigo “As repercussões da violência de gênero nas trajetórias educacionais de mulheres” com autoria de Ana Carolina Cerveira Tavares (Instituto Federal do Maranhão - IFMA) e Inez Sampaio Nery (Universidade Federal do Piauí - UFPI) (2016). A pesquisa é de abordagem qualitativa com uso da narrativa e da entrevista em profundidade para coleta de dados. Quanto ao objetivo, é descrever as expressões da violência de gênero vivenciadas por alunas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do IFMA, Campus Codó, Maranhão, e também analisar as repercussões dessa violência nas trajetórias escolares dessas discentes.

[...] a pesquisa pautou-se nas declarações das participantes que, durante o processo de seleção para ingresso no PROEJA no IFMA, Campus Codó, Maranhão, apontaram como uma das causas da descontinuidade dos seus estudos, a violência conjugal vivenciada no seu cotidiano (TAVARES; NERY, 2016, p. 242).

As autoras explicam que adotaram a “concepção da violência contra as mulheres firmada pela Convenção de Belém do Pará, que a define como violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais que limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades” (TAVARES; NERY, 2016, p. 242). A violência contra as mulheres é umas das manifestações de violência de gênero, e elas são as que mais sofrem de violências domésticas, onde há uma relação de afetividade com os agressores (TAVARES; NERY, 2016). Além disso, as violências sofridas pelas mulheres têm raízes sexistas e é um problema estrutural que necessita de “interferência do Estado e da sociedade para o seu enfrentamento” (ROCHA, 2007, p. 49).

As autoras trazem que a violência contra as mulheres é “democrática”, já que atinge a todas sem escolher classe social, religião, cor, idade ou país (TAVARES; NERY, 2016). Entretanto, enfatizam que mulheres oriundas de classes trabalhadoras mais pobres e as negras são atingidas por diversas formas de violências, como o racismo. Portanto, o confinamento das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade se interseccionam (COLLINS, 2019) e se somam.

Através da exploração bibliográfica feita pelas autoras e também da experiência das mulheres entrevistadas, “descobriu-se que não foi somente a violência conjugal que determinou a descontinuidade dos estudos, mas o cruzamento do gênero com a raça/etnia e a classe social” (TAVARES; NERY, 2016, p. 248). Segundo as autoras, a intersecção desses três marcadores na vida dessas mulheres resultou na obediência ao modelo hegemônico que é “reprodutor de subalternidade, violento, desigual, opressor e explorador, cimentado pela ideologia em seus diversos modos de operacionalização” (TAVARES; NERY, 2016, p. 248).

As hierarquias de gênero mostraram-se fortemente nos discursos das entrevistadas, desde a infância até a fase adulta. Violências conjugais sob forma de dominação/subordinação foram evidenciadas nos matrimônios. Verificou-se que as próprias mulheres reproduziam o modelo dominante que lhes foi imposto. Isso é comum, visto que as dominadas “aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais” (BOURDIEU, 2012, p. 46).

Tavares e Nery (2016) ressaltam que esta é a sutileza da violência, visto que nem mesmo a pessoa que a sofre se percebe como violentada, inferiorizada e dominada. Ademais, são formas de violências além daquelas tipificadas em lei, portanto não há amparo legal para as pessoas que as sofrem. Ao final do artigo, as autoras enfatizam que o patriarcado e as violências de gênero “não devem ser vistos como um problema pessoal, mas um problema político que requer intervenção governamental” (TAVARES; NERY, 2016, p. 248).

Colling (2015, p. 45) traz que “Desconstruir os discursos que estabeleceram historicamente o que é ser homem e o que é ser mulher é uma tarefa urgente e libertadora”, bem como as relações de poder entre os gêneros. Dessa forma, afirmamos que os debates sobre gênero e sexualidade nas escolas são necessários, visto que a escola é um importante espaço na construção da cidadania e da humanização. Espaço esse que fomenta a existência/organização de uma sociedade cada vez mais inclusiva, igualitária e que respeita e acolhe as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado por Jacob (2017) e Façanha (2018), os núcleos enfrentam um problema em comum: falta de um espaço físico para os encontros e as ações dos núcleos. No caso apresentado e estudado por Façanha (2018), a iniciativa de criação do núcleo partiu dela, como um projeto de intervenção. Já o núcleo estudado por Jacob (2017) faz parte de um Programa da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco. Ambas pesquisadoras relatam que a criação dos núcleos foi satisfatória e as suas existências são importantes dentro do ambiente escolar.

A pesquisa realizada por Incert (2017) não traz a análise da existência de um Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade, porém analisa a violência de gênero e está inserido no ambiente da EPT. Esta pesquisa mostra que, no Instituto Federal estudado, há casos de violências de gênero, muitas vezes em forma de piadas, mas o assunto não é debatido de forma institucionalizada. Tavares e Nery (2016) contribuem com as vivências de mulheres que sofrem com as dominações e as violências simbólicas que são vistas como normais e naturais.

Os estudos realizados por Santos (2019), Pedroso (2019) e Fauth (2019) no âmbito do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica mostram que as mulheres e meninas ainda são minorias na EPT. Além disso, o estudo de gênero de forma interseccional não é uma realidade nas instituições estudadas.

A partir do mapeamento realizado neste estudo, pode-se perceber que a discussão sobre a temática de gênero e diversidade sexual é latente, sendo que muitos pesquisadores e pesquisadoras se interessam pelo assunto. Entretanto, na especificidade da Educação Profissional e Tecnológica, encontram-se apenas quatro dissertações com tal abordagem, sendo que nenhuma aborda a existência dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade como lugares de discussões e resistências.

No tocante à existência de pesquisas sobre Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade encontram-se apenas duas dissertações. Em ambos os estudos, os núcleos haviam sido criados há pouco tempo (2016 e 2017), portanto infere-se que a existência desses espaços no ambiente escolar é relativamente nova. Apesar de os núcleos ainda estarem se estruturando e apresentarem dificuldades como ausência de sala fixa, preconceito da comunidade e falta de formação docente qualificada na temática, os estudos mostraram que esses espaços se mostraram imprescindíveis para uma comunidade escolar menos preconceituosa, excludente e mais igualitária, inclusiva e acolhedora.

Acreditamos que a existência de um Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade em uma escola não deve ser restrito somente à comunidade interna. Entendemos que a existência desses espaços já contribui para a “produção de relações igualitárias e democráticas” (COLLING, 2015, p. 36), porém o debate deve ser ampliado também à comunidade externa, como familiares dos/as discentes, por exemplo.

Como se percebeu neste escrito, os estudos de gênero na EPT ainda são raros, enquanto análises de Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual/Sexualidade na EPT e em Institutos Federais são inexistentes no período analisado. Acreditamos que as existências desses espaços/tempo devem ser fomentadas pelos gestores, professores, estudantes e pela comunidade de modo geral. Uma sociedade só vai respeitar as diferenças quando elas forem acolhidas, naturalizadas, respeitadas e compreendidas. Na Educação Profissional e Tecnológica não é diferente, ao contrário, por ser um espaço educativo voltado para uma formação humanizadora, omnilateral e complexa tem importante contribuição para pesar/fazer e viver as diferenças em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Nota Técnica nº 32, de 11 de setembro de 2015**. Brasília: CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC, 2015. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/nota_tecnica322015_cgdh.pdf. Acesso em: 16 mar. 2020.

CIAVATTA, Maria. Ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 28 out. 2019.

COLLING, Ana Maria. Inquietações sobre educação e gênero. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 33-48, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/687>. Acesso em: 19 abr. 2021.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história.** Dourados: Editora UFGD, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6251064-Tempos-diferentes-discursos-iguais-a-construcao-do-corpo-feminino-na-historia-ana-maria-colling.html>. Acesso em: 09 abr. 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, Maria Isabel da. Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 12, n. 3, p. 182-186. set./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2008.123.5324>. Acesso em: 24 nov. 2020.

FAÇANHA, Marlia Aguiar. **E se te contassem outra História: gênero e feminismo no ensino de História.** 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27183>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FAUTH, Arthur Felipe Kinzel. **Gênero e sexualidade em cena: dos modos de (re) existência numa perspectiva de educação para diversidade.** 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Charqueadas, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=8158098. Acesso em: 06 maio 2021.

INCERTI, Tânia Gracieli Vega. **Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes: relações de gênero na educação profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR - Campus Curitiba.** 2017. 191 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2764>. Acesso em: 12 abr. 2021.

JACOB, Maria Julieta Correia. **“Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais”:** um estado de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25195>. Acesso em: 18 maio 2021.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas: Alínea, 2007.

NUNES, André Marcos de Sousa; WETTERICH, Caio Bruno. A dualidade da educação no Brasil e os dez anos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais: uma proposta de travessia. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 99-120, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v3i2.452>. Acesso em: 09 abr. 2021.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.575>. Acesso em: 23 maio 2021.

PEDROSO, Ivan. **Educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade**: uma sequência didática para o ensino médio integrado. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Sertãozinho, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7848121. Acesso em: 09 abr. 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Curitiba: IFPR-EAD, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educ%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em 22 out. 2019.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Casas-abrigo**: no enfrentamento da violência de gênero. São Paulo: Veras, 2007. (Série Temas 6).

SANTOS, Ieda Fraga. **Estudo de relações de gênero e educação profissional**: desconstruindo estereótipos para promover a equidade. 2019. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7902360. Acesso em: 17 abr. 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 13 fev. 2020.

TAVARES, Ana Carolina Cerveira; NERY, Inez Sampaio. As repercussões da violência de gênero nas trajetórias educacionais de mulheres. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 241-250, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00200009>. Acesso em: 20 abr. 2021.

4.2 QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Resumo

Nesta escrita procuramos analisar as representações de gênero e violência de gênero de membras de Núcleos de estudos sobre Gênero dos Institutos Federais do RS. Esta pesquisa é qualitativa, a construção dos dados foi feita a partir de entrevistas semiestruturadas com sete membras de um núcleo de gênero de um Instituto Federal do Estado do Rio Grande do Sul. As discussões foram realizadas à luz da análise de conteúdo. Concluímos que cada membra tem sua forma de vivenciar a violência de gênero e a interpreta de maneira singular. As participações nos núcleos podem fazer convergir as respostas, pois todas compreendem o gênero como uma construção social do feminino e do masculino. Quanto às violências de gênero, a maioria afirmou que aquelas relacionadas à agressão física são as mais impactantes, porém existem outros tipos de violências.

Palavras-chave: gênero; educação profissional e tecnológica; violência de gênero.

GENDER ISSUES IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Abstract

In this writing we sought to analyze the representations of gender and gender violence of members of the Centers of Studies on Gender of the Federal Institutes of Rio Grande do Sul. This research is qualitative, the construction of the data was carried out with semi-structured interviews with seven members of a gender centers of a Federal Institute from state of Rio Grande do Sul. The discussions were carried out in the light of the content analysis. We conclude that each participant has its own way of experiencing gender violence and interprets it in a unique way. The participations in the centers may converge to similarities in the answers, since all comprise gender as a social construction of the feminine and masculine. Regarding gender violence, most stated that those related to physical aggression are more impactful, but there are others types of violence besides these.

Keywords: gender; professional and technological education; gender violence.

CUESTIONES DE GÉNERO EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA

Resumen

Neste escrito buscamos analizar las representaciones de género y violencia de género de miembros de los Núcleos de estudios sobre Género de los Institutos Federales de RS. Esta investigación es cualitativa, la construcción de los datos fue hecha con encuestas semiestructuradas con siete integrantes de un núcleo de género de un Instituto Federal del Estado de Rio Grande do Sul. Las discusiones fueron realizadas a la luz del análisis de contenido. Concluimos que cada participante tiene su forma de vivenciar la violencia de género y la interpreta de forma singular. Las participaciones en los núcleos pueden convergir a semejanzas en las respuestas, ya que todas comprenden el género como una construcción social del femenino y del masculino. En cuanto a las violencias de género, la mayoría afirmó que las relacionadas a la agresión física son más impactantes, pero existen otros tipos de violencias.

Palabras clave: género; educación profesional y tecnológica; violencia de género.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado intitulada “violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da atuação dos núcleos de gênero e diversidade

sexual”. Nosso objetivo é analisar as representações de gênero e de violência de gênero de participantes de Núcleos de Estudo sobre Gênero de Institutos Federais do Rio Grande do Sul.

Segundo Saffioti (2015) é impossível haver uma sociedade sem gênero, pois é assim que as sociedades constroem as noções de feminino e masculino. Os estudos sobre gênero “vem se tornando cada vez mais acalorado” (LOURO, 2018 p.10). O Brasil vive um momento conservador em vários aspectos, os “movimentos Escola Sem Partido e Ideologia de Gênero têm causado um grande estrago nos avanços conquistados com muita luta ao longo da história” (COLLING, 2020 p.73). Portanto, acreditamos ser de suma importância os debates sobre gênero e violência de gênero nas escolas, em especial nos Institutos Federais.

Nas construções sociais de gênero encontra-se a “divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos” (BOURDIEU, 2012 p. 18). O padrão “homem pode e mulher não” está desaparecendo (LINS, 2017), mas ainda existe. As profissões da área da ciência e da tecnologia, por exemplo, são vistas como masculinas, e o espaço da educação nestas áreas é um ambiente hostil para meninas e mulheres (LOPES; QUIRINO, 2017).

Mesmo quando há uma curiosidade por áreas tecnológicas, influenciada por profissões de familiares homens, as meninas ou mulheres são excluídas das conversas em casa sobre a temática (LOPES; QUIRINO, 2017). Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o número de meninas ou mulheres inseridas nos cursos das ciências duras¹ é bem menor quando comparado ao número de meninos e homens. Já nos cursos das humanidades, há predominância de mulheres (LOPES; QUIRINO, 2017; VEGA, 2017). Percebe-se que as profissões são generificadas, pois na construção do imaginário social algumas profissões são para homens e outras para mulheres. Tendo em mente que a nossa sociedade é sexista e patriarcal, onde os homens ocupam as posições centrais, na atual divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2012) as “profissões masculinas”, ainda possuem mais destaques e as “femininas” são desvalorizadas (BARRAGÁN *et al.*, 2016).

As discussões sobre gênero no âmbito da educação ainda são necessárias, principalmente nos Institutos Federais (IFs) que ofertam a Educação Profissional e Tecnológica. A EPT ofertada nos IFs é comprometida com a formação humana integral que visa “superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (RAMOS, 2014, p.84). Ou seja, a educação integral visa romper com a dualidade do ensino, proporcionando uma formação completa aos/às discentes.

Sendo as profissões gendradas², compreendemos que a educação em EPT deve problematizar as questões de gênero. Pois ela objetiva garantir ao/à trabalhador/a “o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (BRASIL, 2010, p. 40). Nos IFs do Rio Grande do Sul (RS) foram criados núcleos para que as temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual fossem debatidas. Estes núcleos têm a finalidade de promover discussões, pesquisas e ações (eventos, capacitações, problematizações etc.) sobre essas temáticas (IFRS 2017; IFFAR 2016; IFSUL s/a).

As relações de comunicação são relações de poder, nelas as linguagens são depósitos de construções pré-determinadas e naturalizadas que funcionam como instrumentos inconscientes de construções (BOURDIEU, 1989) ideológicas. Ao nos comunicarmos estamos afirmando uma “imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (HALL, 2006, p. 40). Sendo a linguagem um fenômeno social, acreditamos que novas palavras e formas de falar podem ser criadas, a fim de exterminar o sexismo (SAFFIOTI, 2015). Há países no Ocidente que já utilizam pronomes de gênero neutro (LINS, 2017), porém no Brasil este debate ainda é novo. No nosso idioma o neutro ou universal normalmente é o masculino, o

¹ Como são chamadas as áreas de ciência, tecnologia e exatas.

² Palavra relacionada a gênero.

que “nos impede de olhar a existência das mulheres” (LINS *et al.* 2016 p.12) nas frases. Portanto, neste artigo optamos utilizar uma escrita gendrada.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e caracteriza-se pesquisa social, pois o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo (MINAYO, 2016). Segundo Jacobini (2006), a pesquisa qualitativa é o método apropriado para as ciências humanas, pois o ser humano não deve ser um objeto a ser medido e nem tabulado. Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, que devido à pandemia da COVID-19 foram realizadas remotamente. A entrevista semiestruturada permite a organização das perguntas, porém deixa ao/à entrevistado/a a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A amostra foi selecionada pelo método *snowball* (bola de neve), que utiliza cadeias de referências (VINUTO, 2014), como uma espécie de rede. Neste método, a participante inicial de um estudo indica outras participantes, que também indicam novas participantes e assim por diante, até que o objetivo do estudo seja alcançado (BALDIN; MUNHOZ, 2009).

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa para ver quem estava ocupando o cargo de chefia do setor ao qual o núcleo de estudo de gênero é subordinado, resultando na primeira colaboradora. Após o aceite, no dia agendado foi realizada a entrevista com 18 questões, sendo que destas, três eram para atingir o nosso objetivo específico. Com as demais colaboradoras³, as entrevistas foram realizadas com questionário contendo 19 perguntas. Sendo assim, foram entrevistadas sete servidoras que atuam nos núcleos de gênero da Instituição estudada.

Após as entrevistas, as transcrições foram realizadas e enviadas, em seguida, às entrevistadas para revisão, a análise foi feita logo após o retorno das entrevistas revisadas. As discussões sobre os dados foram realizadas à luz da análise de conteúdo, que é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2002, p. 38). Esta técnica permitiu elencar categorias que auxiliaram na leitura analítica das narrativas produzidas pelas colaboradoras.

Ressalta-se que o estudo foi realizado respeitando os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos. Portanto, as entrevistas, bem como o produto educacional, só foram realizadas após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal Farroupilha. Aprovação esta firmada pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética de número 30384820.7.0000.5574.

Para preservar a identidade das colaboradoras foi solicitado que escolhessem um nome para serem designadas no estudo. Todas as entrevistadas optaram por nomes de mulheres ligadas às causas feministas, a única exceção foi Girassol. Ela escolheu o nome da flor, pois para ela trata-se de uma planta que está sempre virada para o Sol, para a luz. Abaixo segue tabela do perfil das colaboradoras, para melhor situar o/a leitor/a:

Tabela 01: perfil das colaboradoras

Nome	Titulação	Idade	Gênero	Cargo	Campus
Perséfone	Doutora	37	Feminino	Professora	0
Pagu	Mestra	39	Feminino	Professora	1
Alexandra Kollontai	Doutora	35	Feminino	Tae	2
Chiquinha Gonzaga	Doutora	42	Feminino	Professora	3
Bertha Lutz	Mestra	55	Feminino	Professora	4
Carolina Maria de Jesus	Doutora	37	Feminino	Professora	5

³ O único homem indicado declinou da proposta.

Girassol	Doutora	45	Feminino	Professora	6
----------	---------	----	----------	------------	---

Fonte: autora, 2021.

Considerando que trabalharíamos com representações, optamos por apresentar, durante a entrevista, sete imagens sobre violência de gênero. Em abril de 2021, foram pesquisadas, no site de buscas *Google*, imagens de “violência de gênero” que possuísem a licença “*creative commons*”, ou seja, que fossem de livre utilização.

ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Com o intuito de conhecer as representações de gênero e violência de gênero das colaboradoras, apresentamos as imagens selecionadas e a partir destas estabelecemos a discussão, que foi dividida em três subcategorias: análise das imagens sobre violência de gênero; entendimento de gênero; e entendimento de violência de gênero.

As imagens utilizadas no estudo foram:

Figura 1: Família



Fonte: Google Imagens. Para cego ver: desenho de uma família. A mãe segura um bebê, o filho e a filha seguram a saia da mãe, os três estão com lágrimas no rosto. O pai está desenhado como um monstro. Abaixo tem o número do serviço de proteção a mulher: 180⁴

Figura 2: Mulher na parede



Fonte: Google Imagens. Para cego ver: uma mulher contra a parede com o rosto virado e mãos levantadas e em primeiro plano um braço masculino em ameaça de um tapa.

⁴ Todas as figuras serão descritas na fonte para facilitar a acessibilidade para cegos.

Figura 3: Ambiente Cooperativo

Fonte: Google Imagens. Para cego ver: quatro homens se cumprimentando e uma mulher sem cumprimentar ninguém. O fundo da imagem e os homens estão na cor azul e a mulher toda de rosa.

Figura 4: Casal em sombras

Fonte: Google Imagens. Para cego ver: sombras de um homem erguendo uma mão com um soco e a outra no peito da mulher, a mulher está tentando pará-lo.

Figura 5: Mulher

Fonte: Google Imagens. Para cego ver: desenho de uma mulher com uma lágrima no rosto e várias mãos em seu corpo.

Figura 6: Rostos

Fonte: Google Imagens. Para cego ver: um rosto masculino com um leve sorriso e uma mão tapando seus olhos; e um rosto feminino com os olhos arregalados e uma mão tapando sua boca.

Figura 7: Mulher na escada



Fonte: Google Imagens. Para cego ver: uma mulher na escada com o olho roxo, olhando para cima, no topo há um homem com um cinto na mão.

Análise das imagens sobre violência de gênero

Conforme Ruiz (2003, p.51), antes de pensarmos conscientemente, nós imaginamos e vamos tecendo nossas identidades por meio de imagens significativas do mundo. Sendo o imaginário algo indefinível, não poderemos explicá-lo por meio de definições totalmente conclusivas. Porém podemos sondá-lo, pois o imaginário é “pura potencialidade de renovar o sentido do já existente”. Ou seja, é por meio do imaginário que nós representamos o mundo.

Sabe-se que as representações sociais são essenciais para o entendimento da dinâmica social, bem como para explicar as relações inter e intragrupos (LOPES, 2013). Portanto, através das análises das imagens apresentadas, durante a pesquisa, pudemos inferir algumas representações de violência de gênero concebidas pelas das participantes, visto que “toda imagem é uma produção de sentido, [...] Desse modo, a imagem se constitui em sinônimo de representação” (RUIZ, 2003 p.89).

Após a apresentação das imagens, solicitamos às colaboradoras que escolhessem uma que mais representasse violência de gênero. Para a maioria das entrevistadas, todas as imagens representavam violências. Carolina Maria de Jesus, em tom de brincadeira, disse que era “meio que uma pegadinha”, sendo difícil escolher apenas uma. Então, a maioria optou por falar sobre cada figura.

A figura 05 foi a que mais dividiu opiniões. Enquanto algumas entrevistadas afirmaram que ela apresentava uma violência sexual (Pagu, e Perséfone), outras ficaram confusas. Alexandra afirmou que a imagem é impactante, mas observou que os braços poderiam estar protegendo a mulher. Girassol pensou de modo semelhante, pois, segundo ela, “não tem nenhum indício de marca [...] Esses braços, na verdade, podem estar significando alguma proteção inclusive a ela e não uma agressão. Diferente das outras, eu acho”. Já para Chiquinha Gonzaga, essa imagem era a menos representativa de uma violência de gênero, pois, para ela, pode “acontecer com homem também”. Esta colaboradora compreende que a violência de gênero ocorre apenas com mulheres. Porém ela pode acontecer com homens e mulheres, entretanto estas são as maiores vítimas (SAFFIOTI, 2015).

Para Bertha, a figura 05 traduz o medo de sair na rua, experimentado pelas mulheres, devido aos assédios sofridos; além disso, é preciso sempre ter cuidado com “o que falamos, vestimos e como nos comportamos” (BERTHA LUTZ). Estes “cuidados” constantes funcionam como um “*cervo invisível* [...]”, limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo” (BOURDIEU, 2012, p. 39, grifos do autor). Este confinamento simbólico interfere nas vidas das mulheres de forma psicológica, intelectual e financeira. Pois muitas vezes as impedem de frequentar locais onde há uma maior presença masculina, como na EPT, por exemplo.

Girassol e Alexandra entendem que as mãos não são necessariamente uma agressão. Girassol afirmou que no campus onde trabalha não há casos de violência de gênero registrados, e há um bom convívio entre todos/as servidores/as e os/as homossexuais são respeitados. Essa

representação de amparo pode estar ligada à compreensão dela sobre a realidade em seu local de trabalho. Porém Perséfone escolheu a figura 05 justamente por ter vivido situações semelhantes, enquadradas por ela como violências, pois são situações de “desconforto e paralisação diante de uma coisa que ali ela tá se sentindo violentada” (PERSEFONE).

Carolina Maria de Jesus explicou que não escolheu a figura 06 como a mais impactante porque ela não tem a presença da agressão física. Segundo a colaboradora, este tipo de violência é a mais chocante, na sociedade, devido ao machismo enraizado na nossa cultura. Na análise de Alexandra da mesma figura, a mulher tem a boca tapada para não expressar o que sente, nem denunciar as violências sofridas. Quanto aos homens, eles fecham “os olhos pra ignorar que acontecem esses episódios de violência” (ALEXANDRA KOLLONTAI).

Pagu, que é professora de artes, elencou a figura 06 como a mais impactante, pois ela transborda a sutileza da violência na sociedade. Para ela, as imagens de um homem agredindo fisicamente uma mulher “também é relativa à sociedade, mas fica no privado” (PAGU), perdendo “de vista a estrutura social” (SAFFIOTI, 2015, p.85) da violência. A colaboradora afirma que a representação da figura 06 não é algo relativo apenas ao casal, pois ela remete à sociedade em si.

[...] A gente tem um leve sorrisinho daquela boca daquele homem que tá ali do lado. Não é uma coisa escancarada, sabe? Então essa imagem ela demonstra muito mais a violência velada, que pode ser tanto no âmbito público quanto no privado. De uma forma muito mais subjetiva. Volta na outra imagem [figura 07], por favor. E nessa aqui é muito mais objetiva a situação, ele tá com uma cinta na mão, ela tá fugindo por uma escada, ela sofreu um roxo no olho. E a gente sabe que muitas mulheres, sim, muitas mulheres sofrem essa violência direta. Que é uma violência física e direta. Mas se a gente somar todas as outras violências né, que toda mulher já sofreu algum tipo de violência, aquela outra retrata mais, porque tem muita gente que sofre violência que é psicológica, que é emocional, até violência financeira. Que é praticada pelos homens, o modo de vida deles sobre as mulheres, e tal, que não fica explícito na outra imagem, sabe? (PAGU)

Com exceção de Pagu e Alexandra Kollontai, as demais entrevistadas escolheram, de certa forma, as imagens que aparecem violências físicas como as mais representativas de violência de gênero. Bertha enfatiza que a violência física nunca vem sozinha, pois é um pacote, no qual a “violência emocional está sempre presente” (SAFFIOTI, 2015 p.79). Bertha considera a violência física a mais extrema, pois “as mulheres ganharem menos é uma violência sim! É uma violência. Mas se comparado a uma mulher que não dorme tranquila porque o marido bate, que tu não sabe se vai acordar viva [...]” (BERTHA LUTZ).

Na figura 01, o pai, “que é pra ser a tua referência de amor, de acolhida, paz, tá sendo representada como um monstro” (CAROLINA MARIA DE JESUS). Segundo Alexandra Kollontai, esta imagem evidencia a forma como a figura masculina é, muitas vezes, representada numa família. Chiquinha Gonzaga afirma que além do sofrimento da mãe, o desenho representa a possibilidade da perpetuação da violência no futuro dos/as filhos/as, pois estes “reproduzem aquilo que, muitas vezes, a gente tem em casa”. Para Carolina, a família deveria ser um espaço de acolhida para os/as filhos/as, independente de seus gêneros ou orientações sexuais. Pois “quando a família é esse espaço já de opressão, é esse espaço em que a violência tá naturalizada, além dos traumas todos, muitas vezes isso vai se refletir no futuro” (CAROLINA MARIA DE JESUS).

Bertha teve uma compreensão da figura 01 diferente das demais. Para ela, a imagem representa o cotidiano dos lares, em que as “partes são todas ‘sexuadas’” (BOURDIEU 2012 p.17).

A ideia da mãe que cuida das crianças, que lava a roupa, que faz a comida, que... Entende? Que tem duas, três jornadas de trabalho, e o pai aquele cara

bonachão, assim, que chega em casa e reclama que a janta não tá como ele gostaria, que a cerveja não tá gelada que... Entende? Que é uma GRANDE violência de gênero né? Que... E quando eu digo que talvez essa seja a que esteja *mais* presente, é porque muitas mulheres sequer sabem que isso é uma violência. E é o que mais acontece nos lares brasileiros. Talvez por isso tão emblemático, né? (BERTHA LUTZ)

Para Bertha, o homem é o provedor da casa e a mulher a responsável pelo trabalho reprodutivo (BARRAGÁN *et al.*, 2016). Na atualidade, com aumento da participação das mulheres no mundo do trabalho e o uso de métodos contraceptivos (LINS, 2017), as divisões das tarefas domésticas começam a ser repensadas, gerando “consequências na aquisição de posições sexualmente diferenciadas no seio da família” (BOURDIEU, 2012, p.108).

Porém a nossa sociedade ainda enxerga as tarefas domésticas como um atributo de feminilidade; mas por não serem remuneradas, não têm valor de mercado (BOURDIEU, 2012) e não são consideradas como trabalho (FEDERICI, 2019). Consideramos correta a análise de Bertha acerca da sobrecarga e do esgotamento das mulheres, pois mesmo aquelas que possuem um trabalho remunerado, não se “livram” do trabalho doméstico (FEDERICI, 2019). Ainda há a latente discussão sobre como o trabalho feminino assalariado afeta as atribuições de maternidade (COLLING, 2020).

As colaboradoras relacionaram a figura 03 às violências representadas pelas exclusões de mulheres no ambiente de trabalho. Para Bertha Lutz, a imagem representa o corporativismo; há lugares não permitidos às mulheres, pois os homens não as deixam participar. Perséfone reconheceu que há colegas que relatam serem ignoradas pelos colegas homens, mas afirmou que nunca sofreu tais violências, portanto o “agente de violência era mais forte” (PERSÉFONE) para as outras figuras.

Chiquinha Gonzaga afirmou que também nunca sofreu violência no trabalho. A colaboradora não escolheu a referida imagem, mas afirmou ser a violência nela exposta a mais mencionada pelas colegas. Nenhuma entrevistada relacionou a figura 03 ao ambiente escolar nos cursos em que há poucas meninas. Isso pode direcioná-las para áreas “que lhes são sistematicamente destinadas” (BOURDIEU, 2012 p.114), pois elas se autoexcluem de profissões devido à ideia de não pertencimento àquela área de estudo.

Entendimento de gênero

Há certa imprecisão para o significado de gênero, sendo este um lugar de debates bastante intensos (SCOTT, 2012). Ele é um “conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral” (SAFFIOTI, 2015, p.148). Porém pode-se afirmar que gênero é um fator sociocultural que produz hierarquias e desigualdades (CAETANO *et al.*, 2019) entre homens e mulheres.

Girassol e Carolina relacionam gênero ao sexo biológico; para esta última, gênero é uma representação social, porém “historicamente muito em função das questões biológicas, dos estudos, a gente tá representado no masculino e feminino. Mas é fortalecido (com ênfase) por uma construção social né, por uma representação social”. Já Girassol afirma que

Gênero é um contexto bem mais específico, eu acho né! Porque em gêneros tem vários tipos de gêneros que aí inclui a própria diversidade. Não é só gênero eu acho masculino e feminino, sexo biológico sim! Nós nascemos menino ou menina, né? E aí tem outros contextos que vão então classificar esse gênero pra essa pessoa né? A própria sociedade, a própria utilização de alguns, algumas substâncias químicas, como o próprio uso dos agrotóxicos, né? Então tem outras questões. Os próprios hormônios [com ênfase] do nosso organismo.

Para Girassol, gênero não é um fator exclusivamente social, pois há fatores químicos que influenciam na construção do gênero de uma pessoa. Porém o “gênero está ligado a noções

socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessário um produto direto do sexo biológico de um indivíduo” (FONSECA *et al.*, 2020 p. 27). Portanto, as concepções de gênero são culturais e estão em conformidade com normas sociais vigentes, normas que também mudam de acordo com a época em que estamos (CAETANO *et al.*, 2019) ou estudamos.

Conforme Alexandra Kollontai, “gênero é aquilo que tu se identifica enquanto pessoa. E vai bem além do binário né, do homem e mulher”. Enquanto para Chiquinha, gênero é como a pessoa se sente e se mostra para o mundo. Percebe-se que estas colaboradoras entendem gênero como uma construção social (SCOTT, 1989), mas não é de uso exclusivo de/para mulheres, pois o gênero é “também estruturante da sociedade, do mesmo modo que a classe social e a raça/etnia” (SAFFIOTI, 2015). Nesse sentido, Chiquinha Gonzaga complementou:

[...] as pessoas falam que gênero é uma coisa, sexualidade é outra. Eu acho que talvez seria gênero em relação à mulher e homem e talvez sexualidade em relação a como a pessoa se sente, mas... Eu, pra falar a verdade, eu acho que no fundo é tudo a mesma coisa ainda. Então, assim, eu acho que é a maneira como a pessoa se sente, a representação.

Para a colaboradora, em certos aspectos, gênero e sexualidade se confundem. Contudo a sexualidade corresponde às “formas de expressar os desejos e prazeres” (LOURO, 2018, p.14) praticadas em uma determinada cultura. Girassol afirmou que “querendo ou não, quando tu perguntaste o que é gênero, o que é diversidade, eles andam sempre juntos né? Fica difícil separar o que é gênero, o que é diversidade”. Nas identidades de gênero também há diversidade, pois além das pessoas cisgêneras, existem as transgêneras “cuja identidade de gênero é diferente do gênero de nascimento” (FONSECA *et al.*, 2020, p.25). Porém, como o núcleo aborda temáticas de gênero e *diversidade* sexual, entendemos que a colaboradora se referiu à diversidade sexual e não à de gênero.

Bertha também relacionou sexualidade e gênero, porém enfatizou que este é uma construção social. A sexualidade é historicamente construída e pode ser repensada, problematizada e desfeita (CAETANO *et al.*, 2019). Considerando que vivemos em uma sociedade sexista e heteronormativa⁵, a sexualidade ensinada/aprendida por homens difere da ensinada/aprendida pelas mulheres. Estas precisam se preservar, inclusive reprimindo seus desejos sexuais, enquanto os homens aprendem a ser “pegadores” (de mulheres) para serem “machões”. Há, inclusive, homens que preferem morrer a perder sua virilidade (SAFFIOTI, 2015). Neste aspecto, os homens também sofrem uma violência de gênero sob forma de pressão, pois precisam constantemente mostrar sua virilidade (BOURDIEU, 2012). Isso pode gerar angústias e tensões, pois qualquer demonstração de feminilidade põe a virilidade masculina em dúvida (LINS, 2017).

Uma das relações possíveis entre gênero e sexualidade é observada na forma como a pessoa se expressa. Sendo que “de modo geral, salvo raras exceções, o/a homossexual admitido/a é aquele ou aquela que disfarça sua condição, “o/a enrustido/a”” (LOURO, 2018, p.36). Ou seja, aquele/a que demonstra estar em conformidade com as normas sociais de seu gênero.

A identidade é formada na relação entre o mundo pessoal/interior e o mundo público/exterior (HALL, 2006). Tal qual a classe social (econômica) de uma pessoa pode ser alterada, a identidade de gênero também pode, pois as identidades sociais são definidas historicamente e não biologicamente (HALL, 2006). Porém a transitoriedade da identidade de classe é aceita, enquanto a de identidade de gênero ou sexual nem sempre é (LOURO, 2018). Sendo o gênero uma das identidades que constituem o indivíduo, ele é “móvel e não uma estrutura fixa” (FONSECA *et al.*, 2020, p. 41), pois é formado ao longo do tempo por processos inconscientes dos sujeitos (HALL, 2006).

⁵ A heteronormatividade parte do princípio de que todas as pessoas devem atuar e ser referenciadas a partir da heterossexualidade (CAETANO *et al.*, 2019).

Para Perséfone gênero é uma forma de atuar no mundo sem precisar agradar ninguém; Para ela, gênero está relacionado a “se entender no seu lugar estando confortável, seguro, se sentindo acolhido, se sentindo bem”. Pagu foi enfática ao dizer que o gênero serve para colocar as pessoas em caixinhas. Em tom irônico, ela disse: “o ser humano não é capaz de lidar com a diversidade, ele precisa das coisas muito bem explicadinhas, encaixadinhas”. Podemos inferir que para ela gênero é como “um operador que cria sentido para que as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder” (LINS *et al.*, 2016, p.10).

Pagu comentou que trouxe um fundo teórico embasado em Foucault e Butler ao afirmar que “gênero é um conceito socialmente construído que serve pra impor controle sobre os corpos” sexuados. O poder disciplinar, destacado nos estudos de Michel Foucault, está preocupado com a regulação e vigilância e é exercido por Instituições para disciplinar as populações (HALL, 2006). Entre estas instituições temos a escola, pois suas “imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’” (LOURO, 2018, p. 25).

Bertha Lutz considera que gênero também é a forma pela qual a sociedade produz a construção do feminino e do masculino e questiona: “Como é que ela produz esse homem? Como é que ela produz esse masculino? Como é que ela produz esse feminino?”. Cada colaboradora enfatizou determinados aspectos do gênero, porém há um consenso entre as estudiosas do tema: “gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p.47).

Atualmente, os estudos de gênero englobam também “abordagens sobre identidade e diferenças, (trans) sexualidades, movimentos sociais, cultura, desigualdades e violências, dentre outros” (FONSECA *et al.*, 2020, p.21). Gênero refere-se às relações sociais entre os sexos (SCOTT, 1989), sendo que no início dos estudos deste campo a preocupação central era quanto aos direitos das mulheres. Para não cair em uma “neutralidade” do uso de gênero, Saffioti (2015) prefere utilizar o termo patriarcado para falar sobre as violências sofridas por mulheres, pois este termo deixa explícito quem sofre a violência.

Entendimento de Violência de Gênero

A escola é um dos agentes mantenedores do sexismo e do machismo na sociedade. Portanto podemos inferir que estas violências também estão presentes nos Institutos Federais. Contudo, “sempre que há relações de dominação-exploração há resistência” (SAFFIOTI, 2015, p.139). Acreditamos que a existência de núcleos de estudos sobre gênero nos IFs é uma política que contribui para o “desaparecimento progressivo da dominação masculina” (BOURDIEU, 2012, p.139) na EPT.

Sabemos que existem diversos tipos de violência, mas para compreendê-los precisamos de uma definição (LINS *et al.*, 2016). Perséfone atrelou as violências de gênero ao poder, que, segundo ela, é usado para separar e classificar as pessoas. Ou seja, as violências estão ligadas à possibilidade de alguém impor sua vontade à outra pessoa, sem seu consentimento (LINS *et al.*, 2016). O poder da classe dominante (BOURDIEU, 1989) em uma sociedade patriarcal e sexista está nas mãos dos homens (héteros, brancos e cristãos). As mulheres, sendo socializadas em uma sociedade patriarcal de gênero, muitas vezes, compactuam com as ideologias dominantes sem nem perceber ou questionar a ideia de inferioridade social (SAFFIOTI, 2015).

Alexandra Kollontai recordou da figura 01 e comentou sobre sua infância. Ela lembrou que a “questão do autoritarismo do meu pai, em função, em relação à minha mãe, em relação a mim que era uma menina, pra mim já é uma violência de gênero”. Para Perséfone, “toda violência é uma necessidade não atendida”, ela disse também se interessar em entender o que leva uma pessoa a cometer um ato violento.

O poder possui tanto a face da potência quanto da impotência e acredita-se que os homens, ao praticarem violências, estão sob efeito dessa última (SAFFIOTI, 2015). Perséfone entende que além da vítima, o agressor também necessita de atenção, pois somente assim haverá

uma verdadeira “transformação da relação violenta” (SAFFIOTI, 2015, p. 71); pois se não houver um trabalho de compreensão sobre violência, sexismo e patriarcado com os homens, eles perpetuarão as violências contra outras mulheres.

Chiquinha afirmou que não há igualdade na sociedade, nela o homem acredita ser superior à mulher.

E esse superior à mulher seja uma violência velada né, seja uma violência física, seja uma violência verbal, seja uma violência... Acho que tem inúmeras né. [...], seja uma violência de ignorar, seja uma violência de né, até corporal. A gente percebe como o homem incha o peito e a maneira de falar, aquela violência física, não posso dizer física, mas comportamental. [...] tudo isso sobre uma pessoa, uma mulher que eu não digo que é o sexo frágil, mas se impondo sobre o outro gênero, aí eu acho que é violência. (CHIQUEINHA GONZAGA)

Para esta colaboradora, nas relações de poder a mulher pertence ao gênero que mais sofre violências. Nestas relações, o homem, portador do poder, é legitimado pela sociedade e está “autorizado” a “discriminar categorias sociais” (SAFFIOTI, 2015, p.131). Para Pagu “são todas as violências que nós sofremos e que nos impedem né, nos bloqueiam de ser e atingir todo o nosso potencial como seres humanos. São todas aquelas limitações que nos são impostas por sermos mulheres”.

Quanto aos tipos de violências, Pagu compreende que “tem a violência emocional, psicológica, financeira, física né. Mas tem esses outros tipos de violências que são muito mais veladas e que acabam podando nosso desenvolvimento”. Estas violências veladas, muitas vezes, não são tipificadas em lei, e são legitimadas baseadas em diferenças biológicas ou costumes e tradições (LINS *et al.*, 2016).

Carolina Maria de Jesus afirma que “Eu acho que violência de gênero é tudo que nos coloca pra baixo, que nos humilha, que nos menospreza, que diminui a nossa capacidade. Violência de gênero ela tá em TODOS os lugares, em todos os ambientes”. Portanto, a violência também está no ambiente educacional; sendo a EPT um mundo tido como masculino, é preciso combater as violências cotidianas que possam acontecer.

De acordo com Chiquinha Gonzaga, graças a sua participação no núcleo pôde aprender sobre os tipos de violência por ela desconhecidos. Apesar de ter negado já ter sofrido alguma violência de gênero, ela lembrou que já ouviu insultos sexistas no trânsito. Isto corrobora a pesquisa apresentada Saffioti (2015), de acordo com este autor, o número de mulheres que declaram ter sofrido alguma violência de gênero aumenta quando são instigadas a pensar sobre o assunto. Muitas vezes as vítimas de violências não percebem que sofreram agressões, pois adotam categorias construídas pela classe dominante e as veem como naturais (BOURDIEU, 2012).

As entrevistadas, de modo geral, quando exemplificam os tipos de violências de gênero, elencam os seguintes tipos de violências contra mulheres: física, sexual, psicológica, emocional, patrimonial/financeira, desvalorização, piadinhas etc. Elas compreendem que a violência é uma “ruptura de *qualquer* forma de integridade da vítima” (SAFFIOTI, 2015 p. 18, grifo nosso).

A terceira onda feminista estuda como o gênero “se cruza com outros tipos de desigualdade, incluindo raça, orientação sexual e classe” (LINS *et al.*, 2016, p. 33). Carolina Maria de Jesus afirmou ser importante trazer questões de raça e de classe social para a discussão sobre igualdade entre as mulheres. As demais participantes não interseccionaram as violências de gênero com outros marcadores sociais de diferença, que produzem disparidades (LINS *et al.*, 2016). Sendo o espaço social multidimensional (BOURDIEU, 1989), Collins (2019) afirma que classe, raça, gênero e sexualidade são opressões que ainda se interseccionam e se cruzam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As colaboradoras demonstraram que “a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível” (BOURDIEU, 2012, p. 106). Cada entrevistada tem um

entendimento particular de gênero e de violência de gênero. Por isso “apesar da ampla disseminação do termo, os significados de gênero estão longe de estarem resolvidos” (SCOTT, 2012, p. 331).

Precisamos reforçar que a categoria mulher não é unificada. Não existe “*a mulher* (como forma única), mas sim *mulheres*, no plural” (LINS *et al.*, 2016, p.33 grifo dos/as autores/as). Esta categoria é constituída por várias identidades e continuam separadas por “diferenças econômicas e culturais” (BOURDIEU, 2012, p. 112). Podemos perceber isto nas análises das figuras 05 e 06 que para algumas eram violências “menores” e para outras eram as que mais representavam violências.

Apesar de todas as colaboradoras atuarem em núcleos semelhantes e trabalharem na área de Educação, elas têm histórias de vida diferentes. Portanto cada uma tem sua própria forma de vivenciar e sentir a dominação masculina (BOURDIEU, 2012), a interpreta de forma singular e impõem seus próprios limites entre o que é agressão ou não (SAFFIOTI, 2015).

Considerando que os anseios e comportamentos são diversos em um mesmo grupo social (LINS, 2017), percebemos que há mais semelhanças que diferenças nas representações das colaboradoras. Apesar de haver certa confusão entre sexualidade, gênero e sexo, todas compreendem o gênero como uma construção social do feminino e do masculino.

Quanto às violências de gênero, a maioria afirma que as relacionadas à agressão física são mais impactantes. Porém compreendem que existem muitos tipos de violência de gênero além da física como a: emocional, psicológica, patrimonial e financeira. As entrevistadas entendem ainda que os diversos tipos de violência estão relacionados à divisão sexista do trabalho (remunerado e doméstico), etc.

Visto que as “categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social” (BOURDIEU, 1989, p. 141), podemos inferir que as participações nos núcleos de estudos sobre gênero podem convergir na construção de um outro imaginário acerca do fazeres sociais.

REFERÊNCIAS

- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária*. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.
- BARDIN, Laurance. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARRAGÁN, Margarita Aguinara *et al.* Pensar a partir do Feminismo. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam Lang; FILHO, Jorge Pereira (orgs.) *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate*. Brasília, 2010.
- CAETANO, Márcio; LIMA, Carlos Henrique Lucas; CASTRO, Amanda Motta. Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática. In: *Colloquium Humanarum*. 2019, 5–16. Disponível em <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3179>. Acesso em 04 out. 2021
- COLLING, Ana Maria. Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos. In: SILVA, Fabiane Ferreira da; BONETTI, Alinne de Lima (org.) *Gênero, diferença e direitos humanos: é preciso esperar em tempos hostis*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do Empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FIGURA 01. Google Imagens. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/AtualidadesdoDireito/atores-juridicos>. Acesso em 24 abr. 2021.

FIGURA 02. Google Imagens. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contramulher-aumenta-449-durante-pandemia>. Acesso em 24 abr. 2021.

FIGURA 03. Google Imagens, Disponível em <https://claudia.abril.com.br/politica-poder/nao-decidiu-seu-voto-o-que-e-importante-para-as-mulheres-nas-propostas/> Acesso em 22 abr. 2021.

FIGURA 04. Google Imagens. Disponível em <https://www.ufp.pt/docente-ufp-analisa-violencia-de-genero-em-tempos-de-covid/>. Acesso em 22 abr. 2021.

FIGURA 05. Google Imagens. Disponível em https://www.freepik.com/free-vector/stop-gender-violence-illustration_8851852.htm?epik=dj0yJnU9WW84c0tybjZvb0F6MWY3SUFHNG9tLU1YQ1BFQnpIRk8mcD0wJm49d2FKX1BGLVBjejFMMmJxcMfaYWxMdyZ0PUFBQUFBR0YyRE1z. Acesso em 22 abr. 2021.

FIGURA 06. Google Imagens. Disponível em <https://varonesunidos.com/sin-categoria/el-mito-de-la-opresion-de-la-mujer-en-occidente-desmontando-al-supuesto-patriarcado/> Acesso em 22 abr. 2021.

FIGURA 07 Google Imagens. Disponível em <https://wsimag.com/pt/bem-estar/19836-arrendicao-pela-vida>. Acesso em 22 abr. 2021.

FONSECA, Sharon Tyler Araújo *et al.* Gênero e Sexualidade: alguns conceitos, reflexões e diferenciações. In: BRANCHER, Vantoir R.; COLLING, Ana Maria; PORTO, Eliane Q. *Caminhos possíveis a inclusão v: gêneros, (trans) gêneros e educação alguns enfrentamentos*. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Resolução Consup 015/2014 Regulamento da Coordenação de Ações Inclusivas da Reitoria e dos Câmpus do IF Farroupilha. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas>. Acesso em 26 dez. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS. Resolução nº 037, de 20 de junho de 2017. Disponível em https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf. Acesso em 26 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. Regulamento Próprio do Núcleo de Gênero e Diversidade do Campus Pelotas. Disponível em <http://www.lajeado.ifsul.edu.br/nuged/apresentacao>. Acesso em 26 out. 2019.

JACOBINI, Maria Letícia. *Metodologia do Trabalho Acadêmico*. Campinas, Alínea. 2006.

LINS, Beatriz Accioly. MACHADO, Bernardo Fonseca. ESCOURA, Michele. *Diferentes, não designais: a questão de gênero na escola*. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LINS, Regina Navarro. *Novas formas de amar*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LOPES, Telma Jannuzzi da Silva. As representações sociais e a educação. In: *II Seminário Internacional de Representações sociais, Subjetividade e Educação*, 2013, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. Disponível em http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9077_6744.pdf. Acesso em 10 out. 2021. (25158-25167)

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Vozes, 2014.

- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: as abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria; DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educac%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em 22 out. 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórico*. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 13 fev. 2020.
- SCOTT, Joan. *Os usos e abusos do gênero*. Projeto História, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez, 2012.
- RUIZ, Castor Bartolomé. *Os paradoxos do Imaginário*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44. p. 203-220, ago./dez, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em 20 out. 2021.

4.3 OS NÚCLEOS DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Os Núcleos de Estudos Sobre Gênero dos Institutos Federais do Rio Grande do Sul

Nome Sobrenome do Autor^[1], Nome Sobrenome do Autor^[2]

^[1]e-mail. nome da instituição/departamento a que está vinculado. ^[2] e-mail. nome da instituição/departamento a que está vinculado (INCLUIR APENAS APÓS O ACEITE)

Resumo

Este artigo origina-se da pesquisa de mestrado intitulada “Violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da atuação dos núcleos de gênero e diversidade sexual”. O objetivo é apresentar Núcleos de Estudo sobre Gênero e Sexualidade de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul, pesquisar suas ações e acolhidas e identificar desafios e potencialidades para a existência desses núcleos. Para tal, nos apoiamos em Louro (2018), Colling (2015, 2020), Campos, (2007), Caetano *et.al* (2019), Guerch; Conto (2017); Jacob (2017); Façanha (2018); Saffioti (2015) entre outras/os. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com a coleta de dados realizada por entrevistas semiestruturadas. As discussões foram produzidas à luz da análise de conteúdo. Os resultados apontam que o Núcleo mais antigo é de 2016. As entrevistadas demonstram desconhecer o ato de criação do núcleo, porém isto não impede que as ações dos núcleos ocorram. As atuações dos núcleos condizem com o objetivo de formação humana e integral dos Institutos Federais. Os desafios apontados são referentes à ausência de sala e de orçamento, porém o núcleo foi exaltado como espaço de acolhida e segurança. As importâncias do núcleo destacadas ressaltam que estes espaços devem ser fortalecidos pelas gestões e comunidade geral.

Palavras chave: Educação. Gênero. Educação Profissional e Tecnológica. Violência de gênero

Abstract

*This writing originates from the research "gender violence in professional and technological education: reflections from the actions of the centers of gender and sexual diversity". The objective is to present the Centers for Gender and Sexual Diversity Studies of a Federal Institute from the State of Rio Grande do Sul, to research their actions and receptions and identify challenges and potential for the existence of these centers. To this end, we rely on Louro (2018), Colling (2015, 2020), Campos, (2007), Caetano *et.al* (2019), Guerch; Conto (2017); Jacob (2017); Façanha (2018); Saffioti (2015), and others. It is a qualitative research, the construction of the data was carried out with semi-structured interviews. The discussions were carried out in the light of the content analysis. The results indicate that the oldest center is from 2016. The interviewees demonstrate that they are unaware about the act of creating the centers, but this does not prevent the actions of the centers from happening. The activities of the centers are consistent with the objective of human and integral formation of the Federal Institutes. The challenges pointed out are related to the lack of room and budget, but the centers was praised as a space of welcome and safety. The highlighted importance of the centers emphasizes that these spaces must be strengthened by the administrations and the general community.*

Keywords: Education. Gender. Professional and technological education. Gender violence

1 Introdução

O Brasil vive um momento conservador em vários aspectos, os “movimentos Escola Sem Partido e Ideologia de Gênero têm causado um grande estrago nos avanços conquistados com muita luta ao longo da história” (COLLING, 2020 p.73). Sabe-se, também, que a escola é uma das instituições que influenciam na delimitação das identidades de gênero, contribuindo para a reprodução de binarismos¹ (MIRANDA; MAIA, 2017). Ademais, conforme Britzman (2018), existem muitos obstáculos nas estruturas escolares que impedem uma abordagem cuidadosa e profunda sobre gênero e sexualidade.

Acreditamos que o debate sobre gênero nos ambientes de ensino é necessário, visto que esta temática também constitui o ser humano, portanto, faz parte do cotidiano escolar. Além disso, durante a adolescência, estamos em pleno processo de formação da identidade de gênero. Logo, no ambiente escolar ocorrem várias disputas e enfrentamentos (MIRANDA; MAIA, 2017) que não podem ser ignorados.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados em 2008 pela Lei 11.982. Dentre os objetivos dos IFs está ministrar educação profissional técnica de nível médio, com prioridade para a forma de cursos integrados (BRASIL, 2008). Apesar do nome “Educação Profissional e Tecnológica” (EPT), deve-se atentar que esta modalidade de ensino difere do Novo Ensino Médio aprovado pela Lei 13.415/2017. Visto que a EPT dos IFs é progressista e preza pela formação de um/a trabalhador/a que também seja um/a cidadão/ã capaz de compreender a sua realidade e promover transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível (BRASIL, 2010).

Portanto, acreditamos que uma educação emancipatória e que visa transformar a sociedade deve abordar em seu currículo e seu cotidiano problematizações sobre gênero. Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado intitulada “Violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da atuação dos núcleos de gênero e diversidade sexual”. Nosso objetivo é pesquisar ações e acolhidas dos Núcleos de Estudo sobre Gênero e Sexualidade de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul e

identificar desafios e potencialidades para a existência desses núcleos.

No Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGs) é vinculado ao Setor de Extensão dos *campi*. Quanto à criação do NEPGs, não consta no regulamento suas motivações específicas. O regulamento próprio do Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED) do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) também não aponta a motivação para criação do Núcleo. Um de seus objetivos gerais deste núcleo é assessorar o Diretor-geral do Campus, portanto inferimos que o NUGED está vinculado às Direções dos *campi* da Instituição.

No Instituto Federal Farroupilha (IFFar), os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) estão inseridos dentro da Coordenação de Ações Inclusivas (CAI).

Nos três atos normativos constam os objetivos, as finalidades e como se dá a composição dos núcleos. Os três núcleos foram criados para desenvolver ações e projetos que debatam as questões de gênero e diversidade sexual. O diferencial do NUGED é que ele inclui também a promoção dos direitos dos apenados e de trabalhadores/as em vulnerabilidade social (IFSUL, s.a)

Dentre os objetivos e as finalidades dos três núcleos constam que devem promover ações, debates e capacitações sobre gênero, igualdade e respeito às diferenças. Também consta que os núcleos devem procurar estabelecer parcerias com entidades existentes fora dos Institutos.

Não encontramos em nenhum documento que os núcleos servem para acolher pessoas vítimas de violência. Porém, uma das finalidades do NEPGs é atuar no combate às formas de violência de gênero e sexual. Portanto, infere-se que o núcleo pode agir como espaço de acolhida a pessoas vítimas de violências, de forma a combatê-las. Já na resolução do NUGEDIS consta que uma de suas atribuições zelar para “permanência e conclusão de curso dos estudantes, respeitando as questões de gênero diversidade sexual” (IFFAR, 2016 s.p). Apesar de não explicitar sobre violências de gênero, estudantes que as sofrem no ambiente escolar tendem a abandonar os estudos. Logo, acolher pessoas vítimas de violências também se faz uma das finalidades do núcleo. Já no regulamento do NUGED não é prevista nenhuma ação sobre violências de gênero especificamente.

Listada no objetivo geral do NUGED encontra-se a possibilidade de articular as

¹ Ideia que só existem feminino/mulher e masculino/homem.

atividades de ensino em todos os níveis e modalidades de ensino quanto às questões de gênero e diversidade. Ainda, o núcleo pode definir prioridades nos materiais didáticos a serem utilizados (IFSUL s.a). Este é um diferencial deste núcleo, visto que os demais não possuem esta prerrogativa.

2 Referencial teórico

Historicamente, a prática efetiva nas escolas é sobre os aspectos biológicos da sexualidade (aparelho reprodutor, doenças e métodos contraceptivos, etc.), ignorando os aspectos sociais do gênero e da sexualidade e reproduzindo, assim, a heterocisnormatividade² e perpetuando discriminações e preconceitos (CAMPOS, 2007). Britzman (2018) pontua que o modo autoritário das interações sociais no ensino desestimula a curiosidade e impedem o surgimento de novos questionamentos.

Entendemos que ao debater sobre gênero nos ambientes de ensino pretende-se construir espaços democráticos, “de maneira a educar para o reconhecimento do direito à diferença, provendo o cuidado da criança e do adolescente e o respeito a todos os modelos de existência, afeto e família” (CAETANO *et.al*, 2019 p.08). Concordamos com Campos (2007) que escola é um espaço de formação humana, onde os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos são discutidos para a compreensão e a transformação da realidade. Considerando o ensino integral³ oferecido nos Institutos Federais, os núcleos inclusivos são de suma importância para contribuir na formação de cidadãos/ãs plenos/as.

A criação dos IFs é uma política pública, pensada em função da sociedade e sua transformação (BRASIL, 2010). Por meio de uma formação humana, a EPT objetiva garantir ao/à trabalhador/a “o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (Brasil, 2010, p. 40). Além do conhecimento

científico-tecnológico, os IF objetivam proporcionar uma práxis que possibilita aos sujeitos “interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade” (BRASIL, 2010 p.18). Nesse aspecto, são necessários os debates de assuntos latentes na sociedade, como as relações de gênero, (COLLING, 2015), pois o lugar do conhecimento não pode ser o local da ignorância (LOURO, 2018). A pluralidade de identidades existe, entendemos que as pessoas não são obrigadas a amar as outras, mas o respeito aos demais é um dever do cidadão/ã (SAFFIOTI, 2015).

Caetano *et. al.* (2019, p.14) afirma que se a escola objetiva formar para a diversidade e pluralidade, que faz parte da vida humana, “nada mais justo e correto que incluir em seus currículos discussões sobre sexualidade, gênero, relações etnicorraciais e outras diversidades, como o são os exemplos das diversidades religiosas”. Considerando os objetivos e fundamentos dos IFs, e que a abordagem das temáticas sobre gênero e sexualidade na escola contribuem para a formação humana (CAMPOS, 2015), foram criados os Núcleos de estudos sobre gênero nos Institutos Federais do Rio Grande do Sul para fomentar o debate e realizar ações sobre gênero e sexualidade, que possuem semelhanças e diferenças.

Os núcleos inclusivos de gênero não são exclusividades dos IFs do RS. Jacob (2017) esclarece que os Núcleos do Estado de Pernambuco estão ligados à secretaria da Mulher do Estado. Eles promovem ações formativas e de pesquisas, e têm a finalidade de realizar práticas comprometidas com a transformação social. Percebe-se, então, que cada Instituição e Estado fortalece a existência dos Núcleos de gênero de forma distinta.

Façonha (2018) afirma que é preciso um olhar diferenciado para enxergar as violências de gênero no cotidiano escolar, que muitas vezes passam despercebidas. Segundo a pesquisadora, os núcleos de gênero possuem uma capacidade de tensionamentos, pois busca a valorização da diversidade e rompe com o “modelo vigente de visão tradicional, linear, etnocêntrica e masculina” (FAÇANHA, 2018, p. 7).

A existência de núcleos de gênero em escolas possibilita a disseminação e o fortalecimento de estudos sobre violência e equidade de gênero, “temas que consideramos essenciais para o fim de discursos e práticas reprodutoras de violência

² Ideologia que todas as pessoas são cisgêneras (identidade de gênero é a mesma que o sexo atribuído no nascimento) e heterossexuais (sentem atração e se relacionam com pessoas do gênero oposto).

³ A formação humana integral que “sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (RAMOS, 2014 p.84).

e desigualdade entre homens e mulheres” (TENÓRIO *et.al*, 2016 p.201).

Até o ato institucional de criação do NUGEDIS, as questões de gênero e diversidade sexual, eram trabalhadas dentro dos Currículos da Educação Profissional de Nível Médio (GUERCH; CONTO, 2017). Mesmo com a possibilidade de trabalhar sobre questões de gênero e diversidade sexual no Instituto, isto ainda dependia da iniciativa e disponibilidade de algum docente ou grupo de docentes (GUERCH; CONTO, 2017). Portanto havia a necessidade de institucionalizar como e por quem estas questões seriam abordadas no cotidiano escolar.

Concordamos com Tenório *et. al* (2016) que as instituições de ensino são ambientes estratégicos para as discussões e compreensões de desigualdades. Também acreditamos que as ações inclusivas para terem efeito, precisam estar articuladas ao processo de ensino-aprendizagem e ao fazer diário. (GUERCH E CONTO, 2017). Logo, os núcleos de gênero são ambientes propícios a realizar tais ações.

3 Método da pesquisa

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, visto que se trata de um estudo no campo educacional, caracterizando-se como uma pesquisa social. Segundo Jacobini (2006), a pesquisa qualitativa é o método apropriado para as ciências humanas, pois o ser humano não deve ser um objeto a ser medido e nem tabulado.

A coleta de dados foi realizada por entrevistas semiestruturadas, que devido à pandemia da COVID-19, foram realizadas via plataforma online (*google meet*).

A amostra foi selecionada pelo método *snowball* (bola de neve), que utiliza cadeias de referências (VINUTO, 2014), como uma espécie de rede. Neste método o participante inicial de um estudo indica outros/as participantes, que também indicam novos/as participantes e assim por diante, até que o objetivo do estudo seja alcançado (BALDIN; MUNHOZ, 2009). Ou seja, até que as respostas ou pessoas indicadas comecem a se repetir, esgotando-se, assim, as possibilidades de novas contribuições.

Considerando os expostos até aqui sobre os núcleos de estudos e pesquisas sobre gênero e sexualidade dos IFs do Rio Grande do Sul, escolhemos um deles para fazer nossa pesquisa. Por razões éticas não será mencionado qual

núcleo foi pesquisado, a fim de preservar as identidades das colaboradoras⁴.

As colaboradoras são participantes dos núcleos que ocupam ou ocuparam o cargo de presidência. Primeiramente foi realizada uma pesquisa para ver qual pessoa estava ocupando o cargo de chefia ao qual o núcleo é subordinado, resultando na primeira colaboradora. Sendo assim, foram entrevistadas sete servidoras. Seis delas estavam presidentes dos núcleos em seus campi e uma havia ocupado o cargo de presidenta até ano passado e no momento da entrevista estava integrante do núcleo como membra.

Após as entrevistas, as transcrições foram realizadas e enviadas às entrevistadas para revisão. A análise foi feita logo após o retorno das entrevistas revisadas. As discussões sobre os dados foram realizadas à luz da análise de conteúdo, que é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2002, p. 38).

Para que a confidencialidade das entrevistadas fosse preservada, durante a entrevista foi solicitado que escolhessem um nome pelo qual gostariam de serem designadas no estudo. Todas entrevistadas optaram por nomes de mulheres ligadas às lutas feministas, a exceção foi Girassol. Ela escolheu o nome da flor, pois ela tem um simbolismo para a entrevistada, visto que é uma planta que está sempre virada para o Sol, para a luz. Abaixo segue quadro perfil das colaboradoras, a fim de melhor situar o/a leitor/a:

Nome	Titulação	Idade	Gênero	Campus
Perséfone	Doutora	37	Feminino	00
Pagu	Mestra	39	Feminino	01
Alexandra Kollontai	Doutora	35	Feminino	02
Chiquinha Gonzaga	Doutora	42	Feminino	03
Bertha Lutz	Mestra	55	Feminino	04
Carolina Maria de Jesus	Doutora	37	Feminino	05
Girassol	Doutora	45	Feminino	06

Quadro 01: perfil das colaboradoras. Fonte: autora

⁴ O único homem declinou da pesquisa.

4 Resultados da pesquisa

Considerando as falas das colaboradoras, foram estabelecidas as seguintes categorias de análise: Os núcleos de gênero e diversidade sexual; Casos de violência de gênero na Instituição; Ações de Sucesso dos Núcleos, Desafios e potencialidades dos núcleos, e A importância dos Núcleos.

Os núcleos de gênero e diversidade sexual

Questionamos se as entrevistadas conheciam as motivações e os atos de criação dos núcleos. Alexandra Kollontai e Bertha Lutz acreditam que o núcleo foi criado por força de Lei, pois os Institutos precisam fomentar debates inclusivos.

[...] os institutos trazem na sua base, na sua essência, a questão da inclusão, a questão do respeito a indígenas, afro, às questões de gênero, às diversidades. Então eu acho que pra dar conta de discutir essas questões é que se criam os núcleos. [...] Porque se não tem uma coisa menor num campus, um grupo menor num campus, não vai funcionar. Não adianta ter uma comissão na Reitoria que vai dizer “oh, vocês precisam fazer isso, vocês têm que atentar pra isso”. Não! Tem que ter um grupo de pessoas no lugar, no local. (BERTHA LUTZ)

Girassol foi convidada a integrar o Núcleo do campus 06 devido a atividades sobre sexualidade e gênero realizadas por ela em sala de aula com os/as discentes. Ela disse desconhecer os atos normativos, mas acredita que a criação de núcleos inclusivos é para proteção das pessoas. Alexandra Kollontai acredita que foi “mais para cumprir mesmo as determinações do Ministério da Educação”, ela afirma que o núcleo de gênero foi o último núcleo inclusivo a ser criado na Instituição, que também possui núcleos para debates sobre raça e de apoio a pessoas com necessidades especiais.

Pagu afirmou que no campus 01 o núcleo “oficializou o que a gente já vinha fazendo”. Ela lembrou que havia um grupo de servidores/as que já discutiam sobre a temática de gênero mesmo antes da criação dos Núcleos. Já Carolina Maria de Jesus acredita que os núcleos foram criados

para realizar debates e dar visibilidade às questões de gênero e sexualidade na instituição. Além de promover ações que possibilitem a diminuição de violências de gênero dentro do IF.

Perséfone informou que ao ingressar na Instituição, em 2014, já tinha uma demanda da comunidade para criação do Núcleo,

Então a gente vivia um período em que essas questões elas estavam muito em alta e muito fomentadas a nível de legislação nacional né? Um cenário desafiador, mas não tão desafiador quanto agora. Tínhamos um momento em que isso era incentivado, né: nós discutir nos âmbitos das instituições de educação. Então nós pegamos um momento propício para criação dos núcleos em 2016.

Carolina Maria de Jesus afirmou que o ingresso no núcleo foi “praticamente automático”, pois ela tem finidade com a temática e entende a necessidade desse debate na Instituição. Já Chiquinha Gonzaga lembrou que quando ingressou na Instituição, lhe foi dito que *deveria* ingressar em um dos núcleos inclusivos e, por ser professora de Biologia, ela escolheu ingressar no Núcleo de Gênero.

Sobre a falta da evidência do termo “violência de gênero” no ato de criação do núcleo, a maioria das colaboradoras afirmou que passou despercebido. Alexandra disse que “faltar no documento é complicado mesmo”, pois o núcleo do seu campus fala muito sobre a questão da violência de gênero. Bertha Lutz afirmou que também não percebeu o apagamento da expressão, pois “independente de ele estar claramente colocado ou não, a gente trabalha né?”. Já Perséfone informou que a resolução “é mais operacional” e trata mais de como o núcleo é constituído e que existe uma resolução de Política de Não Violência “mais recente que trata de violências” (PERSÉFONE). Porém, a resolução mencionada pela colaboradora é de um núcleo específico sobre o combate a violências em geral.

Girassol afirmou que acredita que o ato normativo deveria ser reformulado, porém o núcleo trabalha além do que consta no ato. Pagu e Chiquinha também pensam que o ato pode ser revisto. Esta entende que ao constar sobre a promoção à igualdade, fica subentendido o trabalho contra a violência de gênero. Pagu

afirmou que o fato de não constar no ato de criação não impede que seja trabalhado. Para ela não precisa “judicializar” tudo, pois

[...]

Tem que se dar espaço pra quem quer fazer! E quem quer fazer sabe que o problema de violência de gênero existe, que é importante, então isso vai ser trabalhado! Tipo, no campus 01... hm ... Eu acho assim, faz diferença ser institucionalizado? Faz! Porque isso corrobora com o nosso trabalho. Se sente mais encorajado, validado, protegido pra trabalhar nessas temáticas num clima hoje que é muito tenebroso. Então, faz diferença? Faz! Mas isso influencia na qualidade do trabalho que vai ser desempenhado? Eu acho que não, sabe?

A colaboradora Carolina Maria de Jesus também afirmou nunca ter parado para refletir sobre a ausência do termo. Mas disse que essa ausência pode

dar a entender que não é feito né? Que não é feito algo a esse respeito. Hum, na concepção que nós temos ali a ideia é sempre debater, refletir e promover ações que minimizem a violência de gênero e a desigualdade de gênero, né? Todas as ações são nesse sentido. Tanto que quando a gente identifica alguma situação específica no campus, ou faz algum levantamento, a primeira ideia é promover uma ação que dê visibilidade a isso, né? Formação com os docentes, formação com os servidores, formação com a comunidade em geral. Então geralmente é a discussão, a reflexão, mas pautada para uma prática depois, né.

Portanto, mesmo sem estar explícito o combate à violência de gênero no ato de criação, os núcleos pesquisados abordam a temática frequentemente. Pagu acredita que a institucionalização do Núcleo é importante, pois dá respaldo às ações realizadas. Porém há ações interpessoais que também são importantes, como

um/a discente se sentir à vontade e chegar nas membras do Núcleo para falar dos problemas pessoais e pedir auxílio.

Casos de Violência de gênero na Instituição

As colaboradoras que entraram no núcleo um pouco antes da declaração de Pandemia da Covid-19 ressaltaram que as atividades remotas dificultaram as denúncias de casos de violência. Além disso, para elas, o fato de não ter o contato pessoal também dificulta atos de violência cotidiana, como “piadas”, por exemplo.

Alexandra disse que ficou menos de um ano na presidência do núcleo de forma presencial. Durante este período uma servidora e uma aluna entraram em contato com o Núcleo para reportar casos de violência. Teve, ainda, uma discente que procurou o núcleo, mas preferiu não fazer o registro formal da denúncia. Dessas pessoas que entraram em contato com o núcleo os casos de violência eram de assédio moral entre colegas (ALEXANDRA KOLLONTAI).

O caso da servidora foram colegas que a assediaram. A colaboradora destacou que “a gente sabe que o recorte de gênero autoriza né, alguns colegas a se portarem de forma... superior né? Humilharem as mulheres. É sempre mais fácil humilhar uma mulher que humilhar um homem” (ALEXANDRA KOLLONTAI). A colaboradora refere-se à estrutura patriarcal, sexista e machista da sociedade, onde o homem é o detentor de poder. Saffioti (2015) lembra que o patriarcado serve ao grupo dos dominantes e o sexismo legitima preconceituoso a agir como tal, pois está autorizado a discriminar as mulheres.

Quanto à discente, segundo a entrevistada, a violência foi mais de cunho racial. Mesmo existindo na Instituição um núcleo específico para abordagens de questões raciais, a discente sentiu-se mais segura em procurar o núcleo de gênero. Sabe-se que as violências se interseccionam (COLLINS, 2019), então uma mulher negra além de sofrer as violências de raça, também sofre as de gênero.

Perséfone, que é a coordenadora geral dos núcleos, afirma que a Instituição tem um olhar bem criterioso quanto aos casos de violência. Pois são questões delicadas que envolvem servidores-discentes, e servidores-servidoras. Ela afirma que as servidoras e as alunas têm encontrado nos núcleos espaços para se fortalecerem e até mesmo fazerem denúncias.

Pagu lembrou de um conselho de classe, ocorrido antes da criação do Núcleo, que um

professor comentou sobre duas alunas que estavam namorando e perguntou se eles/elas deveriam chamar os/as responsáveis das discentes. A colaboradora estava presente na reunião e questionou se a Instituição chama os/as responsáveis de discentes que formam casais heterossexuais, e o docente respondeu que não. Outro caso de violência ocorrido no campus 01 foi quanto à encenação de uma quadrilha onde o casamento caipira foi interpretado por um casal gay. Pagu relatou com muita indignação que após a apresentação um professor postou em uma rede social que

“daqui um dia a pescaria ia ser caça ao vibrador na piscina de gel”. Bem assim ele colocou, gurria! Por causa de um ‘casamentinho’ gay inocente do... entendeu? Olha! As pessoas... eu, pra mim, claro né! Que isso não se comenta muito. Mas eu, pra mim, isso tem um desejo reprimido que é *difícil* de controlar... Mas é que é uma heteronormatividade tão grande que eles não aceitam realmente quem é diferente desse padrão, dessa norma binária, de homem mulher né?

A colaboradora traz o imaginário social de que os homofóbicos são homossexuais enrustidos. Porém ela mesma ressalta que a nossa sociedade é extremamente heteronormativa e segue o padrão de gênero binário homem-mulher.

Chiquinha Gonzaga lembrou que houve “relatos” (reclamações) sobre o vestuário de algumas alunas, devido aos shorts “muito curtos”. Na Instituição não há o uso de uniforme, fato que Chiquinha é contra, pois afirma ser fã de uniforme. A reclamação foi de alunas, que afirmavam que os meninos falavam das roupas delas e também de alunos e professores, que reclamavam das roupas curtas.

Segundo a entrevistada, a direção conversou com os/as discentes e orientou às meninas que “cuidassem” do vestuário, e para os meninos que respeitassem as colegas, tentando chegar a um meio termo. Porém, ao ser questionada novamente, ela disse que “Houve assim “ah aqui é pra estudar, não é pra vocês estarem, não é pra usarem short no meio da bunda”” (CHIQUEINHA GONZAGA). Sabemos que a escola é uma instituição formal e, como tal, requer vestuário adequado. Porém o debate sobre o respeito aos corpos de meninas e mulheres é importante, pois

o vestuário delas não é um convite a assédios e abusos verbais ou físicos.

Carolina Maria de Jesus disse que percebe casos de assédio sexual de servidores com colegas e também com alunas.

Isso acontece né? Por exemplo: professores com piadinhas, digamos, sem graça, com piadas abusivas em sala de aula. Até chegando a um abuso, por exemplo, de tocar no corpo da estudante, ou de uma coisa desse sentido. Servidores também, as colegas se sentem muitas vezes né, humilhadas, ofendidas, assediadas, pelos próprios colegas de aula.

Girassol afirmou que desconhece a existência de casos de violência de gênero desde que ela entrou no campus 06. Disse que ouviu falar de um discente trans que sofreu uma agressão física e veio a óbito, porém o fato ocorreu antes da criação do Núcleo de Gênero e ela não era servidora da Instituição, portanto não pôde afirmar se o fato ocorreu realmente ou não.

Bertha Lutz relatou que no campus 04 teve um caso de um servidor TAE que assediou várias alunas, que o denunciaram. Ela afirmou que eram abusos graves.

Inclusive, assim, umas coisas horríveis! Do tipo assim, ham... Tinha uma aluna ruiva e ele perguntou pra melhor amiga dela “escuta, os pentelhos dela também são ruivos?” Entende? De botar um espelho na porta onde elas trocavam roupa, pra ele olhar elas trocar de roupa. (BERTHA LUTZ)

Durante a fala, a servidora estava com feições de repúdio. Afirmou que o IF abriu processo administrativo (PAD), que ocorre em sigilo, então a colaboradora desconhece o desfecho do caso, porém afirmou que o TAE ainda é servidor da Instituição. Ressaltou que o trabalho remoto, devido à pandemia da Covid-19, atrapalha na comunicação entre os/as colegas e fica difícil saber o que de fato ocorre na Instituição.

As colaboradoras afirmaram que nos casos de assédios são dados os prosseguimentos, mesmo não sendo uma prerrogativa específica do núcleo. Além disso, as/os membras/os aconselham as vítimas a como agir. Nos casos onde há denúncias formais são encaminhados para o

conselho de ética e posteriormente são abertos PADs para apurar cada caso. Corroborando com a fala de Bertha, Pagu afirma que desconhece servidor que tenha sido exonerado por motivos de assédios. Portanto, mesmo tendo casos registrados percebe-se que há certa impunidade aos agressores. Isso pode fortalecer a desmotivação das vítimas para denunciar.

Ações dos Núcleos

Alexandra Kollontai considera que a Instituição onde ela trabalha é bem envolvida nas questões de gênero. Porém percebe que “até dentro dos núcleos de gênero que existe um tabu ainda em relação ao gênero, né?”. Mesmo tendo a resolução que autoriza as ações do núcleo, Alexandra procura registrar as ações em projetos para

que isso fique normatizado entende? Claro que não precisa disso! Porque a existência do núcleo já se justifica e as atividades se justificam. Mas eu prefiro colocar tudo em projeto pra ter assim, né, como uma atividade que tu não tem a mínima contestação (riso meio irônico).

As participantes comentaram sobre várias ações pontuais e rotineiras que o núcleo faz. Cada núcleo realiza suas atividades, sendo que em 2020 e 2021, devido à pandemia, a maioria das ações foram do tipo *lives*. Uma das *lives* realizadas em 2020, sobre violência contra mulheres transgêneras, foi invadida por *haters*, que abriram seus microfones e começaram “a falar “isso não é mulher, isso é homem”. hm... E ficavam falando isso, coisas desse tipo, “porque que isso é um traveção!!”” (ALEXANDRA KOLLONTAI), entre outras ofensas. Apesar da invasão, que está sob investigação da Polícia Federal, a *live* foi elencada por Alexandra como uma ação de sucesso do núcleo, pois durou quase três horas e, mesmo após a exclusão de pessoas devido à invasão, 120 pessoas permaneceram até o final.

Perséfone afirmou que na pandemia, com os eventos *online*, as pessoas que são contra as atividades do núcleo agem de forma mais escrachada. Mas elas usam perfis falsos, pois “elas não têm coragem de colocar a cara porque elas sabem que é ilegal, né?! É ilegal!”. Pagu pensa semelhante à Perséfone e diz que as pessoas machistas e homofóbicas “são ‘uns baita’

de uns covardes! Eles não falam nada em público, na cara, às claras, na luz do dia. Porque eles sabem que também é crime entendeu?” (PAGU). Elas comentaram que nas atividades presenciais as pessoas as pessoas não iam, faziam comentários negativos em redes sociais ou colocavam cartazes anônimos pelo campus.

Carolina Maria de Jesus disse não lembrar de ações interrompidas, mas a colaboradora afirmou que já ouviu comentários do tipo “já vem esses assuntos de novo”, “Ah! São aquelas que falam sobre isso”, além de ouvir colegas chamando as membras do núcleo de “loucas”.

A colaboradora disse que em 2019 o Núcleo fez uma pesquisa com servidoras e alunas sobre assédios e violências de gênero. Mas outras ações decorrentes dos dados não puderam ser feitas devido à suspensão das atividades presenciais em 2020⁵. Mas os dados obtidos foram significativos, pois

muitas apresentaram que se sentiam, que já haviam sofrido violência de gênero dentro da Instituição. Que sentiam que muitas vezes não tinham liberdade pra expressar isso, não se sentiam confortáveis pra denunciar né? E apoiavam ações, demonstraram ali a necessidade de ações pra tentar minimizar e diminuir e até mesmo erradicar com essas violências dentro da Instituição.

O núcleo do campus 02 realizou um projeto em parceria com outra servidora para arrecadação de materiais de higiene pessoal para mulheres cisgêneras e pessoas transgêneras da cidade onde o campus 02 está localizado. Como efeito positivo do projeto, após a divulgação e arrecadação, duas mulheres trans acessaram o serviço para buscar os produtos de higiene. “Então, tipo, tu pensa ““ah! Só duas!”, mas antes não tinha nenhuma!” (ALEXANDRA KOLLONTAI).

Esta ação elencada pela entrevistada é um exemplo de parceria com Instituições externas ao Instituto Federal, que é uma das finalidades do núcleo. Por meio dessas ações, os Núcleos também atuam junto à comunidade local de forma mais direta, na perspectiva da cidadania,

⁵ As aulas presenciais foram substituídas por aulas remotas durante o período da pandemia da COVID-19 (BRASIL, 2020).

buscando soluções para realidades excludentes (BRASIL, 2010). Acreditamos que a escola “não pode ser constituída como um fim em si mesma e sim como espaço de ensino-aprendizagem e de formação do indivíduo, capaz de questionar a ordem social vigente e suas práticas dicotômicas e excludente” (BRANCHER *et. al.*, 2018 p.162). Logo, estas ações junto à comunidade local são imprescindíveis.

Bertha Lutz destacou que antes da pandemia da Covid-19 o núcleo do campus 04 fazia reuniões mensais de estudo. Chiquinha Gonzaga disse que atualmente as participantes do núcleo têm se dedicado a estudos da temática de gênero e sexualidade. Perséfone destacou um festival realizado pelo Núcleo que ocorreu em 2018, onde foram apresentados filmes do tipo curtas metragens, que foram produzidos pelos campi, sobre a não violência contra as mulheres. Ela também destacou que a Instituição faz parte do movimento ‘he for she’ (Eles por Elas)⁶. Portanto, durante alguns dias ou semanas os Núcleos realizam atividades voltadas para este movimento (PERSÉFONE).

A procura de pessoas ao núcleo para pedir ajuda ou fazer denúncias ocorre de forma variada. Não há um padrão para tal, visto que “O núcleo em si não é o espaço de acolhida da denúncia. O espaço de acolhida da denúncia é ouvidoria” (PERSÉFONE). Já Carolina destacou que a o núcleo no campus 05 é divulgado como um espaço de acolhida e denúncia. Pagu disse que no campus 01 o núcleo age mesmo em casos não previstos no ato normativo do núcleo. Ela acredita que não precisa judicializar e institucionalizar todas as práticas do núcleo, pois há ações que ocorrem mais no nível das relações interpessoais.

Porém, por não ter uma padronização de atendimento, a procura muitas vezes é pessoalizada nas/os servidoras/es à frente do núcleo, “que são uma referência” (PERSÉFONE). Além disso, em alguns campi as pessoas procuram o núcleo através de redes sociais (ALEXANDRA KOLLONTAI) ou por e-mail (PERSÉFONE). Este item será abordado de forma mais profunda posteriormente, na categoria “desafios e potencialidades dos núcleos”.

Pagu afirma que as pessoas membras do núcleo sempre pregam o respeito e o acolhimento e ao fazer isso já estão lutando contra as violências, pois fomentam os debates dentro da instituição. Perséfone seguiu a mesma linha e disse que elas tentam divulgar o núcleo como um espaço acolhedor e seguro, onde as pessoas podem buscar seus direitos.

Devido a essa personalização dos núcleos, no campus 05 quando uma aluna ou servidora deseja fazer uma denúncia, procura uma pessoa ligada ao núcleo. Após o recebimento da denúncia o núcleo faz todos os encaminhamentos necessários. Carolina Maria de Jesus afirma que “geralmente o caminho vai através de pessoas né?”, pois o núcleo já fez reuniões com turmas para que as discentes sentissem suporte das docentes mulheres.

Carolina, Bertha e Pagu relatam que os Núcleos encaminham às instâncias superiores relatos de assédios e/ou violências de gênero. Posteriormente, são abertos PADs, que correm sob sigilo. O retorno sobre os andamentos das denúncias oficializadas é quase inexistente, sendo que as servidoras apontam não saberem “em que instância tá, se o servidor já foi chamado pra conversar, ou não foi né?” (CAROLINA MARIA DE JESUS).

As colaboradoras afirmam que quando as membras do Núcleo de gênero identificam que há alguma situação de discriminação de gênero procuram conversar com as turmas. Já Bertha afirmou que ela trabalha muito com os/as discentes sobre respeito, enfatizou que sempre diz aos/as discentes: “Você não precisa gostar, mas você vai respeitar, porque se você não... Se você fizer [algum ato discriminatório] você vai arcar com as consequências de ter feito”. Portanto, as entrevistadas afirmam que os núcleos tendem a se antecipar quanto a possíveis denúncias sobre violências e chamam os/as discentes para o debate.

No calendário dos Núcleos a semana do oito de março é marcada para realização de ações sobre violência contra as mulheres. Chiquinha Gonzaga lembrou que nessas ações o Núcleo do campus 03 sempre cola cartazes sobre violência contra as mulheres. Girassol, que ingressou no núcleo um pouco antes da pandemia, lembrou que no dia 11 de março de 2020 o núcleo realizou um evento com a temática de mulheres na ciência e a proteção às mulheres. Ela lembrou que o evento foi muito marcante, pois teve uma fala sobre violência de gênero e alguns dias antes do

⁶ Criado pela ONU Mulheres, o movimento ElesPorElas (HeForShe) é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial. (ONU MULHERES, 2010).

evento tinha ocorrido um feminicídio na cidade, então o assunto estava muito latente.

Chiquinha Gonzaga relembrou uma palestra sobre masculinidade tóxica que foi realizada pelo Núcleo do campus 03. Ela acredita que no machismo “tem a parte da violência né?”. Ela pensa que se os homens conversarem sobre isso, já é uma maneira de diminuir a violência. Saffioti (2015) afirma que é importante acolher as vítimas, mas é preciso também trabalhar com o agressor, caso contrário, ele permanecerá agindo da mesma forma. Portanto, trabalhar a masculinidade tóxica em uma sociedade patriarcal é urgente.

Outra ação destacada por Bertha e Chiquinha foi a exibição de filmes e/ou documentários aos/as discentes do Ensino Médio Integrado no intervalo do almoço. O objetivo da exibição dos filmes era problematizar questões sobre gênero e LGBTQIfobia.

As colaboradoras afirmaram que antes de começar a pandemia em 2020 os núcleos realizavam também palestras presenciais sobre machismo, homofobia, feminismo, violência contra mulheres, entre outros assuntos. Nestes eventos surgiam dúvidas dos/as participantes e sempre tinha alguma menina que relatava estar em relacionamento abusivo, o que era debatido. Pagu relata que estes momentos eram de acolhida a estas pessoas.

Portanto, as colaboradoras entendem que a pandemia pode ter dificultado denúncias e até mesmo problematizações sobre violências cotidianas. Pois sem o contato direto entre as pessoas não se pode trabalhar com os dados de pesquisas realizadas pelos Núcleos em 2019, nem conversar sobre o andamento de denúncias e de Processos Administrativos. Além disso, as colaboradoras professoras informaram que as aulas via *google meet* acabam sendo mais conteudistas e isto dificulta instigar os/as discentes a participar dos debates em aula.

Desafios e Potencialidades dos Núcleos

Um desafio apontado por Chiquinha e Bertha é o retorno ao presencial. Chiquinha Gonzaga entende que “A pandemia dificultou, talvez numa ação corpo a corpo a gente poderia fazer de uma maneira diferente, eu imagino”. Bertha preocupa-se com o perfil de discentes que encontrará no retorno presencial, pois, segundo ela, a pandemia e os movimentos conservadores afluídos no país mudaram a atuação e a percepção das pessoas.

Outra dificuldade encontrada por Carolina é o prosseguimento dado às denúncias, pois, para ela, a sociedade desencoraja as mulheres a denunciar. Como já mencionado anteriormente, nas atividades presenciais as participantes do núcleo se antecipavam às denúncias e agiam junto aos/as discentes, e isso é dificultado pelo ensino remoto.

Alexandra afirma que o núcleo do campus 02 tem uma equipe muito boa “a gente criou uma visibilidade enorme nesse tempo”. Porém ela também afirmou que muita gente ingressa no núcleo e “leva na brincadeira”. Ela acredita que quando se está em um núcleo inclusivo “na maioria das vezes tu tá representando uma categoria ou uma causa” (ALEXANDRA KOLLONTAI). Também disse que

um desafio que é importante, é a gestão do campus, né? Porque se nós tivermos gestores que eles acreditam nas pautas, eles vão aderir às tuas atividades e vão... Estimular a adesão por parte de todos né, dos servidores, dos professores e dos estudantes. Então se o gestor, o diretor de ensino, digamos assim, ele não estimula né, que haja uma efetivação das ações, aí vai ser difícil. Mas o nosso caso aqui a gente sempre tem o apoio da direção de ensino.

Pagu também afirmou que sempre teve apoio da gestão do campus onde atua para a realização das atividades, mesmo antes da existência do núcleo institucionalizado.

Carolina afirmou que no campus 05 o núcleo não possui uma sala para atendimento, então, para a comunidade acadêmica, o núcleo fica vinculado às pessoas que dele fazem parte. “A gente trabalhe muito para ter essa, a gente tá tentando conseguir esse espaço dentro da Instituição, a gente ainda não tem”. Já Pagu diz que as “pessoas pessoalizam as coisas”. Então a não existência de uma sala específica para o núcleo também é um desafio, pois o núcleo na maioria dos campi não possui uma sala de atendimento.

Cunha (2008, p. 184) diz que um espaço se torna um lugar quando se atribui sentido a ele, ou seja, quando “reconhecemos a sua legitimidade para localizar ações, expectativas, esperanças e possibilidade”. Portanto, pode-se inferir que a ausência de uma sala fixa para o núcleo simbolicamente significa seu não reconhecimento

como um lugar, e quiçá um espaço ou território para se pensar tais temáticas na instituição. Isso faz problematizar os motivos da ausência de reconhecimentos destes núcleos, pois se acredita que a existência de uma sala fixa para as atividades do núcleo agregaria para seu fortalecimento e sua perpetuação no IF analisado.

Um desafio citado por Alexandra e Perséfone é a falta de orçamento fixo para os núcleos e isso o enfraquece, pois as integrantes querem comprar livros, móveis, trazer palestrantes e a questão financeira impede tais ações. Alexandra Kollontai ressaltou que nos anos 2020 e 2021 o núcleo do campus 02 aprovou projetos com financiamento externo, o que permitiu (e permitirá) compra de livros e materiais para a sala do núcleo. Esses fomentos financeiros foram conseguidos com esforços pessoais, o que Alexandra resalta que depende das atitudes das membras do Núcleo.

Perséfone afirmou que os núcleos fazem um trabalho educativo, explicando e desnaturalizando as violências. Segundo a colaboradora, por meio desse trabalho, as pessoas conseguem reconhecer as violências e perceber se sofrem alguma ou não. Pagu afirma que o ensino remoto impossibilita que o núcleo faça um acolhimento e auxílio mais interpessoal e emocional junto aos/as discentes. A abordagem do núcleo citada pela colaboradora quebra a cultura existente nas escolas que espera respostas estáveis e que o ensino de fatos seja mais importante do que a compreensão de questões íntimas (BRITZMAN, 2018).

Pagu gostaria de avançar nas pautas e não precisar “falar mais de violência contra a mulher, não ter que falar de machismo, de patriarcado. Mas são os desafios da própria sociedade, da cultura”. Ela também afirmou que gostaria que tivesse a previsão de participação de discentes nos núcleos, o que Chiquinha também gostaria.

Chiquinha, Carolina e Pagu comentaram que um desafio é a participação no núcleo, Chiquinha apontou que a alternância de servidores/as no campus é grande, e isso impacta para captar membras/os para o núcleo. Já Pagu afirmou que o núcleo de seu campus possui bastante membros/as, porém em algumas ações há discentes e docentes que optam por não participarem das ações. Enquanto que para Girassol, não há problemas na participação, pois há docentes que participam e discentes também procuram participar das atividades. Ela disse que na cidade onde o campus está há um número de feminicídio que ela considera alto, portanto, este

tema deve ser abordado e problematizado pelo Instituto Federal. Sabe-se que atuação dos IFs deve considerar os problemas locais para solucioná-los (BRASIL, 2010), portanto a fala da colaboradora é condizente com a atuação dos IFs.

Alexandra entende que a participação das pessoas nos núcleos de gênero da Instituição é boa, principalmente se comparada aos demais núcleos inclusivos existentes. Chiquinha afirmou que a pouca participação não é exclusiva dos núcleos de gênero, pois ocorrem em todos os núcleos inclusivos do Instituto Federal onde atua. Ela entende que isso é reflexo da resistência da própria sociedade. Mas há discentes que participam e, segundo a colaboradora, é para estes que o núcleo atua. Logo, percebe-se que dentro do Instituto, e nos ambientes escolares em geral, ocorre a reprodução dos modelos hegemônicos da sociedade (MIRANDA; MAIA, 2017).

A importância do núcleo

Alexandra Kollontai afirmou que “preconceito e julgamento isso vai acontecer sempre”, alguns professores são resistentes e não querem levar os/as discentes nas ações do núcleo. Perséfone também afirma que sofre represálias,

De entrar gente na *live*, os próprios colegas às vezes tem uma dificuldade de compreensão... Mas a não existência do núcleo é muito mais perigosa do que a existência do núcleo, né.

Mas Alexandra resalta que os frutos são muito mais positivos. Após algumas palestras, quando as atividades ocorriam de forma presencial, tinham pessoas que iam até ela para parabenizar e dizer para seguirem com o trabalho. Perséfone também afirmou que houve pessoas que despertaram interesse pelos assuntos após participarem de palestras ofertadas pelo núcleo. Alexandra acredita que as ações do núcleo colocam uma “semente da reflexão nas pessoas, até daquelas mais resistentes”. Bertha considera que o núcleo hoje é mais importante que quando foi criado, pois, para a colaboradora, questões de desrespeito de gênero hoje estão piores que quando o núcleo foi criado.

Perséfone compreende que para algumas pessoas as discussões feitas pelo Núcleo não fazem sentido, pois é “uma desconstrução muito grande pra essas pessoas”. Continua dizendo que

[...] eu penso que quando as coisas têm um lugar no espaço e no tempo elas ganham mais força porque as pessoas se unem em torno disso. Então a gente falava de gênero, falava disso, falava de violência e tal. E quando tu tem um núcleo, tu congrega. [...] Então a importância de ter um núcleo institucionalizado é nesse sentido, é demarcar um espaço institucional mesmo pra dizer “isso faz parte de uma política *nossa*” né. (PERSÉFONE)

Ela ainda afirmou que qualquer tentativa de excluir os núcleos “é uma tentativa a favor da morte, não é uma tentativa a favor da vida!” (PERSÉFONE). Chiquinha Gonzaga destacou que com sua participação no núcleo aprendeu que além da violência física, existem outras violências de gênero que ela desconhecia.

Pagu destacou que a cidade onde o campus 01 está inserido é bem machista e coronealista, mas a existência do núcleo no IF tem amenizado as falas e ações machistas, sexistas e LGBTQIAfóbicas na instituição. A colaboradora desabafa que

Eu fico muito feliz de ter todas essas tretas e tal com... Com o núcleo e todos esses embates porque eu acho que a gente só cresce na discussão. Eu só queria que a gente tivesse num patamar um pouquinho mais elevado, sabe? E não tivesse que voltar e discutir coisas que parecem óbvias assim, e pudesse discutir coisas a partir disso né, indo pro superior. É uma pena que a gente ainda tenha que discutir essas coisas tão básicas, mas ao mesmo tempo é uma alegria poder estar num espaço que os alunos se sentem acolhidos, os servidores né, se sentem acolhidos.

Pagu e Carolina disseram que às vezes se sentem impotentes, pois gostariam de fazer mais e atingir mais pessoas com as ações do núcleo. Todavia, quando discentes falam sobre a importância do núcleo e do Instituto em suas vidas, elas percebem que o núcleo faz diferença da vida das pessoas. Chiquinha Gonzaga afirma que as ações do núcleo têm boa receptividade dos/as discentes. Ela ressalta que o conhecimento

sobre um assunto é importante para que se combatam os preconceitos e as discriminações. Ela afirmou que as ações do Núcleo não querem transformar ninguém, apenas espalhar o respeito a todas as pessoas.

Para Chiquinha Gonzaga, a importância do núcleo é promover uma discussão sobre o assunto e inserir as pautas na formação e no cotidiano do IF. Ela acredita que as conversas e os debates com a comunidade acadêmica, permitem pensar melhor sobre os assuntos e até mesmo reformular ideias. Carolina Maria de Jesus entende que há pessoas que apoiam o núcleo e outras que são contra. Ela afirmou que os assuntos debatidos pelo núcleo incomodam algumas pessoas, principalmente as que cometem as violências, sobretudo as veladas. Porém a colaboradora destaca que há pessoas que consideram a existência do núcleo muito importante e há ainda as que não se manifestam.

Para ela, o núcleo é um local que se preocupa com a discussão e elucidação sobre igualdade. Ela afirma enfaticamente que a importância do núcleo é total para que haja uma conscientização social. Ela considera que

[...] não dá pra pensar nos tempos de hoje de isso não ter né?! De não existir dentro de um campus um espaço pra formar, orientar, pra combater né, a desigualdade de gênero e também porque nós somos uma Instituição de ensino né? Nós temos que estar comprometidos com a formação cidadã. Se a gente pensa né, numa sociedade que vai melhorar através da educação, essa educação ela tem que ser integral! Ela não pode ser uma educação só técnica! Embora a gente seja uma Instituição né de ensino básico, técnico, tecnológico, mas nós não podemos pensar em cidadãos pro mundo do trabalho sem pensar essas questões né? (CAROLINA MARIA DE JESUS)

Bertha sente que nos últimos três anos a sociedade sofreu um retrocesso sobre as questões de gênero, e que mesmo a homofobia e o machismo sempre tenham existido na sociedade, antes as pessoas não expunham seus preconceitos, mas isto está mudando. Ela comenta que

[...] E daí que eu acho que os núcleos têm um papel decisivo! De trazer pra esta, que seja um assim, um redutinho, né? Mas que tragam pra este espaço uma discussão qualificada, sem homofobia! Então os núcleos agora talvez tenham um papel mais importante hoje do que quando eles foram criados.

Girassol é a única colaboradora que acredita que o núcleo do seu campus ainda é pouco reconhecido na comunidade interna e externa. Ela afirmou que as ações do núcleo possibilitam conversas e debates que muitas vezes os/as discentes não fazem em casa. Essa acolhida de estudantes para uma conversa franca e com embasamentos possibilita melhor compreensão sobre os assuntos. Todo ser humano tem direito a auto aceitação (CAETANO *et. al*, 2019), e não se pode aceitar aquilo que se rejeita.

Bertha Lutz comentou que não sente comentários positivos nem negativos da comunidade, percebe que as pessoas que não concordam com as atividades do núcleo se calam. Admite, assim como outras colaboradoras, que há pessoas homofóbicas e machistas no campus onde atua, afinal em “um grupo de 200, 300 pessoas, 250 sei-lá, não ter nenhum homofóbicos ali no meio é um milagre!” (BERTHA LUTZ). A escola é um reflexo da sociedade, sendo a nossa sociedade machista, sexista e heteronormativa, estes aspectos também se refletem dentro da Instituição.

5 Conclusões

O que se evidencia, então, é que os Núcleos de estudos e pesquisas sobre gênero e diversidade sexual nos IFs são relativamente novos, sendo o mais antigo de 2016. Percebe-se que a maioria das entrevistadas desconhecem os atos de criação do núcleo. Porém, isto não é um impeditivo para que as ações dos núcleos ocorram. Ainda, as colaboradoras asseguram que mesmo não tendo alguns casos previstos no ato de criação do núcleo, este é um espaço de resistência e acolhida para as pessoas que sofrem com machismos, sexismo e/ou não se encaixam nos regramentos sociais de cis-heteronormatividade.

Percebe-se que as atuações dos núcleos condizem com o objetivo de formação humana e integral dos Institutos Federais. Elas atuam dentro da instituição, mas também fora dela, firmando parcerias com entidades e colaborando

para que os preconceitos na comunidade diminuam.

Ao analisar os objetivos e finalidades dos núcleos de gênero dos IFs em uma sociedade elegeu um presidente declaradamente machista, sexista e contra as minorias, compreendemos que estes espaços são resistências nas Instituições. As atuações elencadas pelas colaboradoras mostram que estar membra de um núcleo inclusivo exige estudo sobre a postura da instituição (BRITZMAN, 2018) e da sociedade, além de aprofundamento sobre as temáticas próprias dos núcleos.

As colaboradoras entendem que a pandemia pode ter dificultado denúncias e até mesmo problematizações sobre violências cotidianas. Pois sem o contato direto entre as pessoas não se pode trabalhar com os dados de pesquisas realizadas pelos Núcleos em 2019, nem conversar sobre o andamento de denúncias e de Processos Administrativos.

Quanto aos desafios, destacam-se a falta de orçamento e a inexistência um espaço físico para os núcleos. Fatores que são possíveis de serem corrigidos. Apesar de às vezes sentirem-se desmotivadas, as colaboradoras sentem-se inspiradas pelos núcleos e percebem que ele faz diferença no cotidiano escolar e na vida de discentes e servidoras.

Acreditamos que a importância do núcleo apontada pelas entrevistadas, como as acolhidas, as reflexões possibilitadas pelas ações dos núcleos e a promoção da igualdade na Instituição, destaca que estes espaços devem ser fortalecidos pelas gestões e comunidade geral.

REFERÊNCIAS

- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_23_42.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.
- BARDIN, Laurance. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BRANCHER, Vantoir Roberto. CORRÊA, Lucinara Bastiani, PORTO Eliane Quincozes. SANTOS, Juliani Natalia dos. LIRA, Valdoir Dutra. Formação de professores Para a Diversidade e Inclusão: desafios da contemporaneidade. IN BRANCHER, Vantoir Roberto; BIAZUS, Paula Hossana Silveira;

PORTO, Eliane Quincozes **Caminhos possíveis da Inclusão III: A educação especial e as políticas afirmativas**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

BRASIL. Lei 11892/2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm acesso em 27 de out. de 2019.

BRASIL. **Um novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica concepção e diretrizes**, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192#:~:text=O%20foco%20dos%20Institutos%20Federais,suporte%20aos%20arranjos%20produtivos%20locais. Acesso em: 01/11/2020.

BRASIL. PORTARIA Nº 376, DE 3 DE ABRIL DE 2020. **Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19**. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-376-de-3-de-abril-de-2020-251289119>. Acesso em 04/11/2021.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo in LOURO (org) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CAETANO, Márcio. LIMA, Carlos Henrique Lucas. CASTRO, Amanda Motta (2019). Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática. **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207, 16(3), 5–16. Disponível em <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3179>. Acesso em 09 de abril de 2021.

CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. **Revista Ciência & Educação** (Bauru) 21 (4) • Oct-Dec 2015. Disponível em

<https://doi.org/10.1590/1516-731320150040001>. Acesso em 08 de fev. de 2021.

CUNHA, Maria Isabel da. Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários. **Revista Educação Unissinos**, v.12, setembro/dezembro 2008, p.182-186. Disponível em <http://revistas.unissinos.br/index.php/educacao/article/view/5324> Acesso em 24/11/2020. Acesso em 27 nov. 2020.

COLLING, Ana Maria. Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos. In: SILVA, Fabiane Ferreira da; BONETTI, Alinne de Lima (org.) **Gênero, diferença e direitos humanos: é preciso esperar em tempos hostis**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

COLLING, Ana Maria. Relações de gênero, feminismos e produção de sujeitos In SILVA, Fabiane Ferreira da; BONETTI, Alinne de Lima (ORG) **Gênero, diferença e direitos humanos: é preciso esperar em tempos hostis** 1. ed. – Florianópolis : Tribo da Ilha, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do Empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FAÇANHA, Marlia Aguiar. **E se te contassem outra História: gênero e feminismo no ensino de História**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27183>. Acesso em: 22 abr. 2021.

GUERCH, A. Cristiane; CONTO, M. Janete. Trabalhando Questões Gênero e Diversidade Sexual na Educação Profissional e Tecnológica. **Simpósio Internacional em Educação Sexual**, 2017. Disponível em <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3163.pdf>. Acesso em 23 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução Consup 023/2016 de 24 de maio de 2016**. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas>. Acesso em 26 out 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS. Resolução nº 037, de 20 de junho de 2017. Disponível em https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf. Acesso em 26 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Regulamento Próprio do Núcleo de Gênero e Diversidade do Campus Pelotas**. Disponível em <http://www.lajeado.ifsul.edu.br/nuged/apresentacao>. Acesso em 26 out. 2019.

JACOB, Maria Julieta Correia. **“Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais”**: um estado de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25195>. Acesso em: 18 maio 2021.

JACOBINI, Maria Letícia. **Metodologia do Trabalho Acadêmico**. Campinas, Alínea. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MAIA, Bóris. Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 177-202, set./dez. 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832017000300007>. Acesso em 25 fev. 2021.

ONU MULHERES BRASIL. **#ElesPorElas. Movimento ElesPorElas (HeForShe) de Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero – Impactando Universidades**. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_universidades.pdf. Acesso em 01 de dez. de 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Instituto Federal do

Paraná, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em 22 out. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TENÓRIO, Juliene; DONATO, Manuella; BARBOSA, Roberta de Granville; GONÇALVES, Rosineide Maria. A construção de um Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero: a experiência do NUGEN/Faculdade ASCES. In NANES, Giselle; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; QUADROS Marion Teodósio de (organizadoras). **Gênero, educação e comunicação**. Recife: Editora UFPE : UFRPE, 2016.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44. p. 203-220, ago./dez, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em 20 out. 2021.

4.4 PRODUTO EDUCACIONAL: FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EPT

Produto Educacional: formação continuada sobre violência de gênero na EPT

Educational Product: continued formation on gender violence in EPT

Nome Completo do primeiro autor (Negrito, Arial 10 pt.)  <https://orcid.org/0000>

Universidade (Arial 10 pt.)

e-mail - nonono@nono.no (Arial 10 pt.)

Nome Completo do segundo autor (Negrito, Arial 10 pt.)  <https://orcid.org/0000>

Universidade (Arial 10 pt.)

e-mail - nonono@nono.no (Arial 10 pt.)

Resumo

Este artigo é o relatório de pesquisa (IFES, 2018) do desenvolvimento do produto educacional fruto da pesquisa de mestrado intitulada “Violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da atuação dos núcleos de gênero e diversidade sexual”. O objetivo é apresentar o desenvolvimento do produto educacional, em formato de curso de formação continuada, intitulado “Violência de gênero na Educação Profissional e Tecnológica”. O estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, considerando as trocas de informações realizadas entre pesquisadora e colaboradoras nas entrevistas (TRIVIÑOS, 1987). As entrevistas foram do tipo semiestruturadas e os dados foram lidos por intermédio da análise de conteúdo de Bardin (2002). O curso foi avaliado/validado por três pesquisadoras da temática e pela banca de defesa, que afirmaram que os materiais disponibilizados são importantes e condizentes com o objetivo da formação continuada. Com isso, os/as avaliadores/as consideraram o curso apto a ser ofertado para a comunidade. Dessa maneira, o curso será ofertado aos/às servidoras de Institutos Federais, na modalidade de formação continuada. Salienta-se, ainda, que, posteriormente, o curso poderá ser modificado, conforme as necessidades culturais e institucionais que forem apresentadas, a fim de melhor adequação às realidades dos/as cursistas.

Palavras-chave: Gênero e Educação. Mestrado Profissional. Educação Profissional.

Abstract

This article is the research report (IFES, 2018) on the development of the educational product resulting from the Master's research entitled “Gender violence in professional and technological education: reflections from the action of gender and sexual diversity centers”. The objective is to present the development of the educational product, in the format of a continuing formation course, entitled “Gender Violence in Professional and Technological Education”. The study was conducted through a qualitative approach, considering the exchange of information carried out between researcher and collaborators in the interviews (TRIVIÑOS, 1987 interviews). The interviews were semi-structured and the data were read through the content analysis of Bardin (2002). The course were evaluated/validated by three researchers of the theme and by the defense committee, who stated that the materials made available are important and consistent with the objective of continued formation. With this, the evaluators considered the course suitable to be offered to the community. In this way, the course will be offered to servants of Federal Institutes, in the form of continuing formation. It is also worth noting that, later, the course may be modified, according to the cultural and institutional needs that are presented, in order to better adapt to the realities of the students.

Keywords: Gender and Education. Professional Master's degree. Professional Education.

Introdução

Este artigo é o relatório de pesquisa (IFES, 2018) do desenvolvimento do produto educacional fruto da pesquisa de mestrado intitulada “Violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da atuação dos núcleos de gênero e diversidade sexual”. O objetivo é apresentar o desenvolvimento do produto educacional, em formato de curso de formação continuada, de nome “Violência de gênero na Educação Profissional e Tecnológica”.

Para a conclusão dos mestrados profissionais, é preciso que se elabore uma produção técnica, que, na área de ensino, também são denominados produtos educacionais (CAPES, 2019), na tentativa de contribuir com as lacunas percebidas por meio da investigação. O produto educacional em questão trata-se de um curso de formação continuada sobre violência de gênero na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A formação continuada para professores da Educação Básica no Brasil é regulamentada pela Resolução nº 01/2020 do Conselho Nacional de Educação. De acordo com esse ato normativo, compete à União, Distrito Federal, municípios e estados ofertarem cursos de formação continuada aos/às docentes da Educação Básica. Portanto, os Institutos Federais (IFs) podem oferecer cursos de formação continuada a seus/suas servidores/as.

Além de formações nas áreas de atuações dos/as docentes, é importante que sejam ofertados cursos considerando as “necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2014). Logo, as formações continuadas devem atentar também aos contextos educacionais locais, ou seja, à realidade da escola e de sua comunidade. Se pensar que a EPT é uma educação emancipatória e inclusiva, que visa a cidadania e o desenvolvimento local (BRASIL, 2010), cursos sobre violência de gênero devem ser ofertados pelos Institutos Federais aos/às seus/suas docentes e comunidade em geral.

Desenvolvimento do produto educacional

Os produtos educacionais do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) devem possuir aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino (IFES, 2018). Segundo Nóvoa (2009), a formação continuada de professores deve considerar situações completas, como os problemas escolares, e não deve ser pensada por pessoas externas à realidade escolar local. Nesse contexto, o produto educacional aqui apresentado foi projetado conforme as necessidades apontadas pelas entrevistadas participantes da pesquisa de mestrado.

A formação continuada é essencial para a prática docente, visto que objetiva a qualificação do trabalho e visa o complexo desempenho de suas práticas sociais (BRASIL, 2020), isso porque professores/as são agentes formativos de conhecimento e de culturas. Sendo a EPT “uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente” (BRASIL, 2010, p. 34), os IFs devem ofertar cursos de formação continuada que contribuam para uma formação cidadã.

Para facilitar o acesso ao conteúdo do curso para mais pessoas, ele foi pensado na modalidade à distância (EAD), por meio de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Conforme Magnagnago, Ramos e Oliveira (2015, p. 508), os cursos à distância possibilitam um “conteúdo oferecido ao aluno de forma flexibilizada e podendo o professor utilizar metáforas, dando às ferramentas diferentes perspectivas, permitindo a construção de espaços didáticos únicos”. Os AVAs permitem uma vasta possibilidade de ferramentas para contribuir nas aulas: fóruns, vídeos, arquivos, questionários, envios de tarefas, etc. Além disso, esses ambientes permitem o uso de hipermídias, sistemas de simulação e redes de aprendizagem cooperativa, que são cada vez mais integrados aos locais de trabalho e, com isso, a formação profissional tende a integrar-se com a produção (LÉVY, 1999).

O curso de formação continuada denominado “Violência de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica” foi elaborado na plataforma *Moodle*, que é uma ferramenta gratuita e “um pacote de software para a produção de cursos e web sites em internet” (MOODLE, 2020). Ele possui um formato autoinstrucional, onde os/as participantes podem acessá-lo a qualquer horário para estudar. Dessa forma, não há interação entre os/as participantes e o curso poderá ser ofertado sem a necessidade de intervenção de sua criadora e de seu criador.

As novas tecnologias de informação, como o *Moodle*, são de grande valia, pois são consideradas meios e não finalidades sociais (BELLONI, 2002). Cada participante fará seu acesso através de um *login* e senha. Apesar de ser um curso autoinstrucional, haverá um espaço de fórum para que mensagens de dúvidas sejam encaminhadas; dessa forma, os/as participantes terão apoio, caso seja necessário. A validação do curso, que será apresentada ao final deste artigo, foi feita por estudiosas da temática de gênero e pela banca de defesa do produto educacional.

Metodologia

O estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, considerando as trocas de informações realizadas entre pesquisadora e colaboradoras nas entrevistas (TRIVIÑOS, 1987). As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, baseadas em um instrumento de coleta de dados com 19 questões, sendo que, destas, cinco abordavam diretamente sobre a elaboração do produto educacional.

As colaboradoras foram selecionadas pelo método *snowball* (bola de neve), que se refere a uma amostragem não probabilística, que utiliza cadeias de referências (VINUTO, 2014), como uma espécie de rede. Nesse método, o/a participante inicial de um estudo indica outros/as participantes, que também indicam novos/as participantes, até que o objetivo do estudo seja alcançado (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Ou seja, até que as respostas ou pessoas indicadas sejam redundantes, esgotando-se as possibilidades de novas contribuições.

As colaboradoras deste estudo são participantes de Núcleos de Estudo sobre Gênero de um Instituto Federal do Estado do Rio Grande do Sul. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa a fim de verificar qual pessoa estava ocupando o cargo de chefia a qual os núcleos são subordinados, resultando na primeira colaboradora. Após as indicações e esgotadas as possibilidades de novas contribuições, chegou-se ao total de sete servidoras que foram entrevistadas. Para preservar a confidencialidade das entrevistadas, durante a entrevista, foi solicitado que

escolhessem um nome pelo qual gostariam de serem designadas no estudo, resultando no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas

Nome	Titulação	Idade	Gênero	Campus
Perséfone	Doutora	37	Feminino	00
Pagu	Mestra	39	Feminino	01
Alexandra Kollontai	Doutora	35	Feminino	02
Chiquinha Gonzaga	Doutora	42	Feminino	03
Bertha Lutz	Mestra	55	Feminino	04
Carolina Maria de Jesus	Doutora	37	Feminino	05
Girassol	Doutora	45	Feminino	06

Fonte: Autora (2022).

As entrevistas foram trabalhadas por meio da análise de conteúdo de Bardin (2002), a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Salienta-se que, devido à pandemia de COVID-19, as entrevistas foram realizadas via *Google meet*.

Após a finalizada a criação do curso no *Moodle*, as entrevistadas foram convidadas a participarem como avaliadoras/validadoras do curso. A maioria apontou que estava sobrecarregada com as atividades remotas de final de ano e apontaram que não poderiam participar naquele momento. Afirmaram, ainda, que, se fosse em outro momento, participariam, mas a rotina de final de semestre as impediria. Das sete entrevistadas, apenas duas puderam validar o curso. Dessa maneira, foi convidada uma renomada pesquisadora da área que já havia validado o instrumento de coleta dados da pesquisa para colaborar e, portanto, estava familiarizada com a pesquisa em andamento.

Ressalta-se que o estudo foi realizado respeitando os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos. Logo, as entrevistas, bem como o produto educacional, só foram realizadas após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar). Aprovação esta firmada pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – (CAAE) de número 30384820.7.0000.5574.

O trajeto para construção do curso

As colaboradoras informaram que não receberam formações na temática de gênero para atuarem como membras dos Núcleos de Gênero da instituição. Apesar de Pagu afirmar que “é um papel do núcleo buscar essas formações né, e oferecer essas formações para os colegas”, as entrevistadas consideram importante que existam formações para ingressantes e também para atualizações sobre as pesquisas na área. Alexandra Kollontai ressaltou que ter cursos na temática de gênero ou sexualidade não é um pré-requisito para ingressar no Núcleo, porém “isso acaba gerando alguns problemas porque existem sim especificidades nessa temática, coisas bem complexas!”. Chiquinha Gonzaga acredita que, se existisse um curso para formação sobre a temática, talvez mais pessoas atuassem nos Núcleos.

Pagu, por sua vez, disse que atua há mais de dez anos na Instituição e existem muitas pessoas que desconhecem os conceitos básicos sobre os estudos de gênero. Para ela, um curso deve ser ofertado pensando no público-alvo: “pra comunidade em si tem que ser bem mais básico” (PAGU). Entretanto, se forem pessoas atuantes do Núcleo, que já têm um conhecimento na temática, deve ser um curso mais aprofundando.

Considerando que as entrevistadas participam do Núcleo de Gênero da Instituição, questionou-se se havia alguma temática abordada pelos Núcleos que mais as interessasse. Bertha Lutz afirmou que gosta de estudar e debater todas as temáticas do Núcleo, enquanto Chiquinha Gonzaga acredita que as temáticas sobre gênero são interligadas. Já Carolina também disse ser importante discutir as conquistas de mulheres da região, além da interseccionalidades de raça e gênero. Quanto às especificidades das temáticas, foram elencadas várias. Pagu disse se interessar pelo feminismo e pautas LGBTQIA+, Alexandra Kollontai se interessa pelo feminismo marxista, enquanto que Girassol, Perséfone e Carolina Maria de Jesus acreditam ser importante o curso abordar as violências normalizadas e pouco debatidas na sociedade.

Também se pretendia saber quais tipos de materiais seriam melhores para serem colocados no curso, de modo a torná-lo mais atrativo e menos cansativos às/aos participantes. O produto educacional foi pensado antes da declaração de pandemia da COVID-19, portanto, época anterior às atividades educacionais nos IFs estarem de forma remota. Bertha Lutz destacou que era preciso de aulas presenciais, mas no momento não é possível devido ao distanciamento que a pandemia exige. As colaboradoras afirmaram estarem cansadas de atividades remotas, via *Moodle* ou *Google classroom*. Todavia, o ciberespaço permite que as pessoas acessem conteúdos disponíveis de forma virtual, independentemente de onde estejam (LÉVY, 1999). Logo, as entrevistadas também salientaram que cursos on-line e autoinstrucionais permitem maior flexibilização de horário para quem vai realizá-lo.

Alexandra Kollontai disse que consumiria qualquer tipo de material, porém destacou que, quando busca por materiais de estudos, ela opta por artigos ou livros. Chiquinha Gonzaga, Pagu e Carolina Maria de Jesus afirmaram que gostam de todos os tipos de materiais. Ademais, Carolina ainda destacou que os artigos podem ser trabalhados com discentes futuramente. Ela enfatizou que seria interessante o curso trazer pessoas para falarem sobre suas vivências, que é preciso balancear o que é produzido na academia e o que é vivenciado pelas pessoas. Já Pagu afirmou que “que cada um aprende de um jeito”, portanto, o tipo de material depende do público-alvo do curso.

Já Perséfone citou que é preciso usar a criatividade para atrair participantes para o curso. A colaboradora afirmou que as pessoas estão cansadas do ensino remoto, com isso, é preciso trazer materiais enxutos, que sejam diretos. Girassol prefere materiais diversificados, ela afirmou que, quando não é possível realizar aulas síncronas, tenta trabalhar com vídeos e reportagens atuais nas aulas.

Considerando as falas das colaboradoras, optou-se por fazer um curso básico e introdutório sobre violência de gênero. Nesse ínterim, as pessoas que ainda não estão familiarizadas com autores/as da temática podem adentrar nos assuntos e, posteriormente, se aprofundar nas pesquisas, caso desejem. Além disso, o curso será uma oportunidade de conquistar novos/as membros/as para os Núcleos de Gênero dos IFs.

Para atender as sugestões das colaboradoras, os materiais do curso foram pensados de forma diversa: artigos, capítulos de livro, atos normativos próprios dos Núcleos de Estudo sobre Gênero dos Institutos Federais do RS, vídeos curtos do YouTube e vídeos de bate-papo com convidadas/os.

O curso “Violência de Gênero na EPT”

Considerando que o curso é do tipo introdutório, os módulos foram pensados com materiais de fácil compreensão. Ao entrar na página do curso, há a apresentação, bem como a Ementa do curso e um fórum onde os/as participantes podem compartilhar dúvidas e dicas. Sendo que a/o idealizador/a e do curso poderão responder às dúvidas encaminhadas do fórum.

Figura 1 - Boas-Vindas



Fonte: Autora (2022). Para cego ver: Imagem com o *print* da tela de boas-vindas do curso.

Posteriormente, há o primeiro módulo, denominado “Afim, o que é gênero?”, onde são apresentados materiais que explicam o que significa gênero. O objetivo do módulo é fazer uma introdução sobre o conceito de gênero e abordar algumas teorias a ele relacionadas. O primeiro material trata-se de um curto vídeo da Von Hunty que explica, de forma descontraída, o que é gênero. Após essa introdução, tem-se o artigo “Gênero uma Questão de Análise Histórica” de Joan Scott. Tal artigo foi um dos primeiros a abordar a temática e questionar o gênero com uma característica social e cultural.

Depois, aprofunda-se um pouco mais os conhecimentos com o texto “Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos” de Ana Maria Colling, extraído do livro “Gênero, diferença e direitos humanos: é preciso esperar em tempos hostis”. O último material do módulo é um vídeo gravado com uma ex-aluna transgênera de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Dessa forma, os conteúdos apresentados se complementam e a complexidade de informações e conceitos vai aumentando gradativamente. As autoras escolhidas são renomadas na área, sendo que Rita Von Hunty é uma personagem criada pelo Guilherme Terreri Lima Pereira, que, além de Drag Queen e ator, também é professor. A seguir, seguem as figuras representativas do módulo (Figura 2 e 3).

Figura 2 - Afinal, o que é gênero? Parte 01

Afinal, o que é Gênero?



Neste módulo, estudaremos alguns conceitos de gênero. Serão apresentados dois vídeos, um artigo e um capítulo de livro para que vocês consigam compreender o que é gênero.

No final do módulo temos uma atividade.

Bons estudos!

- Vídeo - Rita em 5 minutos: Gênero e Natureza**
Neste vídeo de 5:33 minutos Rita Von Hunty nos traz uma breve e simples explicação sobre o que é gênero.
- Artigo - SCOTT, Joan. Gênero uma Questão de Análise Histórica**
Joan Scott é uma das precursoras dos estudos de gênero. Neste artigo Scott escreveu sobre o surgimento do termo gênero e suas significações.
- Capítulo - Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos**
Leitura do capítulo "Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos" de autoria de Ana Maria Colling.

Fonte: Autora (2022). Para cego ver: Imagem do módulo Afinal, o que é gênero com sua apresentação os seguintes materiais: Vídeo da Rita Von Hunty, artigo da Joan Scott e capítulo de Ana Maria Colling.

Figura 3 - Afinal, o que é gênero? Parte 02

- Capítulo - Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos**
Leitura do capítulo "Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos" de autoria de Ana Maria Colling.
O capítulo está na página 73 do Livro "Gênero, diferença e direitos humanos: o preciso separar em tempos históricos".
OBS: O livro completo está nas indicações de leitura, no final da página do curso.
- Vídeo - Bate-papo com Maria Luísa**
Pensando em trazer esse curso para nossa realidade, convidamos a Maria Luísa, que é uma mulher trans, para contar sua história de vida.
Nossa convidada falou sobre as dificuldades de aceitação de pessoas trans e transexuais na sociedade. Muitas abandonam os estudos devido aos preconceitos que sofrem na escola e entram para a produção pois não têm oportunidade de emprego para elas.
O vídeo é maior que os demais apresentados no curso, porém todas as falas são muito necessárias pois trazem questões do dia a dia. Esperamos que tu assista todo o vídeo para que possas identificar algumas violências de gênero e também reflita sobre as tuas vivências.
Sabemos que a gravação foi feita durante a pandemia e a qualidade do vídeo em alguns momentos foi instável devido a internet das participantes.
- Atividade - Afinal, o que é Gênero?**
3 de 8 tentativas

Para aprofundar os conhecimentos sobre gênero, sugerimos a leitura das seguintes obras:

- Barbet, Mariela. Gênero, Feminismo e Violência. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2018.
- Galim, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento / Patricia Hill Collins: tradução Janete Porteira Dias. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.
- Diversidade sexual: abordar a diversidade de gênero: temas emergentes/ Editora Devires. Salvador-BA. 1ª edição, 2020.

Fonte: Autora (2022). Para cego ver: Imagem do módulo "Afinal, o que é gênero?" com os seguintes materiais: vídeo do bate-papo com Maria Luísa, Atividade e lista de sugestões para leitura.

Após o conhecimento sobre os conceitos de gênero, no segundo módulo são abordados os conceitos de violência de gênero, visto que esse é o tópico principal da pesquisa e do curso (Figuras 4 e 5). Nele há três vídeos, a saber: "A cor(dor) da faxina", que fala sobre a interseccionalidades de raça e gênero; "Um banheiro para Trans?", de Rita Von Hunty, que aborda sobre as violências que pessoas transgêneras sofrem; e um bate-papo com um ex-aluno de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul que sofreu uma agressão física na rua por ser homossexual. Há também dois artigos: o primeiro artigo, intitulado "Inquietações sobre educação e gênero", traz algumas problematizações sobre violência de gênero; enquanto que o segundo, de título "Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do

Rio de Janeiro”, traz conflitos referentes às relações de gênero ocorridos em escolas públicas daquele estado.

Figura 4 - Vamos falar sobre violência de gênero. Parte 01

Vamos falar sobre violência de gênero



Neste tópico abordaremos alguns conceitos sobre violência de gênero.

Espero que os materiais escolhidos para este tópico possibilitem ótimas reflexões. Além disso, que vocês também saibam identificar os tipos de violências que existem ao nosso redor.

Sejam estudados a todos, todas e todos!

2 Video - A cor (dor) da faxina no Brasil

O vídeo aborda sobre interseccionalidade de gênero e raça. Foi criado para a disciplina de Seminário em Estudos Negros do Curso de Letras EAD da Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão. Professores idealizadores: Walker Douglas Pinzerani e Sônia Machado.

5 Artigo - Inquietações sobre educação e gênero

Neste artigo Ana Colling fala sobre gênero e educação, trazendo algumas problematizações das violências de gênero.

2 Video - Transfobia "UM BANHEIRO PARA TRANS?"

No vídeo "Um banheiro para Trans" Rita Von Hurty, do canal Tempero Grog, traz a discussão sobre as violências das pessoas trans. Mais especificamente, sobre o uso dos banheiros.

Fonte: Autora (2022). Para cego ver: Imagem do módulo Vamos falar sobre violência de gênero com sua apresentação e os seguintes materiais: vídeo A cor (dor) da faxina no Brasil, artigo Inquietações sobre educação e gênero e vídeo Transfobia “UM BANHEIRO PARA TRANS?”.

Figura 5 - Vamos falar sobre violência de gênero. Parte 02

5 Artigo - Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro

Tomando por objeto conflitos referentes às relações de gênero ocorridos em escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, Miranda e Nêta pretendem contrastar a visibilidade da temática das relações de gênero na esfera pública com a invisibilidade que tal temática adquire no cotidiano das escolas públicas. Observam que os conflitos que ocorrem na escola são classificados como “problemas de disciplina”, sendo muitas vezes associados a práticas de discriminação de gênero, que se manifestam como parte constitutiva das cotidiedades escolares.

2 Video - Bate-papo com Rafael Oleques

Neste vídeo conversamos com Rafael Oleques, aluno do IFPA campus Alegria. Rafael é um homem cis homossexual e sofreu uma agressão física na rua por causa de sua orientação sexual. Nessa conversa Rafael contou sobre como ocorreu a violência e como ela impactou na sua vida. Ele começou a se vestir, vigiar a forma de falar, andar e agir, tentando não demonstrar nenhuma “feminilidade” para não ser agredido novamente. Além do sofrimento devido à agressão física, algumas mídias locais noticiaram o ocorrido de forma preconceituosa, o que gerou novas violências verbais contra ele.

Na conversa falamos sobre a heteronormatividade e alguns padrões de gênero que homens precisam seguir. Rafael também comentou que o IFPA o acolheu muito bem e que ele se sente seguro na instituição. Incluiu uma professora e convidou para participar de rodas de conversa e o retorno às aulas presenciais o ajudou a sair da depressão causada pelo caso de agressão.

2 Atividade - Vamos falar sobre violência de gênero

4 de 5 semestras

Fonte: Autora (2022). Para cego ver: Imagem do módulo Vamos falar sobre violência de gênero com os seguintes materiais: artigo Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro, vídeo do bate-papo com Rafael Oleques e atividade.

O terceiro módulo, por sua vez, visa apresentar os núcleos de gênero dos Institutos Federais do Estado do Rio Grande do Sul. Objetivou-se disseminar informações sobre os núcleos de gênero para fortalecê-los e multiplicar espaços como esses nos ambientes de ensino. No módulo, além dos atos normativos de criação dos núcleos, há o artigo com título “Gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica: os núcleos de gênero e diversidade”. A seguir, segue a imagem do módulo (Figura 6).

Figura 6 - Os Núcleos de Gênero dos Institutos do RS



Fonte: Autora (2022). Para cego ver: Imagem do módulo Vamos falar sobre violência de gênero com sua apresentação e os seguintes materiais: artigo “gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica: os núcleos de gênero e diversidade”; Política de Diversidade e Inclusão do Instituto; Resolução de criação do Nugedis – IFFar; Regulamento Nuged – IFSul; Resolução NEGEPS – IFRS; e atividade.

Por fim, o último módulo com os conteúdos avaliativos tem o nome “Discutindo Gênero na EPT”. Nele são abordadas as relações dos estudos de gênero com a Educação Profissional e Tecnológica. Este módulo possui um vídeo de bate-papo com uma pesquisadora que desenvolveu sua dissertação com professoras da EPT; um artigo que aborda as atuações de um Núcleo de Gênero em um Instituto Federal; e um resumo de três dissertações de mestrado que relacionam gênero com a EPT. O objetivo desse módulo é demonstrar a importância da transversalidade da abordagem sobre gênero na EPT, visto que os conteúdos escolhidos abordam a temática em questão. Seguem, a seguir, as imagens do módulo 04 (Figuras 7 e 8).

Figura 7 - Discutindo Gênero na EPT. Parte 01



Fonte: Autora (2022). Para cego ver: Imagem do módulo Vamos falar sobre violência de gênero com sua apresentação e o seguinte material: artigo Trabalhando questões gênero e diversidade sexual na Educação Profissional e Tecnológica.

Figura 8 - Discutindo Gênero na EPT. Parte 02



Fonte: Autora (2022). Para cego ver: Imagem do módulo Vamos falar sobre violência de gênero com os seguintes materiais: vídeo do bate-papo com Eliane Porto, resumo das três dissertações, atividade e indicação de leituras.

Como pode ser observado nas imagens disponibilizadas, ao final de todos os módulos há uma atividade do tipo questionário. O *Moodle* oferece vários tipos de atividades e, conforme Magnagnagno, Ramos e Oliveira (2015, p. 512, grifo do autor),

A ferramenta Questionário do Moodle é uma poderosa e flexível aliada no monitoramento e diagnóstico da compreensão dos alunos sobre os conteúdos ministrados e conhecimentos apresentados. O uso da ferramenta pode aumentar a eficácia do curso e promover o desempenho dos alunos, fornecendo valiosas informações de avaliação.

Nesse sentido, optou-se por atividades de avaliações do tipo questionários devido ao modelo do curso, que é autoinstrucional. Salienta-se que há possibilidade de troca de informações entre os/as participantes no fórum de tirar dúvidas que está no topo do curso. Contudo, este modelo de troca de informações não é o modelo que o curso segue.

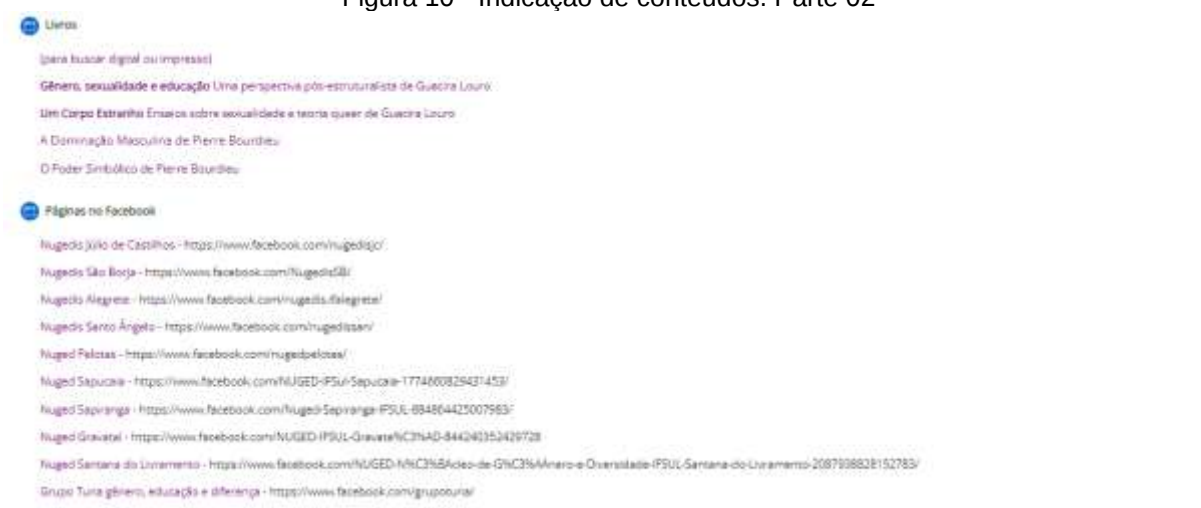
Após o espaço para obtenção do atestado do curso, para as pessoas que forem aprovadas, há um item de indicação de materiais (Figuras 9 e 10). Optou-se por colocar esse item ao final do curso, pois acredita-se que há pessoas que se interessarão pela temática e poderão se aprofundar nos estudos.

Figura 9 - Indicação de conteúdos. Parte 01



Fonte: Autora (2022). Para cego ver: Imagem do módulo Vamos falar sobre violência de gênero com as indicações de materiais.

Figura 10 - Indicação de conteúdos. Parte 02



Fonte: Autora (2022). Para cego ver: Imagem do módulo Vamos falar sobre violência de gênero com as indicações de materiais.

Avaliação e validação do curso

A avaliação/validação do curso foi feita por duas entrevistadas e uma convidada, componente da banca de defesa de dissertação/produto educacional, conforme descrito na metodologia. As avaliações enviadas foram positivas, com algumas sugestões de melhorias, que foram acatadas na medida do possível.

Nise da Silveira, a validadora que não foi entrevistada, considera que os conteúdos são apropriados para o objetivo do curso. Além disso, o tempo disponibilizado para aprendizagem e realização das atividades é adequado, sendo que sempre pode ser aumentado o tempo para realização de leituras extras. A validadora destacou “como positivas a escolha pela temática, a intenção em propor um curso diante do público pensando, bem como o estilo eclético dos estilos e das ferramentas de aprendizagem”. Quanto às sugestões, foram referentes à estética da página, o que é limitado pelo *Moodle* e foi alterado para deixar o curso mais atrativo.

Ademais, o artigo de Joan Scott foi avaliado por Nise da Silveira como sendo um material que “apresenta elementos importantes para a discussão como conceito de gênero, abordagem de masculino e feminino, além de problematizar a interseccionalidade gênero, raça e classe”. Quanto aos vídeos de Rita Von Hunty, a colaboradora os descreveu como bem-humorados, críticos e com referências históricas e políticas, sendo abordados com “muita propriedade, apresentando conceitos e definições”.

Alexandra Kollontai também avaliou que os recursos do curso são adequados. Quanto ao vídeo gravado com Rafael Oleques e Eliane Porto, a colaboradora considera que são um pouco extensos. Já o vídeo de bate-papo com Maria Luisa, que tem 59 minutos, ela considera “Relativamente monótono, porém interessante”. Salienta-se que foram feitos cortes nos vídeos (antes das considerações), de modo a deixá-los menores, porém sem perder a qualidade dos conteúdos trabalhados. Nise da Silveira comentou que os vídeos estão condizentes com as temáticas dos módulos e o tempo é o “comum de vídeo”. Já Carolina Maria de Jesus parabenizou a ideia de trazer os vídeos com convidados/as, dado que “trazer diálogos com representatividade humaniza o Curso e contempla o lugar de fala”. Portanto, apesar de serem um pouco longos, os vídeos foram considerados como importantes pelas validadoras.

Alexandra Kollontai destacou que o curso é uma “Proposta extremamente relevante para nossa instituição. Abordagem adequada e introdutória nas questões de gênero, com muito potencial para mais versões”. A validadora não encontrou pontos negativos e as sugestões foram relativas a algumas questões das avaliações, que foram corrigidas. Belloni (2002) destaca que a tecnologia e a pedagogia sempre andaram de mãos dadas; diante disso, cursos no AVA são importantes ferramentas para o aprendizado.

Carolina Maria de Jesus considera que o “curso apresentado já está pronto e pode ser oferecido a qualquer tempo. O conteúdo e os materiais são relevantes e adequados à temática proposta”. A colaboradora considerou que há bastantes textos no curso e sugeriu trocá-los por outros materiais. Durante a banca de defesa de produto educacional, os membros avaliaram que o curso estava um pouco extenso e sugeriram que as dissertações fossem substituídas por um resumo ou algo menos amplo. A sugestão foi acatada a fim de deixar o curso mais leve para os/as cursistas. Um dos avaliadores indicou que fosse inserido o capítulo “Gênero, raça e sexualidade: uma proposta de debate interseccional?” do livro “Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes” organizado por Bruna Andrade Irineu, que foi incluído como sugestão de leitura; especialmente por não se ter acesso público ao material.

Na parte de avaliação do curso, disponibilizou-se uma *playlist* no YouTube para que as participantes ouvissem enquanto o avaliassem. Carolina Maria de Jesus considerou “Acertada a ideia da *playlist* (adorei ouvir)”. A validadora sugeriu que ela fosse colocada no curso em substituição a uma das dissertações. Apesar de as músicas escolhidas serem problematizadoras e possuírem temáticas relativas às abordadas no curso, não são conteúdos “informativos”. Logo, entende-se que, ao serem disponibilizadas no fim do curso, permitem reflexões perante os conhecimentos adquiridos ao longo dos estudos (Figura 11).

Figura 11 - E chegamos ao final



Fonte: Autora (2021). Para cego ver: Imagem de finalização do curso, com mensagem de agradecimento, link para uma *playlist* no YouTube e e-mail da idealizadora e idealizador do curso.

Considerações finais

A elaboração do curso de formação continuada exigiu dedicação, conforme salientado pela validadora Carolina Maria de Jesus “colocar o curso no Moodle demandou muito tempo de pesquisa, leitura e organização”. Os materiais foram escolhidos entre as leituras e achados ao longo da pesquisa de mestrado, todos definidos metodicamente pela autora principal. Ademais, o curso é uma ferramenta pedagógica que possibilita melhora e expansão do ensino e possibilita a criticidade (BELLONI, 2002), visto que é uma conformação continuada disponibilizada na plataforma *Moodle*.

As avaliadoras teceram elogios ao curso e consideraram os materiais disponibilizados importantes e condizentes com o objetivo da formação continuada. Os/as validadores/as do produto (banca) também teceram elogios ao curso, apenas frisando que muitos materiais de leitura cansam os/as cursistas. Por essa razão, as sugestões foram acatadas, na medida do possível, para melhoria do curso, já que foram todas muito pertinentes.

Posteriormente, o curso será ofertado aos/às servidoras de Institutos Federais, na modalidade de formação continuada. Salienta-se, ainda, que o curso também poderá ser modificado, conforme as necessidades culturais e institucionais que forem apresentadas, a fim de melhor adequação às realidades dos/as cursistas.

Referências

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 329-341. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

BARDIN, Laurance. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 23, n. 78, p. 117-142, abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200008>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1-7, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 208, p. 103, 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 15 nov. 2021.

COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área**: área 46: ensino. Brasília: MEC; CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Regulamento**: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Vitória, 2018. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Res_C_S_22_2018_-_Regulamento.pdf. Acesso em: 06 dez. 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAGNAGNAGNO, Cleber Cícero; RAMOS, Mônica Parente; OLIVEIRA, Lucila Maria Pesce de. Estudo sobre o uso do Moodle em Cursos de Especialização a Distância da UNIFESP. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 39, n. 4, p. 507-516, out./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n4e00842014>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MOODLE. **Sobre o Moodle**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://docs.moodle.org/all/pt_br/Sobre_o_Moodle. Acesso em: 29 nov. 2020.

NÓVOA, António. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: EDUCA, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44. p. 201-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 20 out. 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após pesquisas, leituras, análises e reanálises, entendemos que os objetivos traçados para este estudo foram alcançados. As membras dos núcleos que foram entrevistadas demonstram um bom conhecimento acerca de gênero e das violências de gênero. Conforme descrito no segundo manuscrito, cada entrevistada tem um entendimento particular de gênero e de violência de gênero. Salienta-se que a categoria mulheres não é unificada, portanto, é natural que cada uma tenha suas próprias compreensões, baseadas em suas vivências. Porém, a maioria entende gênero como uma construção social e o relaciona ao poder, indo ao encontro dos escritos de Louro (1995) e Scott (1989). Mesmo as colaboradoras que ainda se sentem um pouco confusas quanto ao conceito de gênero, conseguem o distinguir do sexo biológico e afirmam que ainda há muito para estudar.

Apesar de todas as colaboradoras atuarem em núcleos semelhantes e trabalharem na área de Educação, elas têm histórias de vida bem diferentes. Portanto, cada uma tem sua própria forma de vivenciar e sentir a dominação masculina (BOURDIEU, 2012), a interpreta de forma singular e impõem seus próprios limites e interpretações entre o que é agressão ou não (SAFFIOTI, 2015). No que se refere às violências de gênero, as colaboradoras compreendem que existem vários tipos: psicológicas, físicas, financeira, patrimonial, diminuição da mulher no ambiente de trabalho e no seu lar, estupros, assédios sexuais e morais, etc. Porém, elas enfatizam que a agressão física (principalmente em relacionamentos) é a mais “impactante”, tanto na sociedade quanto para a própria mulher, que não tem segurança nem no próprio lar.

As membras dos núcleos também destacaram que percebem violências em seus campi, seja de professores com colegas ou alunas; alunos com alunas; ou comunidade (discentes e docentes) com discentes homossexuais. Todas reforçaram que os núcleos sempre agem nos casos de violências identificadas ou denunciadas, levando à direção e órgãos competentes, quando é o caso.

Portanto, conforme consta no manuscrito 3, o Núcleo estudado se faz presente no combate à violência de gênero no Instituto, pois é ele quem chama a comunidade para palestras e debates sobre as temáticas de gênero, violência, patriarcado, sexismo, homofobia, diversidade em geral e respeito aos indivíduos, entre outras. Percebe-se que a maioria das entrevistadas desconhecem os atos de

criação do núcleo; porém, isto não é um impeditivo para que as ações dos núcleos ocorram. Ainda, as colaboradoras asseguram que mesmo não tendo alguns casos previstos no ato de criação do núcleo, este é um espaço de resistência e acolhida para as pessoas que sofrem com machismos, sexismo e/ou não se encaixam nos regramentos sociais de cis-heteronormatividade

Percebe-se que a educação em EPT trabalha com a criticidades de seus/suas discentes, preocupando-se em formar cidadãos/as que atuem para melhorar a sociedade. Logo, a existência do núcleo é importantíssima, visto que, conforme citado pelas colaboradoras, ele é um local de aceitação (aceitação de si mesmo/a e dos/as demais), acolhida a todos/as que o procurem e de promoção de formações para a comunidade (interna e externa) sobre essas temáticas. Portanto, as ações do núcleo estudado condizem com o objetivo de formação humana e integral dos Institutos Federais. Eles atuam dentro da instituição, mas também fora dela, firmando parcerias com entidades e colaborando para que os preconceitos na comunidade diminuam.

As palestras e divulgações de vídeos sobre violências de gênero foram citadas como momentos onde alguém na plateia sempre manifestava alguma experiência pessoal. Acreditamos que estas ocasiões permitem que as vítimas de violências percebam que não estão sozinhas e sintam-se fortalecidas a reagirem contra seus agressores. Além disso, também é possível que as pessoas reflitam sobre seus cotidianos, identificando violências que sofrem ou ajudando outras pessoas a as identificarem.

Quanto ao produto educacional apresentado no manuscrito 4, ele foi avaliado por três pesquisadoras/estudiosas da temática, além da banca de defesa do mestrado. Elogios foram tecidos ao curso, sendo a quantidade de leitura nos módulos a crítica mais presente. As sugestões foram acatadas, na medida do possível, para melhoria do curso, visto que foram muito pertinentes. Salienta-se que o curso é uma ferramenta pedagógica que possibilita a melhora e a expansão do ensino, além da criticidade (BELLONI, 2002), visto que é uma formação continuada disponibilizada na plataforma Moodle. Posteriormente o curso será ofertado aos/às servidoras da Instituição, na modalidade de formação continuada/ou projeto de extensão.

O estado da arte realizado demonstrou que as pesquisas sobre gênero na Educação Profissional e Tecnológica são poucas. Apesar de existirem núcleos de gênero em Institutos Federais, escolas e Universidades, os estudos científicos sobre suas existências são poucos. Os achados do Estado da Arte também revelam que os núcleos possuem problemas em comum, como falta de espaço físico, falta de engajamento da comunidade escolar e falta de orçamento. Estes problemas também foram relatados pelas entrevistadas neste estudo.

Os desafios apontados no manuscrito 3 pelas entrevistadas são principalmente quanto ao desinteresse de alguns docentes e alunos em participarem, a falta de uma sala para o núcleo e a falta de orçamento. Estes desafios podem ser transformados em potencialidades, caso a Instituição esteja disposta a resolvê-los, pois a disponibilidade de uma sala nos campi, bem como orçamento fixo, fortaleceria as atuações dos núcleos. Isto, pois, as membras poderiam planejar ações com convidados/as, bem como comprar livros e produzir materiais para divulgação de informações à comunidade. Além disso, a disponibilização de sala fixa facilitaria o acesso das pessoas que precisam do núcleo, deixando de lado a pessoalidade as ações do núcleo e tornando-as verdadeiramente institucionais.

Pesquisar sobre gênero na EPT mostra-se importante, ainda que no século XXI. As entrevistas evidenciam que os Núcleos de Gênero dos Institutos Federais são espaços de resistência em uma sociedade patriarcal. As colaboradoras sentem orgulho em estar no Núcleo e não demonstram vontade de abandoná-lo, mesmo que às vezes sintam-se cansadas e até desmotivadas. Que estes espaços se fortaleçam e se multipliquem!

Por fim, saliento que os estudos sobre gênero são amplos. A interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade foi abordada de forma superficial neste estudo, visto que o tema principal era pesquisar sobre as ações dos Núcleos de gênero no que tange à prevenção das violências de gênero em um Instituto Federal do sul do país. As buscas de figuras para construção do manuscrito 02, por exemplo, não retornaram mulheres negras ou pessoas homossexuais; acredito a análise deste apagamento pode ser objeto em estudos futuros. Desse modo, penso que ainda possam ser realizadas pesquisas que aprofundem estas interseccionalidades na EPT.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven sampling” na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2411/1/ENSP_Disserta%. Acesso em: 16 nov. 2021.](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2411/1/ENSP_Disserta%c3%a7%c3%a3o_Albuquerque_Elizabeth_Maciel.pdf)
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 329-341. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.
- BARDIN, Laurance. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARRAGÁN, Margarita Aguinara *et al.* Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 88-121. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar_o_Imaginario_web.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 23, n. 78, p. 117-142, abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200008>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 31 out. 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 35, p. 1-3, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica:** concepção e diretrizes. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 nov. 2020.

CIAVATTA, Maria. Ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 28 out. 2019.

COLLING, Ana Maria. Inquietações sobre educação e gênero. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 33-48, jan./jun. 2015. Disponível em: http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/viewFile/687/pdf_71. Acesso em: 19 abr. 2020.

COLLING, Ana Maria. Relações de gênero, feminismo e produção dos sujeitos. In: SILVA, Fabiane Ferreira da; BONETTI, Alinne de Lima (Orgs.). **Gênero, diferença e direitos humanos:** é preciso esperar em tempos hostis. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 73-88. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/5208?mode=simple>. Acesso em: 22 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de área:** área 46: ensino. Brasília: MEC; Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

DESPENTES, Virginie. **Teoria Kink Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores – excertos. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. p. 63-71.

GÊNERO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <https://www.dicio.com.br/genero/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GOUVEIA, Raimundo Cândido; ISMAEL, Eliana Costa; CAMINO, Leônicio. Equidade de gêneros e diversidade sexual: propostas para uma sociedade mais justa. *In*: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 79-92.

GUERCH, Cristiane Ambrós; CONTO, Janete Maria do. Trabalhando questões gênero e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL, 5., 2017, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2017. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3163.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 037, de 20 de junho de 2017**. Aprovar o Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IFRS, 2017. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf. Acesso em: 26 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução nº 23/2016 de 24 de maio de 2016**. Altera a redação, reorganiza os títulos e inclui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Resolução Consup nº 015/2014 que dispõe sobre as Ações Inclusivas do IFFar. Santa Maria: IFFAR, 2016. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/14699-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-023-2016-altera-a-reda%C3%A7%C3%A3o,-reorganiza-os-t%C3%ADtulos-e-inclui-o-n%C3%BAcleo-de-g%C3%AAnero-e-diversidade-sexual-na-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-015-2014-que-disp%C3%B5e-sobre-as-a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas-do-iffar>. Acesso em: 26 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Regulamento próprio do Núcleo de Gênero e Diversidade do Câmpus Pelotas**. Pelotas: IFSUL, 2018. Disponível em <http://www.lajeado.ifsul.edu.br/nuged/apresentacao>. Acesso em: 26 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional**. Vitória, 2018. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Res_C_S_22_2018_-_Regulamento.pdf. Acesso em: 06 dez. 2019.

JACOBINI, Maria Letícia. **Metodologia do trabalho acadêmico**. Campinas: Alínea, 2006.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2. p.101-132, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722/40669>. Acesso em: 06 maio 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200008>. Acesso em: 14 jun. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 7-34.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: as abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2007.

MARTINS, Clitia Helena Backx; BANDEIRA, Marilene Dias; CAPUTO, Paula Maria. Condição de vida das mulheres e desigualdades de gênero no Rio Grande do Sul. In: MARTINS, Clitia Helena Backx (Coord.). **Estudos das condições das mulheres e das desigualdades de gênero existentes no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2014. p. 8-48. Disponível em: https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140325joined_document.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

MELLO, Elena Maria Billig. Apontamentos sobre política educacional em “tempos de crise”. In: SILVA, Fabiane Ferreira da; BONETTI, Alinne de Lima (Orgs.). **Gênero, diferença e direitos humanos**: é preciso esperar em tempos hostis. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 48-59. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/5208?mode=simple>. Acesso em: 22 out. 2019.

MINAYO, Maria; DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000300010>. Acesso em: 29 out. 2019.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Perspectivas sociales y del empleo en el mundo: tendencias del empleo feminino** 2018. Ginebra: OIT, 2018. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_619603.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

PORTO, Eliane Quincozes. **Trajetos formativos e significações imaginárias: as narrativas de professoras da EBTT**. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7209555. Acesso em: 22 abr. 2021.

RABAY, Gloria. A produção teórica feminista e as principais críticas ao conceito de gênero. In: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 67-78.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Curitiba: IFPR-EAD, 2014. v. 5. (Coleção Formação Pedagógica). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

ROCHA, Késia dos Anjos. Diversidade sexual e combate à homofobia no cenário das políticas públicas para a educação. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 4836-4847. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5958_2939.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Graf. FE:HISTEDBR - UNICAMP, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dermeval_Saviani_artigo.pdf. Acesso em: 19 out. 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 13 fev. 2020.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018/11212>. Acesso em: 12 out. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de dissertações e teses da UFSM**: estrutura e apresentação. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/362/2019/01/Manual_de_Dissertacoes_e_Teses-2015-3.pdf. Acesso em 30 nov. 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44. p. 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 20 out. 2021.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – SERVIDOR/A

Título do Projeto: Violência de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica: Reflexões a Partir da Atuação dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual

Prezado/a Servidor/a:

Você está sendo convidado(a) a participar desta entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os/as pesquisadores/as deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar.

Objetivo do estudo: Conhecer a atuação dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual no que tange ao desenvolvimento de ações com vistas a prevenir/erradicar/minimizar a violência de gênero em um Instituto Federal de Educação Básica Profissional Técnica e Tecnológica do Sul do país.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa em responder às perguntas formuladas que abordam as ações do Núcleo que você integra ou integrou.

Metodologia do Trabalho e as Coletas de Dados: O estudo adota metodologia qualitativa, que prevê sua participação em entrevistas, que serão agendadas previamente em horários e locais conforme sua disponibilidade. Estima-se a realização de um encontro com uma hora de duração. A entrevista será realizada pela autora do trabalho que fará a gravação da mesma, para serem futuramente transcritas e analisadas. Após a transcrição você receberá devolutiva das mesmas para sua apreciação. Ao final do trabalho de análise, as conclusões da pesquisa serão disponibilizadas aos/às colaboradores/as e publicadas.

A participação nesse estudo é voluntária e anônima e a decisão de participar ou não da pesquisa é exclusiva do/a participante. Em qualquer momento do estudo, você poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados

à pesquisa. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.

Benefícios: Os benefícios e vantagens para os/as colaboradores/as entrevistados/as desta pesquisa basear-se-ão no maior conhecimento sobre o tema abordado e a reflexão sobre a violência de gênero e como esta pode ser prevenida/diminuída/erradicada na comunidade acadêmica. Em médio prazo, os benefícios e vantagens aos colaboradores desta pesquisa se darão pela elaboração de um curso sobre violência de gênero. Com este, pretende-se que haja reflexão sobre a violência de gênero e as práticas educativas que abordem a temática, objetivando a minorização de casos deste tipo de violência. Os benefícios à sociedade centrar-se-ão nas contribuições científicas que serão produzidas com esta investigação.

Riscos: Ressalta-se que a sua participação poderá causar algum grau de desconforto emocional, uma vez que durante a entrevista você refletirá sobre sua trajetória como integrante do Núcleo. Se isso ocorrer, a entrevistadora perguntará se o(a) colaborador(a) deseja interromper a entrevista ou continuar com a mesma, ficando a entrevistadora responsável por ceder o tempo necessário para o seu restabelecimento. Casos mais intensos serão encaminhados a um profissional especializado no Sistema Público de Saúde Brasileiro, com acompanhamento da autora do trabalho.

Quanto às despesas e danos: os(as) colaboradores(as) do trabalho não serão remunerados pela sua participação na pesquisa, do mesmo modo não terão despesas com a mesma, uma vez que poderão escolher os locais em que realizaremos as entrevistas e nos dirigiremos até este local ou as faremos em formato digital, se assim solicitarem/preferirem ou, ainda, por motivo da pandemia COVID-19. Se, porventura, ocorrer algum gasto financeiro quanto ao deslocamento ou de outra ordem, a autora do trabalho se disponibiliza a ressarcir o colaborador mediante apresentação dos respectivos comprovantes. No que se refere aos ressarcimentos frente a danos que a pesquisa possa vir a causar ao colaborador entendemos que, uma vez que seguiremos todos os

preceitos éticos descritos nesta investigação, os mesmos não ocorrerão. Caso ainda assim, algo vier a acontecer, todo e qualquer dano será ressarcido conforme legislação vigente.

Sigilo: Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes. Nenhum tipo de prejuízo ocorrerá, às mesmas quanto ao seu envolvimento no estudo, pois não estarão sujeitas a atividades invasivas ou privativas de benefícios. Os gastos necessários para a participação na pesquisa serão assumidos pela autora do trabalho.

Os dados ficarão sob responsabilidade dos/as pesquisadores/as por eventual extravio ou vazão de informações sigilosas e serão armazenados na sala do grupo Magma no Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha por um período de cinco anos, a contar da publicação dos resultados da pesquisa.

Além disso, o projeto será submetido ao Comitê de Ética do IFFar, garantindo, assim, as exigências éticas. Toda e qualquer informação sobre as(os) participantes deste estudo serão confidenciais. Em nenhum momento da apresentação pública de dados, as/os participantes serão identificados(as). Informações adicionais podem ser obtidas com a autora do trabalho: Celular (55) ^{informação apagada} e-mail: tabatafioravanti@gmail.com e/ou com seu orientador: Celular (55) ^{informação apagada} e-mail: vantoir.brancher@iffarroupilha.edu.br.

Este documento será apresentado em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito da pesquisa.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Tábata Dos Santos Fioravanti

TELEFONE PARA CONTATO: (55) ^{informação apagada}

ENDEREÇO: Rua ^{informação apagada} . Alegrete, RS.

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha: Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685 Santa Maria, Rio Grande do Sul–Fone/Fax: (55)32189850 e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF - Fone: (61) 33155877 – e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado/a sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto, e que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____

Local: _____ Data: ____/____/____

APÊNDICE B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto: Violência de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica: Reflexões a Partir da Atuação dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual

Pesquisadora responsável: Tábata dos Santos Fioravanti

Instituição/Departamento: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Jaguarí

Telefone para contato: (55) informação apagada

A autora do projeto se compromete a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através de gravação em áudio e/ou vídeo. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução da presente pesquisa e não serão socializadas em formato que venha a identificar os colaboradores/participantes de nenhuma maneira.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da autora do trabalho. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha em 02/04/2020 com o número do CAAE 30384820.7.0000.5574.

Jaguarí, XX de XXXX de 2021

TÁBATA DOS SANTOS FIORAVANTI
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SERVIDORA I

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – SERVIDOR/A I

PARTE 1 - PERFIL DA/O ENTREVISTADA/O

1. Nome: _____
2. Gênero: _____
3. Idade: _____
6. Há quanto tempo integra o Núcleo? _____
7. Formação Acadêmica (Cursos e ano de conclusão):
 - a. Graduação: _____
 - b. Especialização: _____
 - c. Mestrado: _____
 - d. Doutorado: _____
 - e. Pós-doutorado: _____

PARTE 2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Etapa	Objetivos	Questões a serem realizadas
01	Pesquisar as ações/acolhidas desenvolvidas pelos Núcleos e a relação delas com a EPT	1. Por que você decidiu integrar [o setor que está presidindo]? 2. Tu sabes o motivo da criação dos Núcleos de gênero e diversidade sexual/sexualidade na Instituição? 3. O ato de criação não comenta sobre o enfrentamento de violência de gênero, mas sim sobre igualdade. O que pensa sobre isso? 4. Conte-nos um pouco sobre as ações e acolhidas dos núcleos, como funcionam? Já participou de alguma? 5. Existe alguma ação desenvolvida pelo Núcleo contrária à violência de gênero

		que você destaca?
02	Identificar se há desafios e potencialidades para a execução das atividades dos Núcleos na EPT;	6. O que as pessoas da comunidade comentam sobre os núcleos? 7. Existem casos de violência de gênero registrados na Instituição? 8. Em sua opinião, qual a importância da existência desses núcleos na instituição? 9. Quais são os <i>campi</i> mais atuantes na questão de gênero e diversidade sexual? 10. Quais desafios você considera que os Núcleos enfrentam para realizar suas ações ou até mesmo para continuar existindo?
03	Conhecer as representações de gênero e de violência de gênero dos participantes dos Núcleos	11. Qual dessas imagens tu escolheria para representar uma violência de gênero? Por que não escolheu esta [mostrar uma outra imagem]? 12. O que você entende por gênero? 13. Considerando as imagens mostradas e o que foi conversado até aqui, o que você entende por violência de gênero?
04	Construção de um Produto educacional a partir das demandas apontadas pelos colaboradores	14. Quais temáticas abordadas pelo núcleo você mais se identifica? 15. Tu recebeste do Instituto alguma formação sobre gênero e diversidade sexual? Em caso afirmativo: Como foi? O que você manteria e o que pensa que poderia ser diferente? 16. Considera importante que exista um

		curso sobre gênero e violência de gênero que fique à disposição da comunidade interna e externa da instituição? Tu participarias? 17.Você como atuante na temática de gênero, se interessa em compartilhar suas experiências aos demais em um curso de formação continuada/permanente? 18.Quais formatos de conteúdos mais te interessariam? Vídeos, podcasts, textos...
--	--	---

APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA SERVIDORAS INDICADAS

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – SERVIDOR/A INDICADO/A

PARTE 1 - PERFIL DA/O ENTREVISTADA/O

1. Nome: _____
2. Gênero: _____
3. Idade: _____
6. Há quanto tempo integra o Núcleo? _____
7. Formação Acadêmica (Cursos e ano de conclusão):
 - a. Graduação: _____
 - b. Especialização: _____
 - c. Mestrado: _____
 - d. Doutorado: _____
 - e. Pós-doutorado: _____

PARTE 2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Etapa	Objetivos	Questões a serem realizadas
01	Pesquisar as ações/acolhidas desenvolvidas pelos Núcleo e a relação delas com a EPT	1. Como você conheceu o Núcleo e por que decidiu integrá-lo? 2. Tu sabes o motivo da criação dos Núcleos de gênero e diversidade sexual/sexualidade na Instituição? 3. O ato de criação não comenta sobre o enfrentamento de violência de gênero, mas sim sobre igualdade. O que pensa sobre isso? 4. Conte-nos um pouco sobre as ações e acolhidas dos núcleos, como funcionam? 5. Já participou de alguma? Como foi? 6. Existe alguma ação desenvolvida pelo Núcleo contrária à violência de gênero?

		que você destaca? 7. Já teve caso de interrupção de alguma ação de conscientização devido a preconceitos e discriminações?
02	Identificar se há desafios e potencialidades para a execução das atividades dos Núcleos na EPT;	8. O que as pessoas da comunidade comentam sobre os núcleos? 9. Existem casos de violência de gênero registrados na Instituição? E na sua unidade, quais os principais tipos de violência de gênero que ocorrem? 10. Em sua opinião, qual a importância da existência desses núcleos na instituição? 11. Quais desafios você considera que o Núcleo do seu <i>campus</i> de atuação enfrenta para realizar suas ações ou até mesmo para continuar existindo?
03	Conhecer as representações de gênero e de violência de gênero dos participantes dos Núcleos	12. Qual dessas imagens tu escolheria para representar uma violência de gênero? Por que não escolheu esta [mostrar uma outra imagem]? 13. O que você entende por gênero? 14. Considerando as imagens mostradas e o que foi conversado até aqui, o que você entende por violência de gênero?
04	Construção de um Produto educacional a partir das demandas apontadas	15. Quais temáticas abordadas pelo núcleo você mais se identifica ou gosta? 16. Tu recebeste do Instituto alguma formação sobre gênero e diversidade sexual? Em caso afirmativo:

	pelos colaboradores	Como foi? O que você manteria e o que pensa que poderia ser diferente? 17. Considera importante que exista um curso sobre gênero e violência de gênero que fique à disposição da comunidade interna e externa da instituição? Tu participarias? 18. Você como atuante na temática de gênero, se interessa em compartilhar suas experiências aos demais em um curso de formação continuada/permanente? 19. Quais formatos de conteúdos mais te interessariam? Vídeos, podcasts, textos...
--	------------------------	--

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PARA OS VÍDEOS DO CURSO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Título do Projeto: Violência de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica: Reflexões a Partir da Atuação dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual

Prezado(a)

Você está sendo convidado(a) a participar desta entrevista/conversa de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os/as pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar.

Objetivo: Construção de vídeos conversas para integrar o curso de formação continuada que será o produto desta pesquisa.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa em contar os relatos sobre suas experiências pessoais.

Metodologia do Trabalho e as Coletas de Dados: O estudo adota metodologia qualitativa, que prevê sua participação em conversas, que serão agendadas previamente em horários e locais conforme sua disponibilidade. Estima-se a realização de um encontro com meia hora de duração. Você receberá uma cópia do vídeo para sua verificação, bem como cópia do vídeo final que fará parte do curso.

A participação nesse estudo é voluntária e a decisão de participar ou não da pesquisa é exclusiva do/a participante. Em qualquer momento do estudo, você poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.

Benefícios: Os benefícios e vantagens para os/as colaboradores/as desta pesquisa basear-se-ão no maior conhecimento sobre o tema abordado e a reflexão sobre os estudos de gêneros bem como violências de gênero e como estas podem ser prevenidas/diminuídas/erradicadas na comunidade acadêmica. Em médio prazo, os benefícios e vantagens aos colaboradores

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto: Violência de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica: Reflexões a Partir da Atuação dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual

Pesquisadora responsável: Tábata dos Santos Fioravanti

Instituição/Departamento: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Jaguarí

Telefone para contato: (55) informação apagada

A autora do projeto se compromete a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através de gravação em áudio e/ou vídeo. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução da presente pesquisa e não serão socializadas em formato que venha a identificar os colaboradores/participantes de nenhuma maneira.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da autora do trabalho. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha em 02/04/2020 com o número do CAAE 30384820.7.0000.5574.

Jaguarí, XX de XXXX de 2021

TÁBATA DOS SANTOS FIORAVANTI
Pesquisadora Responsável

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Tábata Dos Santos Fioravanti

TELEFONE PARA CONTATO: (55), ^{informação apagada}

ENDEREÇO: Rua ^{informação apagada} . Alegrete, RS.

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha: Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685 Santa Maria, Rio Grande do Sul–Fone/Fax: (55)32189850 e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF - Fone: (61) 33155877 – e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado/a sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto. Autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos, podcasts e/ou filmagens decorrentes da minha participação no projeto para fins de publicações no curso-produto fruto desta pesquisa.

Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____

Local: _____ Data: ____/____/____

APÊNDICE F - CURSO “VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EPT” NA PLATAFORMA MOODLE

BOAS VINDAS...

Olá todos, todos e todos!

Sejam muito bem-vindos, bem-vindas e bem-vindes ao nosso curso introdutório sobre Violência de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica.

Este curso é o produto da pesquisa no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, intitulada “VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EPT: Reflexões a partir da atuação dos núcleos de gênero e diversidade sexual”. Nesse objetivo é aprofundar os conhecimentos acerca da temática de gênero e violência de gênero, além de apresentar os Núcleos de Estudo sobre Gênero dos Institutos Federais do Rio Grande do Sul.

Esperamos que todas, todos e todos façam aproveitamento das leituras, vídeos e atividades.

Sabemos que este curso é introdutório à temática de gênero e violência de gênero para as pessoas que se interessam ou tenham curiosidade pelo assunto. Portanto, não será feito um aprofundamento técnico sobre os assuntos abordados. No final do curso listaremos materiais para aquelas/es que desejem buscar maiores informações.

Até breve,

Tábata e Vitoria

Afinal, o que é Gênero?

Neste módulo, estudaremos alguns conceitos de gênero. Serão apresentados dois vídeos, um artigo e um capítulo de livro para que vocês consigam compreender o que é gênero.

No final do módulo temos uma atividade.

Bons estudos!

- Vídeo - Rota em 5 minutos: Gênero e Natureza**
 Neste vídeo de 5:33 minutos Rita Van Hunt nos traz uma breve e simples explicação sobre o que é gênero.
- Artigo - SCOTT, Joan, Gênero uma Questão de Análise Histórica**
 Joan Scott é uma das precursoras dos estudos de gênero. Neste artigo Scott escreveu sobre o surgimento do termo gênero e seus significados.
- Capítulo - Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos**
 Leitura do capítulo “Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos” de autoria de Ana Maria Colling.
- Capítulo - Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos**
 Leitura do capítulo “Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos” de autoria de Ana Maria Colling.
 O capítulo está na página 75 do Livro “Gênero, diferença e direitos humanos: 40 anos esperando por sempre mais”.
 OBS: O livro completo está nas indicações de leitura, no final da página do curso.
- Vídeo - Bate-papo com Maria Lúcia**
 Pensando em trazer esse curso para nossa realidade, convidamos a Maria Lúcia, que é uma mulher trans, para contar sua história de vida.
 Nossa convidada falou sobre as dificuldades de aceitação de pessoas trans e transexuais na sociedade. Muitas abandonam os estudos devido aos preconceitos que sofrem na escola e entram para a prostituição por não têm oportunidade de emprego para elas.
 O vídeo é maior que os demais apresentados no curso, porém todas as faixas são muito necessárias pois trazem questões do dia a dia. Esperamos que tu assista todo o vídeo para que possas identificar algumas violências de gênero e também reflita sobre as tuas vivências.
 Sabemos que a gravação foi feita durante a pandemia e a qualidade do vídeo em alguns momentos fica instável devido à internet das participantes.
- Atividade - Afinal, o que é Gênero?**
 3 de 8 tentativas

Para aprofundar os conhecimentos sobre gênero, sugerimos a leitura das seguintes obras:

- Boffet, Helvett. Gênero: Pensando a Violência. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2018.
- Gallo, Patrícia H. Pensamento feminista negro: conhecimento, resistência e a política do enraizamento / Patrícia H. Gallo ; tradução Janella Pinheiro Dias. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.
- Diversidade sexual: Atividade e o de gênero: temas emergentes Editora Devires, Salvador-BA. 1ª edição, 2020.

Vamos falar sobre violência de gênero



Neste tópico abordaremos alguns conceitos sobre violência de gênero.

Espero que os materiais escolhidos para este tópico possibilitem várias reflexões. Além disso, que vocês também saibam identificar os tipos de violências que existem ao nosso redor.

Bons estudos a todos, todas e todos!

📺 Vídeo - A cor (p)er da raça no Brasil

O vídeo aborda sobre interseccionalidade de gênero e raça. Foi criado para a disciplina de Seminário em Estudos Negros do Curso de Letras EAD da Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão. Professores idealizadores/as: Walker Douglas Pinheiro e Sílvia Machado.

📄 Artigo - Iniquidades sobre educação e gênero

Neste artigo Ana Colling fala sobre gênero e educação, trazendo algumas problematizações das violências de gênero.

📺 Vídeo - Transfobia "UM BANHEIRO PARA TRANS"

No vídeo "Um banheiro para Trans" Rita Von Hunt, do canal Tempero Gog, traz a discussão sobre as violências das pessoas trans. Mais especificamente, sobre o uso dos banheiros.

📄 Artigo - Olhares, singelamentos e agressões físicas: a presença e a invisibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro

Tomando por objeto conflitos referentes às relações de gênero ocorridos em escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, Miranda e Maria pretendem contrastar a visibilidade da temática das relações de gênero na esfera pública com a invisibilidade que tal temática adquire no cotidiano das escolas públicas. Observam que os conflitos que ocorrem na escola são classificados como "problemas de disciplina", sendo muitas vezes associados a práticas de discriminação de gênero, que se manifestam como parte constitutiva das socialidades escolares.

📺 Vídeo - Bate-papo com Rafael Oleques

Neste vídeo conversamos com Rafael Oleques, aluno do IFFar campus Alegria. Rafael é um homem cis homossexual e sofreu uma agressão física na rua por causa de sua orientação sexual. Nesta conversa Rafael contou sobre como ocorreu a violência e como ele impactou na sua vida. Ele começou a se vestir, falar e agir, tentando não demonstrar nenhuma "feminilidade" para não ser agredido novamente. Além do sofrimento devido à agressão física, algumas mídias locais noticiaram o ocorrido de forma preconceituosa, o que gerou novas violências verbais contra ele.

Nesta conversa falamos sobre a heteronormatividade e alguns padrões de gênero que homens precisam seguir. Rafael também comentou que o IFFar o acolheu muito bem e que ele se sente seguro na instituição. Incluiu uma professora e convidou para participar de rodas de conversa e o retorno às aulas presenciais o ajudou a sair da depressão causada pelo caso de agressão.

📄 Atividade - Vamos falar sobre violência de gênero

4 de 5 semestres

Os Núcleos de Gênero dos Institutos do RS



Nesta seção, é apresentado o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFFar.

Para leitura, selecionamos um artigo e dois atos normativos.

Boa leitura a todas, todos e todos.

📄 Artigo - gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica: os núcleos de gênero e diversidade

📄 Política de Diversidade e Inclusão do Instituto

📄 Resolução de criação do NUGEDS - IFFar

📄 Regulamento NUGEDS - IFSul

📄 Resolução NEGEPS - IFRS

📄 Atividade - Os Núcleos de Gênero

Discutindo gênero na EPT



Olá,

Neste tópico são abordadas as questões de gênero e algumas relações com a Educação Profissional e Tecnológica.

Será apresentado um artigo e um vídeo de bate-papo entre Tabata e Eliane Porto e, por fim, um texto contendo um breve resumo de três dissertações de egressas/as do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.

Bate é o nosso último tópico! 🍌 Mas no final do curso tem uma lista para que você continue as leituras e estudos nessa temática tão abrangente e importante em nossa sociedade!

Artigo - Trabalhando questões gênero e diversidade sexual na Educação Profissional e Tecnológica

Este artigo tem por objetivo relatar as atuações realizadas pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual a partir de ações desenvolvidas nos Campi que compõem essa instituição, seja através das formações de professores ou desenvolvimento de projetos com a comunidade escolar e externa. Assim, trata-se de fomentar não apenas a inserção das temáticas de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar mas, promover o respeito e tolerância social.

Vídeo - Bate Papo com Eliane Porto

Eliane Porto é professora na EPT e pesquisou sobre a trajetória de docentes na EPT. Nesse conversa ela traz sobre alguns achados na sua pesquisa.

Esperamos que seja um momento de reflexão a todas e todos...

Para ler a dissertação de Eliane Porto, clique aqui.

Resumo das dissertações sobre gênero e EPT

Nesta parte há um texto com um breve resumo das dissertações que estão indicadas ao final do módulo "Discutindo Gênero na EPT", a saber: "Estudo de relações de gênero e educação profissional: desconstruindo estereótipos para promover a equidade" de Isata Fraga Santos (2019); "Educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade: uma sequência didática para o ensino médio integrado", de Ivan Pedrosa (2019) e "Gênero e sexualidade em cena: dos modos de (re) existência numa perspectiva de educação para diversidade", de Arthur Felipe Kinzel Fauth (2019).

Atividade - Discutindo Gênero na EPT

3 de 8 tentativas

Com base nos documentos vistos até aqui, responda este questionário.

Citas de leitura:

-Dissertação: Educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade: uma sequência didática para o ensino médio integrado. Autoria Ivan Pedrosa. Disponível aqui.

-Dissertação: ESTUDO DE RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, desconstruindo estereótipos para promover a equidade. Autoria Isata Fraga Santos. Disponível aqui.

-Dissertação: GÊNERO E SEXUALIDADE EM CENA: dos modos de (re) existência numa perspectiva de educação para diversidade", de autoria de Arthur Felipe Kinzel Fauth. Disponível aqui.

E chegamos ao final...

...Bom, chegamos ao final do nosso curso.

Esperamos que tenha sido (re)significante para cada uma de vocês!

Agora, pedimos um tempinho seu para avaliar sua experiência no curso, por favor: Aproveite e curta um som com músicas que separamos para vocês (para abrir a playlist clique no nome do vídeo abaixo):



Se quiser enviar um feedback especial, nós escreva um email 🍌

Contatos: tabataforxamti@gmail.com e santos.brancher@fiamopuila.edu.br

OBS: O certificado deste curso está no final da página, fique atento(a)!

Avaliação do curso

1 Avaliação do curso

! Data de entrega: 15 de dezembro de 2021

0 3 de 7 enviaram

Agora que tu terminaste todos os módulos, nós dê um retorno sobre o curso. Tua avaliação é muito importante para nós!

Clique no link abaixo para acessar o questionário:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSFCrGgJdEV9pID7DS-Eg3A9T9F9eiwoe3M_M9b5fMUmw/viewform

Agradecemos,

Tábata e Vantoin

Atestado

Atestado

Atestado Disponível se: Você obtém a pontuação necessária em **Total do curso**

Atestado

Atestado Disponível se: Você obtém a pontuação necessária em **Total do curso**

Materiais de aprofundamento



Nesse espaço trago alguns documentos para que vocês se aprofundem nos estudos.

Espero que estes momentos de estudos e reflexões sejam especiais para vocês.

Artigo - LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação

Capítulo de livro - capítulo 7 - Os Nugedits como possibilidade de espaço de enfrentamento ao preconceito de gênero: discutindo violências e subjetividades

Artigo - Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática

LIVRO - GÊNERO, DIFERENÇA E DIREITOS HUMANOS é preciso esperar aqui em tempos hostis

Links

(para buscar digital ou impresso)

Gênero, sexualidade e educação Uma perspectiva pós-estruturalista de Guacira Louro

Um Corpo Estranho Ensaio sobre sexualidade e teoria queer de Guacira Louro

A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu

O Poder Simbólico de Pierre Bourdieu

Páginas no Facebook

Nugedits Jilko de Capilhos - <https://www.facebook.com/nugeditsjilko/>

Nugedits São Boja - <https://www.facebook.com/nugeditsboja/>

Nugedits Alegrete - <https://www.facebook.com/nugeditsalegrete/>

Nugedits Santo Ângelo - <https://www.facebook.com/nugeditszan/>

Nuged Pelotas - <https://www.facebook.com/nugedpelotas/>

Nuged Sepucaia - <https://www.facebook.com/nuged-IPSU-Sepucaia-1774660829437453/>

Nuged Sepiranga - <https://www.facebook.com/nuged-Sepiranga-IPSU-684864425007563/>

Nuged Gravata - <https://www.facebook.com/NUGED-IPSU-Gravata-IPSU-844240352429728/>

Nuged Santana do Livramento - <https://www.facebook.com/NUGED-NhC3h5Adeo-de-GhC3h5Mnero-e-Ovenstade-IPSU-Santana-do-Livramento-2087998828152783/>

Grupo Tuna gênero, educação e diferença - <https://www.facebook.com/grupotuna/>

APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Violência de Gênero na EPT– 40 horas

INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DO CURSO.

Este instrumento contempla todos os recursos de conteúdo e atividade presentes no curso de Violência de Gênero na EPT.

Nesta descrição foi delimitado um tempo estimado para a realização de cada tarefa. Analisem esse tempo quando estiverem participando do curso.

As marcações em amarelo representam os módulos do curso e as marcações em cinza representam os recursos disponibilizados no Moodle em cada módulo.

Ao final você pode descrever as suas considerações gerais sobre o curso e apresentar sugestões.

Por favor, responda cada questão com a maior sinceridade e criticidade possível. As considerações apresentadas serão muito importantes para a melhoria do curso, antes da sua aplicação junto aos professores e tutores.

Esperamos que retorne essa avaliação com a maior brevidade possível, visto que iniciaremos o curso no dia xx/xx/2021.

As informações aqui prestadas são anônimas e poderão ser usadas em futuros relatos de experiência.

Desde já agradecemos a sua participação.

Tópico 1 - Afinal, o que é Gênero? – 11 horas

Vídeo 1 – Rita em 5 minutos: Gênero e Natureza –5:35 minutos.

- a) O vídeo condiz com o assunto do tópico?
- b) O vídeo é muito longo ou curto demais?
- c) O vídeo é monótono (chato)?
- d) Recomenda a substituição por outro? Qual?

Leitura obrigatória Artigo. SCOTT, Joan. Gênero uma Questão de Análise Histórica Arquivo – 2 horas.

- a) O material condiz com o assunto do tópico?
- b) O tempo destinado foi suficiente?
- c) O material está claro? É possível compreendê-lo?
- d) A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- e) Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Leitura obrigatória 2 Relações de Gênero, Feminismo e Produção dos Sujeitos –2 horas.

- a) O material condiz com o assunto do tópico?
- b) O tempo destinado foi suficiente?
- c) O material está claro? É possível compreendê-lo?
- d) A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- e) Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Leitura obrigatória 3 Capítulo "Não há revolução sem teoria" – 2 horas.

- a) O material condiz com o assunto do tópico?
- b) O tempo destinado foi suficiente?
- c) O material está claro? É possível compreendê-lo?
- d) A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- e) Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Vídeo 2 – Bate papo com Maria Luisa–1,5 hora.

- a) O vídeo condiz com o assunto do tópico?
- b) O vídeo é muito longo ou curto demais?
- c) O vídeo é monótono (chato)?
- d) Recomenda a substituição por outro? Qual?

Questionário – Refletir sobre o aprendido no módulo – 2 horas.

- a) O tempo destinado foi suficiente?
- b) O enunciado está claro e permite a compreensão do que deve ser realizado?
- c) A ferramenta escolhida para execução da atividade é adequada?
- d) Recomenda a substituição por outra atividade? Qual?

Tópico 2 - Vamos falar sobre violência de Gênero – 10 horas**Vídeo 1 Vídeo - A cor (dor) da faxina no Brasil – 6 min**

- a) O vídeo condiz com o assunto do tópico?
- b) O vídeo é muito longo ou curto demais?
- c) O vídeo é monótono (chato)?
- d) Recomenda a substituição por outro? Qual?

Leitura obrigatória 1- Inquietações sobre educação e gênero – 1.5 hora.

- a) O material condiz com o assunto do tópico?
- b) O tempo destinado foi suficiente?
- c) O material está claro? É possível compreendê-lo?
- d) A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- e) Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Vídeo 2 – Transfobia "UM BANHEIRO PARA TRANS?"–16 minutos.

- a) O vídeo condiz com o assunto do tópico?

- b) O vídeo é muito longo ou curto demais?
- c) O vídeo é monótono (chato)?
- d) Recomenda a substituição por outro? Qual?

Leitura obrigatória 2 - Para além da violência urbana – 2 horas.

- a) O material condiz com o assunto do tópico?
- b) O tempo destinado foi suficiente?
- c) O material está claro? É possível compreendê-lo?
- d) A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- e) Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Leitura obrigatória 3 - Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do rio de janeiro – 2 horas.

- a) O material condiz com o assunto do tópico?
- b) O tempo destinado foi suficiente?
- c) O material está claro? É possível compreendê-lo?
- d) A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- e) Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Video 3 – Bate-papo com Rafael Oleques –1 hora.

- a) O vídeo condiz com o assunto do tópico?
- b) O vídeo é muito longo ou curto demais?
- c) O vídeo é monótono (chato)?
- d) Recomenda a substituição por outro? Qual?

Questionário – Refletir sobre o aprendido no módulo – 2 horas.

- a) O tempo destinado foi suficiente?
- b) O enunciado está claro e permite a compreensão do que deve ser realizado?
- c) A ferramenta escolhida para execução da atividade é adequada?

- d) Recomenda a substituição por outra atividade? Qual?

Tópico 3 - Os Nugedis- 06 horas

Leitura obrigatória 1- Gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica: os núcleos de gênero e diversidade- 1.5 hora.

- O material condiz com o assunto do tópico?
- O tempo destinado foi suficiente?
- O material está claro? É possível compreendê-lo?
- A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Leitura obrigatória 2- Gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica: os núcleos de gênero e diversidade- 1 hora.

- O material condiz com o assunto do tópico?
- O tempo destinado foi suficiente?
- O material está claro? É possível compreendê-lo?
- A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Leitura obrigatória 3- Resolução do Nugedis- 1 hora.

- O material condiz com o assunto do tópico?
- O tempo destinado foi suficiente?
- O material está claro? É possível compreendê-lo?
- A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Questionário – Refletir sobre o aprendido no módulo – 2 horas.

- O tempo destinado foi suficiente?

- b) O enunciado está claro e permite a compreensão do que deve ser realizado?
- c) A ferramenta escolhida para execução da atividade é adequada?
- d) Recomenda a substituição por outra atividade? Qual?

Tópico 4 - Discutindo Gênero na EPT 11 horas

Leitura obrigatória 1- ESTUDO DE RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: desconstruindo estereótipos para promover a equidade– 3 horas.

- a) O material condiz com o assunto do tópico?
- b) O tempo destinado foi suficiente?
- c) O material está claro? É possível compreendê-lo?
- d) A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- e) Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Leitura obrigatória 2- Trabalhando questões gênero e diversidade sexual na Educação Profissional e Tecnológica– 1.5 hora.

- a) O material condiz com o assunto do tópico?
- b) O tempo destinado foi suficiente?
- c) O material está claro? É possível compreendê-lo?
- d) A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- e) Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Vídeo 1 – Bate Papo com Eliane Porto –1 hora.

- a) O vídeo condiz com o assunto do tópico?
- b) O vídeo é muito longo ou curto demais?
- c) O vídeo é monótono (chato)?
- d) Recomenda a substituição por outro? Qual?

Leitura obrigatória 3- Educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade: uma sequência didática para o ensino médio integrado– 3 horas.

- a) O material condiz com o assunto do tópico?
- b) O tempo destinado foi suficiente?
- c) O material está claro? É possível compreendê-lo?
- d) A ferramenta escolhida para apresentação do conteúdo é adequada? Recomenda a troca de ferramenta? Qual?
- e) Recomenda a substituição por outro material? Qual?

Questionário – Refletir sobre o aprendizado no módulo – 2 horas.

- a) O tempo destinado foi suficiente?
- b) O enunciado está claro e permite a compreensão do que deve ser realizado?
- c) A ferramenta escolhida para execução da atividade é adequada?
- d) Recomenda a substituição por outra atividade? Qual?

APRESENTE AS SUAS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO:

Pontos Positivos:

Pontos negativos:

APRESENTE SUGESTÕES DE MELHORIAS:

Na organização do curso no ambiente Moodle:

Na escolha dos recursos de conteúdo e atividade:

Na produção dos materiais didáticos:

ANEXO A - PARECER CIRCUNSTÂNCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



PARECER CONSUBSTÂNCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EBPT: REFLEXÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO DOS NÚCLEOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Pesquisador: TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 30384820.7.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.950.344

Apresentação do Projeto:

De acordo.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Devidamente apresentados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

CEP: 97.110-767

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA**



Continuação do Parecer: 3.950.344

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1519657.pdf	02/04/2020 11:36:44		Aceito
Outros	instrumento_coleta_aluno_maior.docx	02/04/2020 11:35:44	TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_revisado.docx	02/04/2020 11:32:09	TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_SERVIDOR.docx	02/04/2020 11:31:35	TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_aluno_maior_idade.docx	02/04/2020 11:31:25	TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI	Aceito
Outros	TERMO_DE_CONFIDENCIALIDADE.docx	26/03/2020 12:34:40	TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA_DE_DADOS_SERVIDOR_INDICADO.docx	26/03/2020 12:33:34	TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA_DE_DADOS_SERVIDOR_I.docx	26/03/2020 12:33:17	TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	10/03/2020 17:09:44	TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	05/03/2020 20:16:48	TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	05/03/2020 20:01:34	TABATA DOS SANTOS FIORAVANTI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



Continuação do Parecer: 3.950.344

SANTA MARIA, 02 de Abril de 2020

Assinado por:
GIANCARLO BAZARELE MACHADO BRUNO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br